

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS**

RAIMUNDO FRANCISCO GOMES

**O *SE* INDETERMINADOR DO SUJEITO,
APASSIVADOR E REFLEXIVO: UMA LEITURA
MORFOSSINTÁTICO-SEMÂNTICA**

Porto Alegre

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RAIMUNDO FRANCISCO GOMES

**O *SE* INDETERMINADOR DO SUJEITO,
APASSIVADOR E REFLEXIVO: UMA LEITURA
MORFOSSINTÁTICO-SEMÂNTICA**

**Tese para Qualificação, como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em Letras
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Maria Tramunt Ibaños

Porto Alegre

2007

[ficha catalográfica]

RAIMUNDO FRANCISCO GOMES

**O SE INDETERMINADOR DO SUJEITO,
APASSIVADOR E REFLEXIVO: UMA LEITURA
MORFOSSINTÁTICO-SEMÂNTICA**

**Tese de Doutorado em Letras
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Área de concentração: Linguística Aplicada**

Data da aprovação: 05/12/2007

Banca Examinadora

**Prof^a Dr^a Ana Maria Tramunt Ibaños (PUCRS)
Orientadora**

Prof. Dr. Carlos Mito (UFSC)

Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi (UFRGS)

Prof^a Dr^a Jane Rita Caetano da Silveira (PUCRS)

Prof. Dr. Jorge Campos da Costa (PUCRS)

Porto Alegre

2007

DEDICO ...

Aos meus pais Francisco (*in memoriam*) e Leonarda (*in memoriam*) – com profunda saudade, pela eterna ausência – que ficariam muito orgulhosos do filho;

À minha esposa muito amada, Socorro, por ter compreendido os meus projetos e, sozinha, conduzido os nossos filhos;

Aos meus queridos filhos, Marília Leonarda e Simão Pedro, razão de minha constante luta;

À minha queridíssima neta, Maria Eduarda, por trazer de volta a nossa família as brincadeiras de criança;

Ao meu genro, Francisco José, por amar e cuidar de minha filha e de minha neta;

Aos meus irmãos, pela gostosa convivência;

A todos aqueles que, de uma forma ou de outra, me ajudaram a mais esta conquista.

AGRADECIMENTOS

À CAPES/UESPI, que, por meio do Convênio PQI, tornaram possível o meu doutoramento;

À PUCRS, pela qualidade do Programa de Pós-Graduação em Letras;

À Prof^a Dr^a Ana Maria Tramunt Ibaños, pela sábia orientação deste trabalho;

Aos meus professores do Doutorado, Dr. Sérgio de Moura Menuzzi, Dr^a Leci Borges Barbisan e Dr. Jorge Campos da Costa, pelas proveitosas discussões durante as aulas;

À Banca Examinadora: Prof. Dr. Carlos Mito, Prof. Dr. Mathias Schaff Filho, Prof^a Dr^a Jane Rita Caetano da Silveira e Prof. Dr. Jorge Campos da Costa, pela leitura e avaliação do meu trabalho.

Aos amigos Diógenes, Algemira e Ailma, pela amizade e apoio;

À D. Alzira, por ter “cuidado” de mim aqui em Porto Alegre;

À Maria Helena, pelo trabalho primoroso de digitação de minha tese.

[...] que os que governam ilhas, pelo menos têm de saber gramática.

– Lá com o “grammar” entendia-me eu –, com “tics” é que não, porque não as entendo (CERVANTES, 2003, p. 365)

Uma genuína teoria da linguagem humana tem de satisfazer duas condições: “adequação descritiva” e “adequação explicativa”. A condição de adequação descritiva vigora para a gramática de uma língua particular. A gramática satisfaz essa condição na medida em que dá uma explicação completa e exata das propriedades da língua, daquilo que o falante da língua sabe. A condição de adequação explicativa vigora para a teoria geral da linguagem, a gramática universal (CHOMSKY, 1998, p. 24).

RESUMO

O presente trabalho é uma leitura morfossintático-semântica do *SE* como índice de indeterminação do sujeito, partícula apassivadora e pronome reflexivo, dentro do panorama de duas tendências gramaticais: a Gramática Tradicional (GT) e a Teoria Gerativa. Desta última, recortamos a Teoria da Regência e Ligação (TRL) que abarca as questões relativas ao Léxico, à Teoria Temática e à Teoria do Caso, que usamos para explicar as funções acima selecionadas.

Palavras-chave:

indeterminação do sujeito – apassivação – reflexividade – Léxico – papel temático – Caso

ABSTRACT

The present work is a morfo syntactic-semantics review of the Brazilian Portuguese word *SE* as an index of the indetermination of the subject; passive particle as well as a reflexive pronoun within two different points of view: Traditional Grammar and Generative Grammar. Within the Generative Grammar Theory, we work with the Government and Binding Theory, more specifically with the aspects concerning Lexicon, Theta Theory and Case Theory which serve as the basis for explaining *SE* in its different functions.

Keywords:

indetermination of the subject – passive voice pronoun – reflexive pronoun
– Lexicon – Thematic role and Case

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 DESCRIÇÃO DO SE COMO REFLEXIVO, APASSIVADOR E INDETERMINADOR DO SUJEITO NA GRAMÁTICA TRADICIONAL (GT) | 13 |
| 1.1 VERBOS | 14 |
| 1.2 VOZES VERBAIS | 17 |
| 1.3 DESCRIÇÃO DOS USOS DO PRONOME SE, DE ACORDO COM A GT | 23 |
| 1.3.1 Aspectos históricos da evolução do pronome <i>SE</i> | 23 |
| 1.3.2 O <i>SE</i> índice de indeterminação do sujeito | 27 |
| 1.3.3 O <i>SE</i> como partícula apassivadora | 30 |
| 1.3.4 O <i>SE</i> como pronome reflexivo | 34 |
| 1.3.5 Considerações finais sobre o uso do pronome <i>SE</i> na GT | 39 |
| 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA ABORDAGEM LINGÜÍSTICA DO SE | 44 |
| 2.1 FUNDAMENTOS DOS PRINCÍPIOS E PARÂMETROS | 45 |
| 2.2 LÉXICO E SUBCATEGORIZAÇÃO | 51 |
| 2.3 TEORIA TEMÁTICA (TEORIA- θ) | 59 |
| 2.4 MOVIMENTOS DE CONSTITUINTES (MOVER- α) | 75 |
| 2.5 TEORIA DO CASO | 100 |
| 3 A CONSTRUÇÃO VERBO+SE (V+SE) À LUZ DA TEORIA DA REGÊNCIA E LIGAÇÃO (TRL) | 115 |
| 3.1 DOIS OLHARES SOBRE O SUJEITO | 115 |
| 3.2 O <i>SE</i> COMO ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO | 121 |
| 3.3 O <i>SE</i> COMO PARTÍCULA (PRONOME!) APASSIVADORA | 136 |
| 3.4 O <i>SE</i> COMO PRONOME REFLEXIVO | 152 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 174 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 178 |
| CURRICULUM VITAE | 182 |

INTRODUÇÃO

A Gramática Tradicional (GT), com suas bases na tradição greco-latina, ainda hoje, prima por encarar o ensino da língua como sendo um conjunto de regras que vão determinar o que é “certo” ou o que é “errado” para os falantes dessa língua quando a utilizam em situações de fala ou de escrita. Por essa razão, muitas vezes, professores e alunos, no ambiente escolar, vêem-se em situações embaraçosas, os primeiros, por não apresentarem de modo satisfatório aquilo que pretendem ensinar; os últimos, por não entenderem por que os fatos apresentados fogem a uma “lógica” que todos os falantes têm da língua que falam. Assim sendo, o ensino de português se torna um jogo em que professores e alunos estão em lados opostos. Aqueles, repassando as “verdades” que a gramática escolar prega, sem nenhum aprofundamento crítico, e estes fazendo um esforço desnecessário para entender por que essas verdades são como são. Partindo dessa realidade, neste trabalho, procuramos fazer uma análise sintático-semântica do *SE* indeterminador do sujeito, apassivador e reflexivo, à luz da Teoria da Regência e Ligação (TRL).

O primeiro capítulo de nosso trabalho é uma revisão dessas funções do *SE* de acordo com a GT. Por ‘revisão’, devemos entender um apanhado do que as gramáticas escolares, por um período de quase 90 anos, afirmaram sobre o *SE* indeterminador do sujeito, apassivador e reflexivo. Para descrevermos essas funções que estão diretamente ligadas às vozes verbais, iremos, primeiramente, buscar o que a GT define como *verbo* (o primeiro tópico deste capítulo), para, em seguida, falarmos sobre *vozes verbais* (o segundo tópico), pois é neste ambiente que se inserem as funções do *SE* que iremos discutir. Discutidas a definição de

verbo e de vozes verbais, passaremos a uma descrição do *SE* indeterminador do sujeito, apassivador e reflexivo (o terceiro tópico), mas, antes dessa descrição, apresentaremos os aspectos históricos da passagem do pronome *SE*, do latim, para o português. Para finalizar este primeiro capítulo, teceremos algumas considerações que estão implícitas nas afirmações que a GT faz sobre o uso do *SE*.

O segundo capítulo, que intitulamos de “Fundamentos teóricos para uma abordagem lingüística do *SE*”, começa discutindo a aquisição da linguagem, por ser o momento em que se estabelecem os *princípios* e os *parâmetros* da linguagem humana, bem como a constituição de um léxico com a sua subcategorização (o segundo tópico). Partindo do conhecimento do léxico e da subcategorização lexical, apresentaremos a Teoria Temática, onde iremos discutir a estrutura argumental do nome, do adjetivo, das preposições e do verbo (o terceiro tópico). Dessa discussão, sentimos a necessidade de falarmos sobre os movimentos de constituintes (o quarto tópico) porque estes movimentos mudam a posição do constituinte oracional, resultando em uma mudança da função do constituinte movido. Encerrando este segundo capítulo, apresentamos a Teoria do Caso (quinto tópico) que nos dará maior evidência das funções sintáticas dos constituintes oracionais.

O terceiro e último capítulo de nosso trabalho é uma discussão da *construção verbo + SE* à luz da Teoria da Regência e Ligação (TRL), onde comparamos o que foi dito no primeiro capítulo com os fundamentos lingüísticos apresentados no segundo.

Esperamos, assim, contribuir para uma classificação do *SE* indeterminador do sujeito, apassivador e reflexivo mais coerente e mais significativa para professores e estudantes de português, pois as questões sintáticas não são apenas de ordem morfológica, mas, também, semântica. Sentenças bem-formadas são sentenças com significado.

1 DESCRIÇÃO DO *SE* COMO REFLEXIVO, APASSIVADOR E INDETERMINADOR DO SUJEITO NA GRAMÁTICA TRADICIONAL (GT)

Este primeiro capítulo, aqui com algumas poucas alterações, é, também, o primeiro de minha dissertação de mestrado¹.

Com a mudança de foco dos estudos das línguas – de uma visão puramente prescritiva para uma visão descritiva e explanatória – impõe-se a necessidade de revisão dos conceitos que a Gramática Tradicional (GT), de caráter puramente prescritivista, por anos, tem assumido como verdadeiros. Em decorrência disso, neste primeiro capítulo, propomo-nos a fazer um apanhado do que os nossos gramáticos – na perspectiva da GT – têm publicado, em um período que cobre quase todo o século XX, sobre o *SE* reflexivo, apassivador e indeterminador do sujeito.

Para falarmos do *SE* como reflexivo, apassivador e indeterminador do sujeito, é interessante retomarmos uma discussão sobre verbos, em um plano mais geral, e sobre vozes verbais. Claro, que seria estranho discutirmos vozes verbais sem antes termos situado esta questão dentro do seu contexto maior: o verbo, pois a diátese, de acordo com Macambira, “são as formas que o verbo assume para indicar a sua relação com o sujeito, encarado como agente, paciente ou apenas envolvido no processo”².

¹ GOMES, Raimundo F. **Uma leitura do pronome reflexivo *SE***. Porto Alegre: PUCRS, 2001. Dissertação (Mestrado em Letras), Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

² MACAMBIRA, José Rebouças. **Estrutura do vernáculo**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1986. p.119.

1.1 VERBOS

Para conceituarmos *verbo*, em um primeiro momento, apresentamos a visão de autores para os quais a flexão de voz está ausente, ou seja, eles não vêem a voz verbal como um elemento da flexão morfológica do verbo. A seguir, citamos autores que, de uma forma direta ou indireta, colocam a flexão de voz como uma das flexões do verbo.

Ao fazermos um levantamento sobre a definição de verbos na gramática tradicional, constatamos que há maneiras muito próprias, entre os gramáticos, de se construir tal definição. No **Novo Manual de Língua Portuguesa**, uma publicação de 1916, os vários autores anônimos que a escreveram dizem:

Verbo é uma palavra que significa *ser*, *estar* ou *fazer* alguma coisa: *sou* soldado; *escreves*; os pássaros cantam. Uma palavra é verbo quando se lhe pode antepôr um dos pronomes: eu, tu, elle, nós, vós, elles³.

Partindo desta definição, podemos afirmar que o texto só se refere de modo implícito aos verbos que indicam fenômeno meteorológico. Quando definem verbo como sendo “uma palavra que significa *ser*, *estar* ou *fazer* alguma coisa”, podemos, sem dúvida alguma, dizer ‘Está frio’ ou ‘É primavera’ como exemplos de fenômenos meteorológicos. Também ficam excluídos desta definição os verbos impessoais por não admitirem a anteposição dos pronomes pessoais do caso reto.

Pereira já define verbo como sendo “a palavra que exprime a acção attribuida ao sujeito sob as relações de tempo, modo, numero e pessoa”⁴. Comparando esta definição com a anterior, constatamos que os verbos que indicam os fenômenos da natureza e os verbos impessoais não são contemplados na definição do autor.

³ VÁRIOS AUTORES. **Novo manual da língua portuguesa**. São Paulo: Francisco Alves, 1916. p.81.

⁴ PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática histórica**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1916. p.465.

Carreiro, ao definir verbo, diz que:

Verbo é a palavra que exprime facto, estado ou acção no passado, no presente ou no futuro.

O phenomeno que o verbo exprime póde ser um facto, como em: Cesar chegou; os astros são redondos; – ou um estado, como em: o rei dorme; ou estive doente; – ou um acto, como em: Pedro escreve a lição; os peixes nadam⁵.

Como podemos observar pelos exemplos apresentados, para Carreiro, facto (os astros são redondos) e estado (o rei dorme) não são a mesma coisa que para os gramáticos de hoje, como discutiremos em um outro momento.

Para Ribeiro, verbo “é a palavra pela qual póde uma acção, estado ou qualidade ser attribuida a um ser”⁶. Novamente nos deparamos com uma definição de verbo que exclui, como nos gramáticos já citados, os que indicam fenômeno da natureza e os impessoais.

Cardoso, em uma obra escrita em 1875 e publicada somente em 1944, diz que “verbo é uma fórma grammatical que expressa uma idéia debaixo da modificação variável do tempo”⁷. Ele ainda nos apresenta, de acordo com a sua concepção, o que é essencial e o que não é essencial ao verbo:

Seu caracter distinctivo e essencial há de ser uma propriedade convinhável a todos os verbos, e só a elles.

Este caracter constitutivo e distinctivo é a expressão de ser, ou de um modo de ser, debaixo da modificação variável do tempo.

A essencia do verbo não consiste em significar acção ou movimento, porque esta propriedade não convém aos verbos, como dorme, jaz, existe, e sim também aos substantivos leitura, razoamento, etc.⁸.

Para Cardoso, verbo é apenas uma palavra que sofre flexão de tempo, o que com certeza empobrece significativamente as variações verbais (onde estão as flexões de modo, aspecto, número, pessoa e voz?).

⁵ CARREIRO, Carlos Porto. **Gramática da língua nacional** – Methodo pratico. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1918. p.156.

⁶ RIBEIRO, João. **Gramática portuguesa**. 21.ed. São Paulo: Francisco Alves, 1930. p.93.

⁷ CARDOSO, Brício. **Tratado da língua vernácula**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944. p.137.

⁸ *Ibid.*, p.138.

Cardoso, talvez, devesse ter sido citado em primeiro lugar, mas como preferimos seguir a data de publicação das obras, com ele encerramos um modo próprio a vários gramáticos de definir verbo e, com Tôres, abrimos uma nova seqüência de teóricos que pensa de um modo mais aproximado dos gramáticos modernos.

De acordo com Tôres, verbo “é a palavra que exprime ação, estado, fato ou fenômeno, flexionando-se em tempo, modo, voz, número e pessoa”⁹. Na linha desse autor pensa também Kury:

Certos aspectos da natureza – os fenômenos, as ações, os estados e sua mutação, os acidentes, etc. – quando, ao contrário dos nomes, são concebidos *dinamicamente*, isto é, indicando *o que se processa* nos seres ou por seu intermédio, designam-se por palavras a que chamamos VERBOS, caracterizados por trazerem em si uma noção temporal, seja da duração do processo ou do resultado dêle (aspecto), seja do momento da sua ocorrência (tempo)¹⁰.

Said Ali concorda com Kury quanto ao verbo indicar ação/estado e se flexionar em modo, tempo, número e pessoa:

Verbo é a palavra que denota ação ou estado e possui terminações variáveis com que se distingue a pessoa do discurso e o respectivo número (singular ou plural), o tempo (atual, vindouro, ou passado) e o modo da ação ou estado (real, possível, etc.)¹¹.

Seguindo os outros autores que não colocam a ‘voz’ no conceito de ‘verbo’, encontramos Minchillo e Cabral. Para eles, ‘verbo’ é a “palavra que exprime ação, fenômeno natural, estado ou mudança de estado, situando tais fatos no tempo”¹².

Perini, mesmo sendo um autor contemporâneo, ao falar de verbo diz: “verbo é a palavra que pertence a um lexema cujos membros se opõem quanto a

⁹ TÔRES, Artur de Almeida. **Moderna gramática expositiva da língua portuguesa**. 18.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963. p.88.

¹⁰ KURY, Adriano da Gama. **Pequena gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical**. 9.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1964. p.66-67.

¹¹ SAID ALI, M. **Gramática secundária da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969. p.68.

¹² MINCHILLO, Carlos Alberto Cortez; CABRAL, Isabel Cristina Martelli. **O verbo**. 10. ed. São Paulo: Atual, 1988. p. 3.

número, pessoa e tempo”¹³. Estranhamente, ele não coloca a voz como uma das “oposições” da flexão verbal.

No conceito de Bechara, encontramos os elementos: ação ou processo, voz, pessoa, número, tempo e modo, como podemos constatar na citação:

Cantaremos é uma forma verbal, porque exprime uma ação ou processo (a de cantar), exercida (referência à voz) pela 1ª pessoa (referência à pessoa) do plural (referência ao número), do presente (referência ao tempo) do indicativo (referência ao modo)¹⁴.

Neves, ao falar de predicado, diz claramente que “voz” é um dos elementos definidores do verbo: “Só não constituem *predicados* os *verbos* que modalizam [...], os que indicam aspecto e os que auxiliam a indicação de *tempo* e de *voz*”¹⁵. É evidente que, com esta passagem de Neves, queremos destacar não a predicação do verbo mas os aspectos de flexão morfológica que ela nos coloca.

Encerrando este tópico sobre o conceito de ‘verbo’, podemos deduzir que quando a GT conceitua ‘verbo’ como sendo uma palavra que indica uma ação ou estado e que se flexiona quanto ao tempo, modo, número e pessoa, parece-nos que ela coloca neste conceito duas coisas: o tipo semântico dos verbos (‘ação’, ‘estado’) e a estrutura flexional dos verbos (a flexão modo-tempo e número-pessoa). Já a ‘voz’, como veremos na seção seguinte, é discutida numa relação entre o sujeito e a ação expressa pelo verbo, portanto, numa perspectiva sintática. Assim, Bechara, ao conceituar verbo, lança mão dos elementos semânticos, morfológicos e sintáticos.

1.2 VOZES VERBAIS

Para os nossos propósitos – uma descrição do *SE* reflexivo, apassivador e indeterminador do sujeito – uma discussão mais aprofundada sobre vozes

¹³ PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1998. p.320.

¹⁴ BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. p.221.

¹⁵ NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000. p. 25.

verbais é imprescindível, pois é dentro desta flexão que se colocam a reflexividade, a passividade e a atividade. Para realizar tal discussão, procederemos, como no tópico anterior, obedecendo a um critério cronológico de publicações, partindo das mais antigas para as mais recentes.

De acordo com Pereira:

A acção expressa pelo verbo é normalmente atribuída na frase a um *sujeito*, que póde, em relação a ella, assumir trez attitudes: a de agente, a de paciente (recipiente) e a de agente e paciente ao mesmo tempo. Esta tríplice relação do *sujeito* para com o *predicado* dá origem ao que se chama em grammatica vozes do verbo, que são fundamentalmente trez:

1. voz *activa*: quando o sujeito é agente da acção verbal;
2. voz *passiva*: quando o sujeito é paciente ou recipiente da acção verbal;
3. voz *reflexiva, média ou medio-passiva*: quando o sujeito é *agente* e simultaneamente paciente da acção verbal¹⁶.

Podemos observar que, da apresentação de Pereira às dos gramáticos da atualidade, no tocante a vozes verbais, não constatamos nenhuma diferença de ordem conceitual. Embora ele fale de ‘voz média ou medio-passiva’ que termina sendo, apenas, uma nomenclatura, porque do ponto de vista conceitual, como já dissemos, não há nenhuma diferença entre ‘voz reflexiva’ e as que ele classifica de ‘média ou medio-passiva’.

Carreiro, ao abordar esta questão, diverge um pouco de Pereira, pois, no tópico em que fala de vozes verbais, enumera apenas a voz ativa e a passiva:

Voz activa é a forma verbal em que o agente é o mesmo sujeito [...]. Voz passiva é a forma verbal em que o sujeito é expresso por *um termo* e o agente é expresso por *outro*¹⁷.

Mesmo, neste ponto, não falando de voz reflexiva – o que fará em outro momento – ele não altera o conceito que temos destas duas vozes (activa e passiva). O autor não fala de reflexividade como uma terceira voz, porque a voz reflexiva, para ele, é apenas uma variação da voz passiva:

¹⁶ PEREIRA, Eduardo Carlos. Op. cit., p.473-474.

¹⁷ CARREIRO, Carlos Porto. Op. cit., p.238.

A função passivadora é exercida mais frequentemente pelo pronome *se* [...]. Isto se dá quando o sujeito da oração representa um ente inanimado (Vendeu-se o navio), e em geral quando a vontade do sujeito não concorre para a acção, pois que há voz passiva quando o sujeito não é o mesmo agente. Ex.: Sacrificou-se o touro (= O touro foi sacrificado). Se porém o sujeito é o agente (capaz de vontade e acção) a voz é *média* ou reflexa: Ex.: Napoleão I coroou-se (N. coroou a si mesmo)¹⁸.

Cardoso classifica as vozes verbais em ativa, passiva e média:

Diz-se que o verbo fala na voz *activa*, quando pede um complemento objectivo.

Diz-se que o verbo fala na voz *passiva* quando o agente se declara por um complemento indirecto e o complemento objectivo figura de sujeito.

Diz-se que o verbo fala na voz *média*, quando esse complemento objectivo é o indefinido, ou o reciproco *se*, ou qualquer variação dos pronomes pessoais primitivos¹⁹.

De uma leitura mais aprofundada do texto de Cardoso, depreendemos que o verbo na voz ativa pede um complemento (direto?) destinatário da acção verbal; já, na voz passiva, o agente é um complemento indirecto (regido por preposição) e o sujeito é um complemento objetivo (destinatário da acção); e, na voz média o sujeito sofre a acção por força do *SE*, quer, segundo o autor, indefinido (“o *se*, indefinido, é o *sui, sibi, se* dos latinos”²⁰), quer reciproco²¹.

Kury destaca a transitividade do verbo como um dos elementos a ser levado em consideração nesta discussão: “Voz verbal é a forma ou flexão em que se apresenta o verbo transitivo directo [...] para indicar a relação que há entre êle e seu sujeito”²².

Said Ali também classifica as vozes verbais em ativa, passiva e média ou medial (reflexiva)²³. Portanto, como Pereira, ele não distingue entre voz média e voz reflexiva. Ele também chama a atenção, como Kury, para a regência do verbo. Só que, para Said Ali, alguns verbos intransitivos admitem a voz passiva:

¹⁸ Ibid., p.319.

¹⁹ CARDOSO, Brício. Op. cit., p.141.

²⁰ Ibid., p.130.

²¹ O *se* é indefinido porque pode referir-se, independentemente, de gênero e número a qualquer sujeito de 3ª pessoa (Cf. Ibid., p.124-125).

²² KURY, Adriano da Gama. Op. cit., p.74.

²³ SAID ALI, M. Op. cit., p.95-96.

Alguns verbos intransitivos que têm por complemento um nome regido da preposição *a* podem tomar a forma passiva fazendo o dito nome às vezes de sujeito:

Os meninos obedecem ao mestre – O mestre é obedecido²⁴.

Vale salientar que o que Said Ali classifica como “verbo intransitivo” neste trecho é, atualmente, classificado como “verbo transitivo indireto”.

Almeida, além das vozes ativa, passiva e reflexiva, fala de uma quarta voz – a neutra:

Em último lugar, há casos em que o sujeito não pratica nem recebe a ação expressa pelo verbo, por não indicar esta ação alguma. Assim, quando dizemos: “O cozinheiro é bom” – o sujeito *cozinheiro* não pratica nem recebe nenhuma ação²⁵.

A voz neutra, para Almeida, é aquela em que o verbo não expressa uma ação. Todos os verbos de ligação têm esta marca: o sujeito de orações com predicado nominal não pratica nem recebe a ação praticada. É de se notar que, se limitarmos as categorias de voz aos verbos transitivos, como sugerido por Kury e Said Ali, o problema classificatório imaginado por Almeida não se coloca.

Kury, como citamos acima, destaca a transitividade verbal direta como condição para a flexão de voz dos verbos. Said Ali, citado há pouco, diz que alguns verbos transitivos indiretos admitem a voz passiva. Silva e Koch concordam com Said Ali, mas discordam de Kury:

[...] de acordo com nossas gramáticas, só admitem a forma passiva orações que contenham verbos *transitivos diretos*. O critério, porém, não é totalmente satisfatório: existem, em nossa língua, verbos transitivos diretos que não aceitam passiva (Ex.: (49) e (50)) e alguns verbos *transitivos indiretos* com os quais o uso da passiva se encontra generalizado (Ex.: (51) e (52)).

49 (i) Maria tem cinco filhos.
(ii) * Cinco filhos são tidos por Maria.

50 (i) Deus pode tudo.
(ii) * Tudo é podido por Deus.

²⁴ Ibid., p.95. A posição de Said Ali, no tocante à voz passiva de alguns verbos intransitivos, é tendência de alguns gramáticos contemporâneos (cf. SILVA, Maria Cecília P. de S.; KOCH, Ingedore G. V. **Linguística aplicada ao português**: Sintaxe. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1993. p.62-63).

²⁵ ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 28.ed. São Paulo: Saraiva, 1979. p.212.

- 51 (i) Todos devem obedecer às leis do país.
 (ii) As leis do país devem ser obedecidas por todos.
- 52 (i) Milhares de pessoas já assistiram a este filme.
 (ii) Este filme já foi assistido por milhares de pessoas²⁶.

Bechara, por sua vez, estabelece uma diferença entre voz passiva e passividade:

Voz é a forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação:

Ele *foi visitado* pelos amigos.

Alugam-se bicicletas.

Passividade é o fato de a pessoa receber ação verbal. A passividade pode traduzir-se, além da voz passiva, pela ativa, se o verbo tiver sentido passivo:

Os criminosos recebem o castigo.

Portanto, nem sempre a passividade corresponde à voz passiva²⁷.

Em suma, pelo que vimos, encontramos na discussão tradicional pelo menos dois critérios na identificação das vozes do verbo, o morfológico e o semântico. Pelo *critério morfológico*, a passiva pronominal e as vozes média e reflexiva constituem, estruturalmente, uma só voz – todas caracterizadas pela construção *verbo + SE*. Por exemplo:

- (1) a – Não se viu o animal abatido.
 b – O animal abatido não foi visto.

Nos exemplos “a” e “b” de (1), a GT diz que o verbo está na voz passiva, simplesmente, devido a uma estrutura morfológica. O mesmo se dando com o exemplo (2),

- (2) João estava doente, por isso *ele se operou*,

onde a sentença “ele se operou”, obedecendo ao critério morfológico, deve ser classificada como voz reflexiva (Eu me..., tu te..., ele se..., etc.).

²⁶ SILVA, Maria Cecília P. de S.; KOCH, Ingedore G. V. Op. cit., p.62-63.

²⁷ BECHARA, Evanildo. Op. cit., p.222.

Pelo critério *semântico*, é necessária uma distinção entre as vozes *média* e *reflexiva*: os agente e paciente não se distinguem claramente (1º caso), ou são idênticos, isto é, a mesma pessoa (2º caso). Vejamos os exemplos:

(3) João zangou-se com a namorada (voz média)

é voz média porque “João” entra como agente, mas não a ponto de “*zangar-se a si mesmo*”, pois “a namorada” tem a sua cota de participação na relação verbo-sujeito. Poderíamos contra-argumentar dizendo que se trata de voz “recíproca” (uma variação de voz reflexiva), mas tal contra-argumento não se sustentaria porque “João zangou-se com a namorada” não significa que ela também esteja zangada com ele (condição para a reciprocidade). Portanto, na voz *média* o agente e o paciente, no que diz respeito ao processo verbal, não estão bem distintos. Até que ponto, o fato de “João zangar-se” é uma ação desencadeada e sofrida somente por “João”? Já, no exemplo,

(4) “João se matou” (voz reflexiva),

não há problema para se identificar o agente e o paciente da ação verbal, eles são o mesmo ser no mundo. Ainda pelo *critério semântico*, a voz passiva é aquela em que o paciente se torna *sujeito gramatical* da sentença, mas não o *agente* da ação verbal. Como no exemplo,

(5) O animal foi abatido pelo caçador,

onde “o animal” é o sujeito gramatical, mas não o agente verbal, no caso, “o caçador”.

É importante apontar para esta discussão porque ela mostra que nem sempre é claro o que a GT entende por *vozes verbais*, ora lançando mão do critério morfológico, ora do critério semântico. E, como logo veremos, o que ela (GT) chama de passividade na realidade não o é. Da mesma forma, o que ela chama de reflexividade, também não o é.

Feita essa discussão sobre vozes verbais, na seção seguinte discutiremos, com mais profundidade, os usos do pronome *SE* na GT.

1.3 DESCRIÇÃO DOS USOS DO PRONOME *SE*, DE ACORDO COM A GT

Após termos apresentado diacronicamente o conceito de verbo e de vozes verbais, trataremos agora do pronome *SE* como índice de indeterminação do sujeito, como partícula apassivadora e como partícula reflexiva. Antes, apresentaremos de forma sucinta a principal mudança na evolução histórica desse pronome, do latim às línguas românicas modernas – em especial, o português. E finalizaremos esta seção com algumas considerações sobre o uso do *SE* na GT.

1.3.1 Aspectos históricos da evolução do pronome *SE*

Um breve levantamento histórico sobre o pronome reflexivo *SE* – sobretudo na 3ª pessoa, porque, nas demais, temos outros morfemas para efetuar a reflexividade – nos coloca diante de uma constatação interessante: o *SE* como partícula utilizada para outros fins que não a expressão de reflexividade é uma construção tardia das línguas românicas. Sobre esta questão, Maurer Jr. afirma:

O português, como, em geral, as demais línguas românicas, apresenta diversas aplicações notáveis do pronome reflexivo, sobretudo na forma *se* da 3ª pessoa, em contraste interessante com o uso limitado que esse pronome admitia em latim²⁸.

Ainda sobre este mesmo ponto, Napoli diz:

O uso do morfema pessoal reflexivo de terceira pessoa em construções não envolvendo um significado reflexivo pode ser reconstituído, na história da lingüística românica, no mínimo até o latim^{29,30}.

²⁸ MAURER JR., Theodoro Henrique. **Dois problemas da língua portuguesa**: o infinitivo pessoal e o pronome *se*. São Paulo: José Magalhães, 1951. p.79.

²⁹ As traduções são de inteira responsabilidade do autor desta tese.

³⁰ NAPOLI, Donna Jo. **The two si's of italian** – An analysis of reflexive, inchoative and indefinite subject sentences in modern standard italian. Indiana, USA: Linguistics Club, 1976. p.2. “The use of the third person reflexive morpheme for constructions not involving a reflexive meaning goes back in Romance linguistic history at least as far as Latin”.

Said Ali, também, a respeito desta evolução, é categórico: “Relembremos aqui que a princípio a forma reflexiva (ou média) coexistiu com a ativa, enquanto a passiva não se conhecia ainda”³¹.

Portanto, *o que é novo* na evolução do latim para as línguas românicas modernas é o uso do *SE* para formar a *passiva pronominal*; este uso não existia em latim, em que as formas correspondentes a *SE* eram usadas apenas para expressar reflexividade e “voz média” (por exemplo, “João sentou-se”).

Assim, a partir das colocações de Maurer Jr., Napoli e Said Ali, parece que podemos deduzir que a evolução histórica do pronome *SE* tem sido objeto de interesse intenso. Mas caracterizar esta evolução histórica não é a razão de ser de nossa pesquisa. O fato que realmente nos interessa são as funções deste pronome. Maurer Jr. nos diz:

Dessas aplicações novas do pronome reflexivo três, sobretudo, merecem ser notadas: 1) O uso do pronome reflexivo em qualquer pessoa junto de verbos intransitivos, servindo para realizar a *espontaneidade* ou *energia* do estado ou ação expressa pelo verbo. Assim: [...] ir-se, sair-se, vir-se, rir-se, morrer-se [...]. 2) O emprego do pronome reflexivo, geralmente só na 3ª pessoa, para expressão de voz passiva [...]: vendeu-se a casa, abriu-se uma loja [...]. 3) O emprego do mesmo pronome com verbos intransitivos, para formar expressões impessoais que servem para enunciar um agente pessoal indefinido [...]: aqui não se come mal, fala-se agora em novas eleições, vive-se tranquilamente nesta aldeia³².

O processo evolutivo do pronome *SE*, de reflexivo a passivo e de passivo a indeterminador do sujeito³³, na visão de Monteiro, é resultado de uma reanálise deste pronome:

O *se* indeterminador, sendo o último estágio evolutivo, foi diretamente derivado do *se* passivador, em decorrência de um processo de reanálise sintática: o sujeito paciente vindo normalmente após o verbo transitivo, passou a ser interpretado como objeto direto e,

³¹ SAID ALI, M. **Dificuldades da língua portuguesa**. 5.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957. p.95. Macambira, como Said Ali, acha que o último estágio do *se* foi o *apassivador*. (MACAMBIRA, José Rebouças. A questão do *SE*. **Revista da Academia Cearense da Língua Portuguesa**, Fortaleza, v.6, n.6, p.93-97, 1985).

³² MAURER JR., Theodoro Henrique. Op. cit., p.49-50.

³³ A partícula de realce, por não ter função sintática, não é analisada nem citada por Monteiro (Op. cit.).

em virtude da lacuna deixada na função de sujeito, conferiu-se ao *se* um valor genérico de indeterminação³⁴.

Sobre este mesmo ponto, Said Ali afirma:

Ações praticadas por seres humanos não podiam ser enunciadas pela linguagem sem a indicação do agente. Quando, porém, o agente humano era desconhecido ou não convinha mencioná-lo, a linguagem servia-se deste expediente: personalizava o objeto se era ente inanimado e fingia-o praticar a ação sobre si mesmo³⁵.

Após apresentar um quadro resumido desta evolução do *SE* nos seus aspectos sintáticos, Monteiro reafirma a sua convicção de que o *SE* indeterminador do sujeito é o uso mais coerente deste pronome com verbos transitivos diretos, ao contrário da análise sustentada pela maioria dos gramáticos tradicionais:

Para não deixarmos dúvidas quanto à nossa posição, aceitamos que as estruturas nas quais o *se* ocorre junto a verbos transitivos diretos em geral não exprimem passividade e *se* nivelam às que apresentam verbos intransitivos³⁶.

Monteiro ilustra esta afirmação com os seguintes exemplos: “Não sei outros nomes que \emptyset dão para a tripulação”; “Aquela fruta-de-conde, que aqui no Rio é caríssima, lá \emptyset vende assim por um preço baratíssimo”; “o que \emptyset usa normalmente aqui no interior é o freio”³⁷.

Então, em sua visão, verbo transitivo direto + *SE* (*VTD+SE*) nem sempre expressa passividade, como afirma a gramática tradicional, até porque nos exemplos dados pelo autor, o pronome *SE* pôde ser apagado sem comprometer o sentido dos enunciados. Logo, *VTD+SE* se aproxima de verbo intransitivo + *SE* (*VInt+SE*), onde o *se* é indeterminador do sujeito.

Maurer Jr., discutindo esta evolução do pronome *SE* – o indeterminador precede o apassivador ou vice-versa? – afirma que “a expressão de um agente indeterminador resulta de uma evolução semântica posterior”³⁸, na qual o *SE* não

³⁴ MONTEIRO, José Lemos. Op. cit., p.103.

³⁵ SAID ALI, M. Op. cit., 1957, p.95-96.

³⁶ MONTEIRO, José Lemos. Op. cit., p.109.

³⁷ Id. Ibid.

³⁸ MAURER JR., Theodoro Henrique. Op. cit., p.51.

pode ser considerado o sujeito do enunciado³⁹, e apresenta os seguintes argumentos:

- a) na frase “Come-se bem neste restaurante”, o *SE* “é um simples morfema que unido ao verbo dá-lhe um sentido impessoal, com referência a um agente indeterminado”⁴⁰;
- b) deve-se evitar a confusão entre *forma passiva* e *sentido passivo*. Por exemplo, na frase “Vendem-se flores”, “a forma é passiva, ou melhor, reflexão passiva, apesar de haver muito pouco ou nada da significação passiva antiga”⁴¹;
- c) também, deve-se não confundir a questão sintático-semântica com a morfológica: “Feita esta distinção, percebemos que não é preciso falar em *se* sujeito nestas construções impessoais, em circunstância nenhuma”⁴².

Podemos depreender, a partir dos teóricos citados, que o *SE*, enquanto partícula de indeterminação do sujeito, para usar a terminologia da Gramática Tradicional, é um fato histórico posterior à passividade. Acrescenta Cardoso que, independentemente da função do *se* em português, ele se originou do *sui, sibi, se* dos latinos⁴³. Portanto, embora em latim as formas equivalentes ao *SE* fossem usadas apenas para expressar “reflexividade”, houve uma evolução posterior em que esta forma passou a expressar, primeiro, uma frase passiva e, desta, houve a evolução para a construção em que *SE* passou a expressar a indeterminação do sujeito. Assim, parece evidenciar a razão da confusão associada à conceituação de “voz reflexiva”: ao associar este termo à construção em que o *SE* não expressa mais “reflexividade”, os gramáticos tradicionais apenas obscurecem a descrição destas diferentes construções.

³⁹ Maurer Jr. (Op. cit., p.51) não concorda com os que querem classificar o *se*, em português, como pronome indefinido, correspondendo ao *on* (do francês), ao *one* (do inglês) ou ao *man* (do alemão). Cardoso (Op. cit., p.126) é da mesma opinião de Maurer Jr.

⁴⁰ MAURER JR., Theodoro Henrique. Op. cit., p.52.

⁴¹ Ibid., p.53.

⁴² Ibid., p.54.

⁴³ “O pronome *se* nunca é sujeito em português, porque não é nem o *on* dos franceses, nem o *one* dos ingleses, e sim o *sui, sibi, se* dos latinos, quer seja reflexivo, quer indefinido...” (CARDOSO, Brício. Op. cit., p.129). Conferir, também: CARNEIRO, Naomi. **Lições de português**. Rio de Janeiro: São José, 1957. p.192.

Após essa breve discussão sobre a evolução do pronome *SE* (de reflexivo a passivo e de passivo a indeterminador do sujeito), a seguir apresentaremos, com mais detalhes, cada uma destas funções.

Abriremos a seção seguinte pelo uso mais recente do pronome *SE* (o indeterminador do sujeito), em seguida discutiremos o *SE* apassivador e, por último, a forma historicamente mais antiga, o *SE* reflexivo.

1.3.2 O *SE* índice de indeterminação do sujeito

Cardoso chama o *índice de indeterminação do sujeito* de *indefinido*, que tem por finalidade fazer referência a um sujeito que existe na mente de quem fala ou escreve:

Logo, *se*, indefinido, é complemento objectivo só aparente, é em rigor termo de relação, ou indício desse termo, porque o verbo a que elle se junta torna-se desde logo relativo, pela referência que tem este pronome à pessoa ou pessoas unicamente concebidas na mente de quem fala ou escreve⁴⁴.

Desta afirmação de Cardoso – “... pessoa ou pessoas unicamente concebidas na mente de quem fala ou escreve” – podemos deduzir que o sujeito da sentença, mesmo existindo na mente do falante/ouvinte, não se realiza na sentença por meio de um termo expresso. Mas, contraditoriamente, ele afirma: “Quando *se* se junta a verbo intransitivo, não é sujeito, mas complemento directo. Ex.: *Vive-se*”⁴⁵. Ora, como veremos adiante, frases desta natureza serão consideradas como tendo sujeito indeterminado, porque, como o próprio Cardoso afirmou, o sujeito existe apenas na mente do falante/ouvinte. Todavia, todos os usuários da língua portuguesa sabem que existe alguém que vive. Mais, se o verbo é intransitivo, como o *SE* vai ser complemento directo? Cardoso vai dizer, ainda, patenteando de modo mais evidente sua contradição, o seguinte:

⁴⁴ CARDOSO, Brício. Op. cit., p.130. Por *verbo relativo*, devemos entender aquele verbo que estabelece uma “relação” sujeito-predicado.

⁴⁵ Ibid., p.131.

Em rigor, só há um caso de sujeito vago e indeterminado, que é quando na terceira pessoa do plural não se exprime o sujeito. Ex.: Deram-me um retrato. – Contaram-me uma história⁴⁶.

Sousa, por sua vez, em um exemplo extraído do Padre Vieira – “Na côrte, *se morre*” – de estrutura sintática igual à de Cardoso (verbo intransitivo + *SE*), classifica tal construção como sendo sem sujeito: Cláusulas sem sujeito – “em quaisquer cláusulas onde se considere a acção em si, prescindindo-se de todo e qualquer sujeito”⁴⁷. Como podemos observar, não há consenso entre a classificação do pronome feita por Cardoso e por Sousa.

Carneiro afirma que o *SE* nunca poderá ser classificado como sujeito, uma vez que se originou de um pronome que, em latim, não pode ser usado no caso nominativo:

Se, em português, nunca pode ser sujeito, porque provém de pronome latino que não tem forma nominativa.

Nas expressões: Pode-se cair dêste muro – Ama-se a Deus – Não se pense que se é sujeito. Indica que o sujeito é indeterminado.

Exemplos: *Vindo-se* a esta Escola, *sente-se* uma serenidade agradabilíssima – *morre-se* de mêdo⁴⁸.

Podemos deduzir que a autora concorda com Cardoso quando este afirma que o *SE* é impessoal (o sujeito não está presente na frase, mas, apenas, na mente do falante/ouvinte): há alguém que vem à escola, há alguém que sente tal serenidade, há alguém que morre de medo. Entretanto, ela não concorda com Sousa, que, analisando a sentença de Vieira com o mesmo verbo *morrer* + *se*, classificou-a como sendo sem sujeito.

Tôrres, como Carneiro, afirma que temos índice de indeterminação do sujeito quando o pronome *se* impessoaliza o verbo⁴⁹:

⁴⁶ Id. Ibid.

⁴⁷ SOUSA, Eurípedes Olímpio de Oliveira. **Noções de gramática e de língua portuguesa**. Curitiba: Paranaense, 1953. p.371-372.

⁴⁸ CARNEIRO, Naomi. Op. cit., p.194.

⁴⁹ Por “impessoalizar o verbo” se quer dizer que o *SE*, quando índice de indeterminação do sujeito, só permite que o verbo se flexione na 3ª pessoa do singular, como os verbos impessoais. Talvez por “impessoalizar” fosse melhor dizer “unipessoalizar” o verbo.

Quando, em certas frases, o pronome *se* vem junto a verbos empregados impessoalmente: *Ama-se* a Bernardes. *Admira-se* a Vieira. *Brinca-se* alegremente. *Corre-se* muito bem⁵⁰.

Azevedo Filho não só chama a atenção para o *se* impessoalizador do verbo como, ainda, dá a regência dos verbos onde o *SE* ocorre como índice de indeterminação do sujeito. Para ele, temos sujeito indeterminado na seguinte situação:

Com o verbo intransitivo ou transitivo indireto na terceira pessoa do singular, seguido do pronome *se*, na função de índice de indeterminação do sujeito. Ex.: *Vive-se* bem aqui. *Aqui se* trabalha muito. *Trata-se* de livros novos⁵¹.

Kury, tratando desta mesma questão – o pronome *se* como indeterminador do sujeito –, como Azevedo Filho, também chama a atenção para a regência dos verbos. Acrescenta à lista os verbos de ligação e nomeia os transitivos diretos como não sendo possíveis, nesta situação (terceira pessoa do singular + *se*), de ter sujeito indeterminado⁵².

Os verbos transitivos indiretos, intransitivos e de ligação também se usam, em nossa língua, combinados com o pronome *se*. Mas, ao contrário do que sucede com os verbos transitivos diretos, as orações com eles construídas não possuem sujeito determinado⁵³.

Cunha e Cintra descrevem o sujeito indeterminado por *SE*, sem levar em consideração a regência do verbo:

Algumas vezes o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento⁵⁴.

Bechara, ao tratar do pronome *SE* como índice de indeterminação do sujeito, alarga esta classificação. Para ele, o *SE*, mesmo combinando com verbos transitivos diretos, pode ser classificado como índice de indeterminação do sujeito, atendendo ao processo evolutivo da língua:

⁵⁰ TÔRRES, Artur de Almeida. Op.cit., p.204.

⁵¹ AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. **Gramática básica da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1969. p.172.

⁵² Trataremos desta situação em um outro ponto de nossa pesquisa: o *se* como apassivador.

⁵³ KURY, Adriano da Gama. **Gramática fundamental da língua portuguesa do Brasil**. São Paulo: Lisa, 1973. p.45.

⁵⁴ CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís Felipe L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.125.

[...] o *se* como índice de indeterminação de sujeito – primitivamente exclusivo em combinação com verbos não acompanhados de objeto direto –, estendeu seu papel aos transitivos diretos (onde a interpretação passiva passa a ter uma interpretação impessoal: *Vendem-se casas* = “Alguém tem casas para vender”) e de ligação (*É-se feliz*). A passagem deste emprego da passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo do verbo⁵⁵.

Como vimos, na visão de Kury⁵⁶, os verbos de ligação, quando combinados com o pronome *SE*, já eram classificados como verbos que tinham sujeito indeterminado.

Particularidades à parte, podemos afirmar que o pronome *SE*, quando impessoaliza (não no sentido de tornar sem pessoa) o sujeito de um determinado verbo – intransitivo, transitivo indireto ou de ligação e, na visão de Bechara⁵⁷, transitivo direto – pode ser classificado como índice de indeterminação do sujeito.

1.3.3 O *SE* como partícula apassivadora

Como pronome apassivador, o *SE*, segundo Ribeiro, é, hipoteticamente, uma herança do latim: *Amor* (voz passiva em latim) = *Amo-se* (em português). Ele diz:

A língua portuguesa possui uma VOZ MÉDIA passiva com o pronome *se*:

Fizeram-se casas.
Preparou-se a terra.
Escreviam-se cartas.

Este systema representa uma voz passiva de terceira pessoa, que seguiu a tradição do processo latino: *Amor* = *Amo-se* (o que aliás não está averiguado e é mera hypothese)⁵⁸.

Ribeiro usa a terminologia “voz média passiva” para referir-se ao que a gramática tradicional chama hoje de “voz passiva”. E coloca como mera hipótese

⁵⁵ BECHARA, Evanildo. Op. cit., p.178.

⁵⁶ KURY, Adriano da Gama. Op. cit., 1973.

⁵⁷ BECHARA, Evanildo. Op. cit.

⁵⁸ RIBEIRO, João. **Grammatica portugueza**. 19.ed. São Paulo: Francisco Alves, 1920. p.219.

o fato de a voz passiva em português, com o pronome *SE*, ter tomado o lugar da voz passiva em latim com o morfema {-r}.

No tocante à concordância verbal em frases passivas com o pronome *SE*, esse autor chama a atenção para a diferença deste tipo de construção, em português, com a construção em francês com o pronome *on*. Nesta língua, de fato, *on* é pronome e, portanto, sujeito do verbo. Mas, em nossa língua, o pronome *SE* apassivador não pode ser confundido com o sujeito da frase.

Cardoso, após discutir exaustivamente sobre a não-possibilidade do *SE* aparecer como sujeito da oração, faz algumas observações sobre este pronome, nesta função (de sujeito), em português:

A forma portugueza de apassivar o verbo transitivo pela adjunção do pronome *se* à terceira pessoa do singular é mais rica do que a latina; pois nós o podemos apassivar em todos os tempos do presente, pretérito e futuro, e as latinas só o podem fazer no presente, imperfeito e futuro⁵⁹.

Sousa, falando das várias formas de construção da voz passiva, diz que a construída com o pronome *SE* se faz “pela partícula *se* e uma forma activa”⁶⁰, e exemplifica: “Aqui só *se* vive”. Pelo que já discutimos, quando falamos sobre a indeterminação do sujeito, parece que esta sentença se classifica melhor como tendo sujeito indeterminado do que como sujeito passivo. Além do mais, o autor contraria a todos os outros que negam ser a partícula *se* sujeito⁶¹. Ele afirma: “A partícula apassivante é um como afixo que faz parte do verbo, excepto no caso de ela ser sujeito”⁶².

Said Ali reafirma a posição de Ribeiro, ao reportar a voz passiva em português para o latim:

Sabe-se que a forma verbal latina em *-r* quadra [sic] a denominação da voz mediopassiva [...] por ser o *-r* comum a verbos depoentes e aos de sentido passivo. Pois bem, esta dupla função desdobrou-se nas línguas românicas: de um lado, pelo uso do verbo

⁵⁹ CARDOSO, Brício. Op. cit., p.132.

⁶⁰ SOUSA, Eurípedes Olímpio de Oliveira. Op. cit., p.263.

⁶¹ Conferir: RIBEIRO, João (Op. cit., p.220), CARDOSO, Brício (Op. cit., p.126-131) e CARNEIRO, Naomi (Op. cit., p.192), que discordam da posição de Sousa quanto ao uso do *se* como sujeito.

⁶² Ibid., p.264.

seguido do pronome reflexivo; do outro, pelo verbo *ser* mais o particípio do pretérito⁶³.

Segundo Said Ali, a estrutura *ser* + *particípio* representa os verbos depoentes (Ex.: “Este homem é *viajado*“ significa “Este homem viajou muito”), enquanto o *verbo* + *se* expressa a voz passiva.

Como vimos no item 1.2 (Vozes verbais), a voz passiva é aquela em que o sujeito sofre a ação do verbo. Ora, para que o sujeito sofra a ação do verbo, é necessário haver um agente que pratique esta ação sobre o sujeito. Daí, Said Ali afirmar que: “Admitir um sentido passivo é admitir a possibilidade de um agente ou ‘complemento de causa eficiente’ tanto oculto como expresso”⁶⁴, que possa executar a ação.

Carneiro afirma que o pronome (apassivador) *SE* e o verbo *ser* + *particípio* são os meios que dispomos para construir a passividade com verbos transitivos diretos.

Se – é partícula apassivadora quando a forma verbal em que aparece pode ser substituída pelo verbo *ser* seguido de *particípio* passado do verbo que exprime a ação. Pode ser expresso o sujeito por palavra substantiva ou por um pronome. O verbo deve ser transitivo⁶⁵.

Fica claro que o agente só pode ser expresso se a voz passiva for participial. Por exemplo:

(6) Casas foram vendidas pela agência.

(7) Vendem-se casas (* pela agência).

Carneiro chama, ainda, a atenção para a natureza do sujeito. Se este for animado, o pronome *SE* deixa de ser apassivador e se torna objeto direto⁶⁶. Por exemplo:

(8) *Compram-se* espingardas = espingardas são compradas (*se* = apassivador).

⁶³ SAID ALI, M. Op. cit., 1957, p.90.

⁶⁴ Ibid., p.101.

⁶⁵ CARNEIRO, Naomi. Op. cit., p.193.

⁶⁶ Id. Ibid.

(9) *Alugam-se* homens para ganharem a vida (*se* = objeto direto e *homens* = sujeito)⁶⁷.

Sobre o *SE* apassivador, Tôrres nos chama a atenção para o fato de o sujeito receber a ação praticada pelo verbo e acrescenta, mais, que o apassivador *SE* e o verbo *ser*, quase sempre, são equivalentes: "Quando o sujeito recebe a ação expressa pelo verbo [...]. A passiva com o pronome *se* geralmente corresponde à passiva com o verbo *ser* e o particípio do verbo empregado"⁶⁸. Tôrres, ainda, destaca o fato de haver ambigüidade entre a passiva pronominal e a voz reflexiva. Para evitar a anfibologia, ele aconselha o uso de *mutuamente* ou *reciprocamente*, para diferenciar a reflexiva da passiva⁶⁹.

Azevedo Filho também descreve os dois tipos de voz passiva, a com os verbos *ser* ou *estar* e a com o pronome *SE*⁷⁰. Para este segundo tipo, ele diz:

Recorre-se ao pronome apassivador *se*, o que se verifica apenas na terceira pessoa gramatical. No português contemporâneo, não se usa o agente da passiva na chamada voz passiva pronominal⁷¹.

Ele distingue, ainda, voz passiva de passividade, colocando esta última como decorrente, muitas vezes, da própria significação do verbo, podendo, inclusive, aparecer em construções sintaticamente ativas. Por exemplo: "O cachorro recebeu uma paulada"⁷².

Falando sobre o *SE* apassivador, Kury diz:

Se o paciente de uma ação na voz ativa (objeto direto) representa um ser inanimado (incapaz, portanto, de praticar a ação expressa pelo verbo), e o agente é, [...], indeterminado, nossa língua possui, além da voz passiva com auxiliar, outra construção passiva mais sintética, em que à forma do verbo na voz ativa se acrescenta, para indicar passividade, o pronome *se*⁷³.

⁶⁷ A autora não nos oferece maiores esclarecimentos sobre este ponto.

⁶⁸ TÔRRES, Artur de Almeida. Op. cit., p.205-206.

⁶⁹ Ibid., cf. nota de pé de página n.33, à p.204.

⁷⁰ Hoje a gramática, mesmo tradicional, não apresenta como voz passiva analítica a construção participial com o auxiliar *estar*.

⁷¹ AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. Op. cit., p.108.

⁷² Id. Ibid.

⁷³ KURY, Adriano da Gama. Op. cit., 1973, p.44-45.

Kury, também, chama a atenção para o caráter transitivo direto do verbo, para que possamos efetuar a passividade. Cunha e Cintra, sobre a passiva pronominal, dizem apenas que se faz a passiva pronominal: “com o pronome apassivador *se* e na terceira pessoa verbal, singular ou plural, em concordância com o sujeito”⁷⁴.

Para a questão da voz passiva com o pronome *SE*, Bechara dá a seguinte sentença: “O banco só se abre às dez horas” – e faz os seguintes comentários:

No presente exemplo, *banco* é um sujeito constituído por substantivo que, por inanimado, não pode ser o agente da ação verbal; e, por isso, a construção é interpretada como “passiva”: é o que a gramática chama voz “médica” ou “passiva com *se*”⁷⁵.

Ele ainda observa que a passividade, além de ser um fato sintático, é, também, um fato semântico, que depende do significado lexical do verbo da oração⁷⁶.

Como dissemos antes, toda esta discussão sobre o *SE* como *índice de indeterminação do sujeito* e como *partícula apassivadora* tem por finalidade estabelecer a diferença entre estes usos e o uso reflexivo deste pronome. Enquanto, no primeiro caso, o *SE* torna “o sujeito presente apenas na mente dos usuários da língua” e, no segundo, torna o sujeito recipiente da ação praticada, o uso reflexivo faz com que o sujeito seja simultaneamente “o agente e o receptor” da ação. Vejamos agora como esta diferença é apresentada pelos gramáticos.

1.3.4 O *SE* como pronome reflexivo

Falando sobre os pronomes pessoais de 3ª pessoa, Ribeiro apresenta o uso do pronome *SE* como reflexivo e nos diz:

[...] a fôrma da terceira pessoa pronominal denomina-se *pessoa reflexiva*, que é a que ocorre no discurso *indicando relação de*

⁷⁴ CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís Felipe L. Op. cit., p.373.

⁷⁵ BECHARA, Evanildo. Op. cit., p.177.

⁷⁶ Id. Ibid.

identidade com o sujeito. Esta pessoa é determinada pelos acusativos das duas primeiras, *me, te* e por uma fórmula *se*⁷⁷ (grifos nossos).

Da colocação deste autor, podemos inferir que a reflexividade é a identificação da pessoa do sujeito com o complemento verbal (“sujeito” e “acusativo”). Tal identificação se constrói pelo uso dos pronomes *me, te, se* e *nos*.

Cardoso diz que o *SE* reflexivo é complemento “direto” ou “terminativo”:

Ora, se o *se*, indefinido, é o *sui, sibi*, se dos latinos, isto é, se não tem caso recto, se não pode ser nominativo, *tollitur questio*; porque *se reflexivo*, concordem os adversários, é complemento directo ou terminativo⁷⁸.

Da afirmação de Cardoso, parece que podemos deduzir que a reflexividade não é privativa, apenas, dos verbos transitivos diretos, mas também dos transitivos indiretos, pois ele entende por “terminativo” o objeto indireto (destinatário da ação).

Do mesmo modo, Sousa também afirma que os pronomes reflexivos habitualmente são objeto direto, entretanto podem funcionar como objeto indireto⁷⁹.

Para análise da reflexividade, Said Ali nos dá o seguinte *corpus*: “*Pedro matou-se*” (sentido reflexivo); “*Afligir-se, aborrecer-se, excitar-se*”; “*êle arroga-se o direito de punir*”; “*êle riu-se*”⁸⁰. Dos exemplos dados, o autor tece os seguintes comentários:

- a) Distingue o gramático em geral o primeiro destes sentidos somente por ver o pronome reflexo junto a um verbo transitivo sem lhe alterar a significação. Êle adquire a noção de reflexividade indiretamente, comparando, isto é, lembrando-se que tanto poderia ser objeto o pronome *se*, como um pronome pessoal, *o, a, os, as*, etc.

⁷⁷ RIBEIRO, João. Op. cit., 1920, p.27.

⁷⁸ CARDOSO, Brício. Op. cit., p.130.

⁷⁹ SOUSA, Eurípedes Olímpio de Oliveira. Op. cit., p.426. Sobre o *SE* na função de objeto indireto, conferir: ROCHA LIMA, Carlos H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 31.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972. p.317; MACEDO, Walmírio. **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1991. p.383-384.

⁸⁰ Conferir SAID ALI, M. Op. cit., 1957, p.90-91.

- b) Para *afligir-se*, *aborrecer-se*, *excitar-se* e tantos outros, nós concebemos a pessoa como agindo ou praticando tal ou tal ato sobre si.
- c) Não raro o reflexivo tem de ser considerado como objeto indireto (dativo de interesse).
- d) Em certos verbos, principalmente alguns intransitivos, o pronome reflexo não faz outra coisa senão mostrar que o sujeito participa intensamente da ação⁸¹.

Do exposto por Said Ali, podemos inferir que a reflexividade se faz a partir dos pronomes ditos reflexivos; a noção de que há reflexividade quando o sujeito pratica a ação sobre si mesmo é relativa⁸², porque na situação apresentada no item “b” (*afligir-se...*) isto não ocorre; ele concorda com Cardoso, quando admite a possibilidade de o reflexivo ser objeto indireto do verbo (o que Cardoso chama de “terminativo”); além disso, o pronome reflexivo, em algumas situações, tem um caráter puramente enfático, estilístico, podendo ser retirado do enunciado sem lhe alterar, substancialmente, o sentido.

De nossa perspectiva, cabe notar que, nos vários casos enunciados por Said Ali, vemos algo em comum: embora nem sempre seja claro que o sujeito “pratica a ação sobre si mesmo”, o que é claro é que, em nenhum dos casos, temos um *SE* impessoalizador do sujeito ou passivizador. Em “Ele aflige-se” ou “Ele viu-se”, não se pode dizer que o sujeito é impessoal ou é o paciente da ação praticada por outrem (“Ele aflige-se” não significa “Alguma pessoa indeterminada aflige-o”).

Carneiro diz que o pronome *SE* será reflexivo quando puder ser substituído por *a si próprio*, *a si mesmo*:

Se é pronome reflexivo quando puder ser substituído por – *a si próprio*, *a si mesmo*. Como pronome reflexivo, naturalmente refere-se sempre ao sujeito de seu verbo⁸³.

Note-se que, por este critério, frases com verbos inerentemente reflexivos não seriam reflexivas: não se pode substituir *SE* por *a si mesmo* em “João

⁸¹ Ibid., p.91.

⁸² Talvez o que ele queira dizer é que o uso gramatical/sintático de *se* reflexivo nem sempre equivale à reflexividade semântica. Do mesmo modo, mesmo quando há “reflexividade semântica”, nem sempre ela significa que agente e paciente sejam a mesma pessoa; pode ser que agente e beneficiário o sejam. Por exemplo: “João aborreceu-se com a notícia”.

⁸³ CARNEIRO, Naomi. Op. cit., p.193.

comportou-se muito bem na pista”. Parece-nos mais eficaz, portanto, o critério negativo que inferimos a partir da enumeração de casos de Said Ali: “reflexiva” é toda frase em que o sujeito e o objeto são “idênticos”: no caso do pronome *SE*, isso acontece quando *SE* não é nem índice de indeterminação, nem elemento apassivador.

Tôrres, na exposição desta questão, é bastante sucinto e diz, apenas, que o *SE* será objeto direto: “Com verbos transitivos diretos quando exprime reflexibilidade”⁸⁴ e objeto indireto: “Quando existe objeto direto expreso, e o *se* é reflexivo”⁸⁵.

Para discutir a reflexividade, Kury nos dá os seguintes exemplos: “*Valdemar levantou-se*”, e diz: “O pronome *se* é objeto direto reflexivo; o objeto poderia referir-se a outra pessoa que não o sujeito, por exemplo: ‘*Valdemar levantou-o*’”⁸⁶. Isto quer dizer que para haver reflexividade, o pronome complemento deve ser da mesma pessoa do sujeito. Sobre o *SE* reflexivo objeto indireto, no exemplo: “*O chefe reservou-se um objetivo ambicioso*”, Kury afirma que com “verbos bi-transitivos”, quando o objeto direto é um termo diferente do sujeito, o *se* será objeto indireto⁸⁷. Finalmente, a respeito da reciprocidade, ele nos oferece o exemplo: “*Os dois nunca mais se viram*”, e diz:

Outras vezes a voz reflexiva demonstra reciprocidade, e o objeto *se* diz RECÍPROCO, pelo fato de a ação do verbo *se* referir ao mesmo tempo aos vários seres que o sujeito, composto ou do plural, representa⁸⁸.

Para Kury, a reciprocidade pode ser reconhecida pelo acréscimo à oração de “um ao outro”⁸⁹.

Cunha e Cintra tratam os pronomes reflexivos e recíprocos da seguinte maneira:

⁸⁴ TÔRRES, Artur de Almeida. Op. cit., p.203.

⁸⁵ Ibid., p.204.

⁸⁶ KURY, Adriano da Gama. Op. cit., 1973, p.46. Por outro lado, “*Paulo levantou a si próprio*” é estranho.

⁸⁷ Ibid., p.47.

⁸⁸ Id. Ibid.

⁸⁹ Id. Ibid.

As formas do REFLEXIVO nas pessoas do plural (*nos, vos e se*) empregam-se também para exprimir a reciprocidade da ação, isto é, para indicar que a ação é mútua entre dois ou mais indivíduos. Neste caso, diz-se que o pronome é RECÍPROCO⁹⁰.

Para dirimir as ambigüidades entre forma reflexiva e forma recíproca, devemos empregar, de acordo com Cunha e Cintra, ao lado das últimas, “expressões reforçativas especiais”, como: *a mim mesmo, a ti mesmo, a si mesmo, etc.; um ao outro, uns aos outros, entre si*; ou os advérbios *reciprocamente, mutuamente*; ou, ainda, o prefixo verbal *entre*-⁹¹.

Bechara, como os outros autores analisados até agora, afirma que:

A reflexividade consiste, na essência, na “inversão (ou negação) da transitividade da ação verbal”. Em outras palavras, significa que a ação denotada pelo verbo não passa a outra pessoa, mas reverte-se à pessoa do próprio sujeito (ele é, ao mesmo tempo, agente e paciente)⁹².

Sobre a reflexiva recíproca, ele nos diz que não é um valor próprio da língua, mas depende de interpretações contextuais. E exemplifica: “*João e Maria se miram*” e “*João e Maria se miram no espelho*”. Qualquer falante da língua reconhecerá, na primeira sentença, uma reciprocidade de ação: já na segunda, não há esta reciprocidade, mas reflexividade: João mira a si mesmo e Maria, a si mesma. No entanto, a língua não dispõe, neste caso particular, de uma construção lingüística diferente. Para os dois casos, temos: sujeito + pronome reflexivo + verbo⁹³.

Para nós, portanto, cabe apontar para o fato de que a noção de “reflexividade” deve, de algum modo, ser ampliada para que inclua a interpretação *recíproca* dos reflexivos: esta é “reflexiva” não porque a ação do sujeito reverte sobre si mesmo (em “*João e Maria se beijaram*”, João não beijou a si mesmo), mas porque há “identidade” entre sujeito e objeto (em “*João e Maria se beijaram*”, João e Maria são ambos, simultaneamente, agentes e pacientes da ação de beijar).

⁹⁰ CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís Felipe L. Op. cit., p.273.

⁹¹ Id. Ibid.

⁹² BECHARA, Evanildo. Op. cit., p.176. Conferir, também, a p.220, onde o autor trata da voz reflexiva dos verbos.

⁹³ No exemplo “*João e Maria miram um ao outro*”, sem dúvida alguma, temos reciprocidade, mas construída com a expressão “um ao outro”.

Finalizando este tópico, podemos afirmar que os autores pesquisados tratam a reflexividade como um processo em que o sujeito e o pronome pessoal, na função de complemento verbal, direto ou indireto, são de mesma pessoa. Para eliminarmos as ambigüidades entre reflexividade e reciprocidade, uma vez que as duas construções se efetuam pelo mesmo processo, devemos lançar mão de estruturas reforçativas, alguns advérbios ou afixos verbais, que caracterizem a reciprocidade da ação. Ou, ainda, lançar mão do contexto oracional para fazer a interpretação da reflexividade ou reciprocidade.

Nesta seção, apresentamos um resumo, seguindo a historicidade, dos usos do pronome *SE* (do uso mais recente ao mais antigo). Quanto ao *SE* como *índice de indeterminação do sujeito*, é um uso que, para muitos gramáticos tradicionais, só ocorre com verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação, embora hoje já se diga que com verbos transitivos diretos também é possível ocorrer a indeterminação do sujeito. Como *partícula apassivadora*, o *SE* faz com que a ação verbal recaia sobre o sujeito da oração e o verbo precisa ser de regência direta. Já como *partícula reflexiva*, é necessário que o emprego do pronome faça com que a ação não transite para um ser diferente daquele que a pratica, reunindo agente e paciente em uma só pessoa.

O que depreendemos dessa discussão é que, mesmo na GT, que possui uma visão puramente prescritiva da língua, não há concordância plena entre os autores e nem argumentos consistentes o bastante para a manutenção das explicações dadas. Daí propormos uma releitura da questão, o propósito de nosso trabalho.

1.3.5 Considerações finais sobre o uso do pronome *SE* na GT

Encerrada essa revisão sobre o pronome *SE* indeterminador do sujeito, apassivador e reflexivo, queremos tecer algumas considerações que achamos importantes:

a) O uso do pronome *SE* como indeterminador do sujeito, em nossa concepção, não é tão problemático, uma vez que o *SE* substituirá, indeterminando, o sujeito da oração. Por exemplo:

- (10) i) O mercado precisa de pessoas especializadas.
ii) Precisa-se de pessoas especializadas.

- (11) i) João vive bem.
ii) Vive-se bem.

- (12) i) Aqui Maria é feliz.
ii) Aqui se é feliz.

Nos 3 grupos de exemplos, parece-nos que o que ocorreu foi o apagamento dos NPs⁹⁴ “o mercado“, “João” e “Maria”, em 10i, 11i e 12i e a substituição – com a finalidade de se indeterminar o sujeito – desses itens lexicais pelo pronome *SE* em 10ii, 11ii e 12ii.

De acordo com a GT, para que o pronome *SE* indeterminar o sujeito, o verbo da oração precisa ser transitivo indireto, como em (10); ou intransitivo, como em (11); ou, então, de ligação. Com outros tipos de verbos, teremos outras funções para o *SE*.

b) O pronome *SE* como apassivador, segundo nosso julgamento, levanta algumas questões. Em primeiro lugar, é uma incoerência classificar como *pronome* o *SE* da voz passiva sintética (ou pronominal), uma vez que a própria GT diz que pronome: “É a palavra que representa o ser ou ao ser se refere, indicando-o como pessoa do discurso”⁹⁵.

Deve ser assim entendido (o pronome):

- 1) Como substantivo [...], denotando “o ente”, não dá a sua significação intrínseca, decorrente de certas propriedades, como

⁹⁴ Neste trabalho, sempre que nos referirmos ao sintagma nominal (SN), usaremos NP (*Noun Phrase*) que é a forma utilizada em Inglês.

⁹⁵ ANDRÉ, Hildebrando A. de. **Gramática ilustrada**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1982. p.102.

acontece com o nome substantivo, mas o indica extrinsecamente pela sua situação no espaço [...] ou por anáfora [...] no contexto⁹⁶.

É a palavra que substitui ou acompanha o substantivo, indicando sua posição em relação às pessoas do discurso ou mesmo situando-o no espaço ou no tempo⁹⁷.

É a palavra que substitui ou acompanha um substantivo (nome), em relação às pessoas do discurso⁹⁸.

A partir da pequena amostragem dos autores acima, a característica principal do pronome é poder substituir o nome, quer por meio da anáfora ou da dêixis. Na voz passiva pronominal, parece-nos que o *SE* não tem referente, e, assim, não substitui nome algum. Por que, então, classificá-lo como pronome?

Alguém poderia argumentar dizendo que o *SE* da voz passiva pronominal é um pronome expletivo. A isso responderemos, ainda, baseados na própria GT. André, definindo partícula de realce, diz:

O pronome “se” pode ser empregado junto a verbos intransitivos ou transitivos indiretos sem qualquer função sintática, *podendo se retirado da oração sem prejuízo gramatical desta*⁹⁹.

Câmara Jr., sobre essa questão, diz que realce é:

Qualquer processo lingüístico para pôr em relevo um ou mais termos da enunciação. Pode ser um realce fonético resultante do acento [...], ou sintático, dependendo – a) da colocação [...], b) do pleonasma [...], c) de partículas de realce [...], que não concorrem para a compreensão, mas para a expressividade¹⁰⁰.

Nicola e Infante, a respeito do pronome expletivo ou de realce, afirmam:

O *se* é considerado pronome expletivo ou de realce quando ocorre, principalmente, ao lado de verbos de movimento ou que exprimem atitude da pessoa em relação ao próprio corpo [...], em construções em que não apresenta nenhuma função essencial para a construção da mensagem¹⁰¹.

⁹⁶ CÂMARA JR., J. Mattoso. **Dicionário de lingüística e gramática**. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p.2001.

⁹⁷ NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1989. p.201.

⁹⁸ SACCONI, Luiz Antonio. **Nova gramática**. 25.ed. São Paulo: Atual, 1999. p.195.

⁹⁹ ANDRÉ, Hildebrando A. de. Op. cit., p.326.

¹⁰⁰ CÂMARA JR., J. Mattoso. Op. cit., p.206.

¹⁰¹ NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. Op. cit., p.401.

Como ficou dito, quando discutimos a voz passiva, para que ocorra esta voz, o verbo precisa ser transitivo direto. Segundo André, não há pronome de realce junto a verbos transitivos diretos mas, apenas, com os intransitivos ou transitivos indiretos. Portanto, fica descartada a possibilidade de se falar em pronome de realce, devido à própria natureza do verbo ou voz passiva.

Da lição de Câmara Jr., podemos deduzir que em exemplos como

(13) Vendem-se casas.

(14) Assou-se a carne.

(15) Destruiu-se o meio ambiente.

(16) Poluíram-se os mares e rios.

se retirarmos o SE de (13), (14), (15) e (16), teremos:

(17) Vendem casas.

(18) * Assou a carne.

(19) * Destruiu o meio ambiente.

(20) Poluíram os mares e rios.

que, sem dúvida alguma, são enunciados diferentes de (13), (14), (15) e (16). Em (17) e (20), temos orações com sujeito indeterminado. E em (18) e (19), de acordo com Perini, as orações são agramaticais porque não obedecem ao filtro da 3ª pessoa que diz: “É mal formada a oração que tiver o verbo na terceira pessoa do singular e não tiver sujeito”¹⁰². É por causa deste filtro que o mesmo vai, ainda, dizer: “Com efeito, o português não admite, em geral, a omissão do sujeito quando se trata de verbo na terceira pessoa do singular (não-anafórico)”¹⁰³. Então, o uso do SE nos exemplos (13), (14), (15) e (16) não tem apenas um valor expressivo, mas são importantes para a construção do sentido dos enunciados.

¹⁰² PERINI, Mário A. **Sintaxe portuguesa: Metodologia e funções**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994. p.82.

¹⁰³ Ibid., p.83.

Os verbos de movimento ou que exprimem atitude da pessoa em relação ao próprio corpo não são verbos transitivos diretos mas intransitivos ou transitivos indiretos, como: ir-se, sentar-se, sorrir-se, partir-se ... Assim sendo, os verbos transitivos diretos estão fora dessa listagem; logo, o *SE* não pode ser partícula de realce.

Portanto, o *SE* da voz passiva pronominal encerra uma situação bastante problemática que precisa ser explicada à luz de uma teoria lingüística.

c) Quanto ao uso do *SE* reflexivo, parece-nos que falta à GT um critério claro para decidir a questão, uma vez que se define reflexividade a partir da estrutura da sentença, ou seja, é voz reflexiva uma oração que possui sujeito e complemento verbal correferentes (esta é a definição mais geral). Mas, como vimos acima, essa estrutura morfossintática dá-nos várias leituras semânticas – desde a reciprocidade até orações do tipo:

(21) João operou-se neste hospital.

onde os NPs “João” e “se” são de mesma pessoa e correferenciais, mas, no entanto, para Haüy¹⁰⁴, temos voz passiva (João foi operado). Então, a voz reflexiva não pode ser definida, apenas, a partir da estrutura morfossintática da sentença mas, também, no nível semântico. Aliás, talvez o nível semântico seja mais importante para a reflexividade do que a morfossintaxe.

No próximo capítulo, apresentaremos os fundamentos teóricos – Teoria temática ou Teoria dos papéis temáticos e a Teoria do Caso – que nos possibilitarão fazer uma nova leitura desta questão: o *SE* indeterminador do sujeito, apassivador e reflexivo.

¹⁰⁴ HAUY, Amini Boainain. **Vozes verbais**: Sistematização e exemplário. São Paulo: Ática, 1992. p.29.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA ABORDAGEM LINGÜÍSTICA DO SE

No capítulo anterior, discutimos os usos do *SE* como indeterminador do sujeito (1.3.2), como partícula apassivadora (1.3.3) e como pronome reflexivo (1.3.4), na perspectiva da GT. Neste capítulo, trataremos dos eixos teóricos, dentro do panorama da Gramática Gerativa (Princípios e Parâmetros) – Teoria Temática ou Teoria- θ e Teoria do Caso – que, a nosso olhar, dão uma sustentação teórica mais consistente para o entendimento das vozes verbais e, nesse contexto, para os usos do *SE* nas funções citadas anteriormente. Antes de adentrarmos na discussão das duas teorias aludidas, teceremos alguns comentários sobre aquisição da linguagem, por ser, nesse momento, que se dá o estabelecimento de um parâmetro lingüístico. Precedendo a Teoria temática, achamos conveniente falar sobre léxico e subcategorização, porque é nele que o falante irá encontrar todas as informações sobre as palavras de sua língua. E, antecedendo a Teoria do Caso, apresentamos alguns pontos sobre movimento de constituintes, pois tal movimento muda-lhes, algumas vezes, o Caso.

2.1 FUNDAMENTOS DOS PRINCÍPIOS E PARÂMETROS

Como o homem adquire a linguagem não é uma preocupação recente. Para Platão, ela vinha das memórias de uma existência anterior¹⁰⁵. É evidente que tal solução não satisfaz à ciência de hoje.

As especulações da Gramática de Port-Royal, de alguma forma, apontam para uma explicação mais racional da linguagem:

Esse espírito filosófico, aplicado ao estudo da linguagem, contrasta com a situação deles no século XVII, quando predominava a preocupação com o *bon usage*, o “bom uso”, de caráter mais estilístico, sem maior interesse em conhecer as causas, os fundamentos e a estrutura da linguagem¹⁰⁶.

Essa preocupação com “as causas, os fundamentos e a estrutura da linguagem”, sem dúvida, inscreveu os pensadores de Port-Royal em uma discussão filosófica sobre a linguagem. É claro que a ciência da época não tinha meios para um aprofundamento mais rigoroso da questão, mas vale o interesse sobre as *causas da linguagem*.

O programa gerativista, sobre a aquisição da linguagem, lança algumas perguntas:

- (i) O que faz o falante saber e falar uma língua?
- (ii) Que tipo de conhecimento é necessário para que o falante adquira uma língua?
- (iii) Como se dão a competência e a performance lingüísticas?
- (iv) Que relação se pode estabelecer entre o cérebro e a linguagem?¹⁰⁷

¹⁰⁵ Cf. COOK, Vivian James. **Chomsky's universal grammar**: an introduction. 5.ed. Oxford: Blackwell, 1993. p.55. Sobre esta questão, ver também: CHOMSKY, Noam. **Linguagem e mente**: pensamentos atuais sobre antigos problemas. Trad. de Lúcia Lobato. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1998.

¹⁰⁶ ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. **Gramática de Port-Royal**. Trad. de Bruno Fregni Barreto e Henrique Graciano Murachco. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.XXVI.

¹⁰⁷ Cf. RAPOSO, Eduardo P. **Teoria da gramática**. A faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992. p.27.

Respondendo à primeira pergunta, antes de tudo, precisamos dizer que todos “os seres humanos com faculdades mentais normais são capazes de aprender *alguma* língua humana”¹⁰⁸.

Raposo diz que para o falante saber e falar uma língua é necessário que ele (falante) tenha uma *gramática interiorizada* de alguma língua:

A gramática interiorizada consiste por um lado num “dicionário mental” das formas da língua e por outro num sistema de princípios e regras actuando de forma computacional sobre essas formas, isto é, construindo representações mentais constituídas por combinações integradas das formas lingüísticas¹⁰⁹.

Esse conjunto de “princípios” e “regras” é a Gramática Universal (UG) que Haegeman assim conceitua: “Informalmente, UG é um sistema de todos os princípios e regras que são comuns a todas as línguas humanas, este refere-se a línguas tão diferentes como inglês e francês ou japonês”¹¹⁰. Ela também, assim como Raposo, destaca a necessidade da aquisição do vocabulário da língua à qual a criança está exposta. “A exposição também capacitará a criança a aprender o vocabulário da língua”¹¹¹.

Para finalizar esta primeira questão, mais uma vez queremos citar Haegeman:

Seres humanos nascem equipados com algum conhecimento interno não-consciente de gramática: UG. A UG é um conjunto de princípios universais, alguns dos quais são parametrizados. Pelo “input” da experiência de uma língua particular este conhecimento pode ser implementado¹¹².

¹⁰⁸ “Human beings with normal mental faculties are able to learn *any* human language” (HAEGEMAN, Liliiane. **Introduction to government and binding theory**. 2.ed. Oxford: Blackwell, 1992. p.11).

¹⁰⁹ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.28-29.

¹¹⁰ “Informally, UG is a system of all those principles and rules that are common to all human languages, this means languages as different as English and French or Japanese” (HAEGEMAN, Liliiane. Op. cit., p.12)..

¹¹¹ Ibid., p.15. “Exposure will also enable the child to learn the vocabulary of the language”.

¹¹² Ibid., p.15. “Human beings are born equipped with some internal unconscious knowledge of grammar: UG. UG is a set universal principles of language, some of which parametrized. Via the input of experience of one particular language this knowledge can be implemented”.

Como podemos perceber, os *princípios* (“leis gerais válidas para todas as línguas naturais”¹¹³) e os *parâmetros* (“propriedades que uma língua pode ou não exibir e que são responsáveis pela diferença entre as línguas”¹¹⁴) são estabelecidos durante o processo de aquisição de alguma língua particular e fazem parte do conhecimento lingüístico de todo e qualquer falante.

A respeito da segunda pergunta – Que tipo de conhecimento é necessário para que o falante adquira uma língua? –, é necessário colocarmos a questão dentro de uma concepção teórica mentalista, segundo Raposo:

Como Chomsky o assinala várias vezes, o pensamento científico e humanista ocidental tem uma extrema dificuldade em assumir que os produtos do pensamento (entre os quais a linguagem) possam radicar na natureza biológica dos seres humanos tal como as estruturas anatômicas¹¹⁵.

Com isso, fica evidente que, embora a língua tenha uma dimensão social – e Saussure enfatiza bem este lado da língua quando diz que “ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por sua vez, não pode nem criá-la, nem modificá-la [...], o indivíduo tem necessidade de uma aprendizagem para conhecer-lhe o funcionamento”¹¹⁶ –, a posição de Chomsky é contrária à de Saussure. A linguagem tem, sim, uma base biológica. Por base biológica, devemos entender que a linguagem é inata.

Uma hipótese adotada pelos gerativistas de tradição chomskiana é precisamente que a gramática universal é inata à espécie humana. A UG é uma dotação genética: nós nascemos equipados com um conjunto de princípios lingüísticos universais¹¹⁷.

Porque a linguagem tem uma base biológica, a lingüística chomskiana fala de *aquisição* e não de *aprendizagem*, como pensava Saussure. Por aquisição, nessa perspectiva, devemos entender a maturação do cérebro de um estado inicial (S₀) a um estado final (S_s), no dizer de Cook:

¹¹³ MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. **Manual de sintaxe**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2000. p.26.

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.26.

¹¹⁶ SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2000. p.22.

¹¹⁷ HAEGEMAN, Liliane. Op. cit., p.12. “A hypothesis adopted by generativists of the Chomskian tradition is precisely that universal grammar is innate to the human species. UG is a genetic endowment: we are born equipped with a set of universal linguistic principles”.

Aquisição da linguagem é conceituada por Chomsky em termos de “estados” inicial e final da mente. Em um extremo está o recém-nascido que não sabe a língua, denominado de *estado inicial zero*, ou S_0 . Em outro extremo está o conhecimento lingüístico do adulto, que é, para todos os efeitos, estático; [...]. O conhecimento de um falante nativo adulto é chamado de *estado estável*, ou S_s ¹¹⁸.

Parece-nos claro que o tipo de conhecimento que os falantes precisam para adquirir uma língua é de natureza biológica, pois, como vimos, a aquisição da linguagem tem a ver com o processo de maturação do cérebro humano.

O fato de a linguagem ter uma base inata, biológica, não significa que o ambiente lingüístico em que uma criança está inserida não exerça nenhuma influência sobre ela. É o ambiente lingüístico que diz qual língua a criança irá adquirir.

Crianças têm que adquirir a gramática da evidência que elas encontram. Sem alguma evidência elas nada adquirirão; com evidência elas aprenderão Chinês ou Árabe ou qualquer língua humana que elas encontrarem¹¹⁹.

Segundo Cook¹²⁰, Chomsky reconhece três tipos de evidências para aquisição da linguagem:

- (i) Evidência positiva: diz respeito à “ordem SVO, fixando como parâmetro do núcleo da gramática; verbos irregulares, adicionando uma periferia marcada”¹²¹.
- (ii) Evidência negativa direta: quando os pais corrigem a fala das crianças quando aquela não está conforme a da comunidade.

¹¹⁸ COOK, Vivian James. Op. cit., p.53. “Language acquisition is conceptualized by Chomsky in terms of initial and final ‘states’ of the mind. At one extreme is newborn baby who knows no language termed the *initial zero state*, or S_0 . At the other extreme is the language knowledge of the adult, which is, to all intents and purposes, static; [...]. The adult native speaker’s knowledge is termed the *steady state*, or S_s ”.

¹¹⁹ Ibid., p.59. “Childrens have to acquire the grammar from the evidence they encounter. Without any evidence they will acquire nothing; with evidence they will learn Chinese or Arabic or any human language they encounter”.

¹²⁰ Ibid., p.60.

¹²¹ Ibid., p.60. “SVO order, fixing a parameter of core grammar; irregular verbs, adding a marked periphery”.

- (iii) Evidência negativa indireta: ocorre quando a criança fixa um parâmetro que não é permitido pela sua língua. A transgressão ao parâmetro origina-se das sentenças que a criança ouve. De acordo com Cook: “O fato que certas formas *não* ocorrem nas sentenças que as crianças ouvem podem bastar para estabelecer um parâmetro”¹²².

Essas evidências, sem dúvida alguma, reportam-nos para a terceira questão: Como se dão a competência e a performance lingüísticas? Mas, antes de entrarmos propriamente nessa questão, é interessante vermos o que Cook fala sobre linguagem externalizada (língua-E) e linguagem internalizada (língua-I). A primeira preocupa-se em descrever as regularidades encontradas em um conjunto de sentenças de uma dada língua: “A tarefa dos lingüistas é ordenar o conjunto de fatos externos que compõem a língua”¹²³. Como podemos observar, a língua-E tem a ver apenas com o que é exterior à mente e a gramática termina sendo uma descrição de *estruturas* ou *padrões*¹²⁴. Já a língua-I é tratada como uma propriedade do cérebro e diz respeito ao conhecimento internalizado que o falante tem de sua língua. De acordo com Cook:

A lingüística da língua-I, contudo, diz respeito ao que um falante sabe sobre a língua e onde este conhecimento se origina. Ela trata a língua como uma propriedade da mente humana ao invés de alguma coisa externa. A gramática consiste de princípios e parâmetros¹²⁵.

Como podemos observar, o conceito de gramática é radicalmente diferente nas duas visões. Para a língua-E, a gramática é apenas uma descrição de estruturas e padrões, enquanto que para a língua-I, a gramática são os princípios e parâmetros que o falante fixa.

¹²² Ibid., p.60. “The fact that certain forms do *not* occur in the sentences the children hear may suffice to set a parameter”.

¹²³ Ibid., p.13. “The linguistic’s task is to bring order to the set of external facts that make up the language”.

¹²⁴ Ibid., p.13. “The resulting grammar is described in terms of properties of such data through ‘structures’ or ‘patterns’.

¹²⁵ Ibid., p.13. “I-language linguistics however is concerned with what a speaker knows about language and where this knowledge comes from; its treats language as an internal property of the human mind rather than something external. The grammar consists of principles and parameters”.

Para Raposo, a *competência* “é o conhecimento mental ‘puro’ de uma língua particular por parte do sujeito falante, isto é, a sua gramática interiorizada”¹²⁶. Como a competência diz respeito ao conhecimento lingüístico do falante, ela se inscreve dentro da língua-I, independe de fatores de ordem social. Já a *performance*, ainda de acordo com Raposo, citando Chomsky, “designa o uso concreto da linguagem em situações de fala concretas”¹²⁷. Portanto, inscreve-se dentro da língua-E, sujeita às convenções sociais estabelecidas entre o falante e o ouvinte.

Então, podemos dizer que a competência e a performance lingüísticas do falante relacionam-se com as evidências e com as noções de língua-E e língua-I.

A última questão diz respeito à relação que se pode estabelecer entre o cérebro e a linguagem. Como vimos acima, a linguagem tem uma base biológica que reside no cérebro, que, por sua vez, é compartimentado em módulos. Cook, falando da teoria gerativa, diz:

Então a teoria divide a mente em compartimentos separados, módulos separados, cada um responsável por algum aspecto da vida mental; UG é uma teoria só do módulo da linguagem, que tem seu próprio conjunto de princípios distintos de outros módulos e não se inter-relaciona com eles¹²⁸.

Pelo visto, o cérebro humano está dividido em módulos e um destes módulos é responsável pela linguagem, pois nele está inscrita a UG.

Uma prova de que a faculdade da linguagem reside em um módulo do cérebro é que: “uma lesão no cérebro pode impedir a pessoa de falar, ou um estado psicológico pode causar à pessoa a perda de algum aspecto do conhecimento lingüístico”¹²⁹.

¹²⁶ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.31.

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ COOK, Vivian James. Op. cit., p.21. “Thus the theory divides the mind into separate compartments, separate modules, each responsible for some aspect of mental life; UG is a theory only of the language module, which has its own set of principles distinct from other modules and does not inter-relate with them”.

¹²⁹ Ibid., p.22. “a brain injury may prevent someone from speaking, or a psychological condition may cause someone to lose some aspect of language knowledge”.

Assim, não há como negar que o conhecimento lingüístico é um conhecimento de natureza biológica, que se encontra no cérebro humano.

Para finalizar este tópico sobre aquisição da linguagem, assumimos dois pontos que consideramos importantes: (i) a linguagem é um conhecimento inato, quer dizer, todos os seres humanos normais nascem com disposição para adquirirem uma língua, pois em algum módulo do seu cérebro está inscrita a UG, que contém os princípios de todas as línguas naturais; (ii) estes princípios, quando ativados por meio da exposição a alguma língua natural, vão parametrizar essa língua, ou seja, os parâmetros é que farão com que as línguas particulares sejam diferentes umas das outras. Assim sendo, princípios e parâmetros são de suma importância para o estudo dos sistemas lingüísticos.

2.2 LÉXICO E SUBCATEGORIZAÇÃO

Na seção anterior, em nossa discussão sobre a aquisição da linguagem, ficou dito que todos os seres humanos, com desenvolvimento mental normal, são capazes de aprender alguma língua. Dissemos, também, que a UG (Gramática Universal) é um conjunto de princípios e regras comuns a todas as línguas. Então, saber uma língua é dominar este conjunto de princípios e regras. Sabemos, ainda, que os falantes de uma língua qualquer possuem um léxico internalizado que contém todas as informações sobre as palavras de sua língua¹³⁰. Para Raposo:

O léxico é a componente do modelo gramatical onde se encontram as informações de natureza fonológica, sintáctica e semântica sobre os itens lexicais individuais. Podemos dizer que o léxico é o dicionário da gramática: as regras desta manipulam os itens lexicais, fazendo um uso crucial da informação aí contida¹³¹.

Do pensamento de Haegeman e Raposo, podemos deduzir que a gramaticalidade das sentenças provém desse conhecimento do falante. Então, é o conhecimento lexical que diz ao falante que a sentença

¹³⁰ Ver HAEGEMAN, Liliane. Op. cit., p.29.

¹³¹ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.89.

(22) João comprou um carro

é gramatical, mas

(23) * João comprou de carro,

não.

Na realidade, o falante não precisa ter um conhecimento sistemático sobre sintaxe para perceber que (23) é uma sentença agramatical. O que a torna assim é um fenômeno gramatical conhecido por subcategorização verbal, que diz:

Cada verbo particular é sensível à composição categorial do VP em que ocorre. Visto de outro modo, cada verbo “escolhe” a categoria gramatical dos constituintes com os quais pode, não pode, ou deve ocorrer no interior do VP¹³².

Então, podemos dizer que o verbo *comprar* subcategoriza um NP (objeto direto), ao invés de um PP (objeto indireto)¹³³. Por esta razão, todas as vezes que o verbo *comprar* subcategorizar o PP, como em (23), a sentença será agramatical.

Os verbos podem, também, subcategorizar um PP, uma sentença (S')¹³⁴ ou ter subcategorização nula. Em

(24) João precisa de emprego,

(25) * João precisa emprego,

a primeira é uma sentença bem formada porque atendeu à subcategorização do verbo *precisar*, que inscreve um PP introduzido pela preposição “de”, enquanto que a segunda (25), por transgredir esse princípio, não o é.

¹³² Ibid., p.91.

¹³³ Para a subcategorização, será *transitivo* o verbo que subcategorizar um NP (objeto direto) e o que não o subcategorizar será *intransitivo*, tratando de modo diferente da GT a transitividade verbal (transitividade direta e indireta) (cf. RAPOSO, Eduardo P. Ibid., p.93).

¹³⁴ Embora Raposo, ao tratar de categorias lexicais e categorias gramaticais (Ibid., p.67-68), fale de Grupo Adverbial (AdvP), preferimos a classificação de Silva e Koch (op. cit., p.18-20) que colocam o AdvP (Constituinte Adverbial) como um PP (Prepositional Phrase).

Vejamos os exemplos:

(26) João perguntou *se o Manuel trabalhava na fábrica.*

(27) * João perguntou *que o Manuel trabalhava na fábrica.*

(28) João pensa *que a Maria gosta dele.*

(29) * João pensa *se a Maria gosta dele.*

(30) João percebe *que a Maria gosta dele.*

(31) João perceberá *se a Maria o enganar?*

Neste grupo de exemplos, as orações em itálico são orações subordinadas de categoria S'¹³⁵. “Os verbos que subcategorizam orações subordinadas de categoria S' determinam igualmente se esta é declarativa ou interrogativa (ou seja, [\pm WH])”^{136 137}. Daí podermos dizer que (26) é uma sentença gramatical porque é interrogativa (+WH). O verbo *perguntar* subcategoriza orações interrogativas. Já (27) é agramatical porque a sentença subcategorizada pelo verbo é declarativa (-WH), diferente do tipo de sentença que o verbo subcategoriza. Em (28) e (29), o verbo *pensar* subcategoriza sentenças (-WH), ou seja, sentenças declarativas; por essa razão, (28) é gramatical porque está de acordo com o tipo de sentença que o verbo subcategoriza e (29) é agramatical por não atender a este quesito. Já no grupo (30) e (31), com o verbo *perceber*, ambas as orações são gramaticais porque este verbo subcategoriza os dois tipos de S', isto é, [+WH] e [-WH], onde (30) é uma sentença declarativa e (31), interrogativa.

A respeito de subcategorização nula, Raposo diz: “Um verbo pode ter um quadro de subcategorização nulo, isto é, não subcategorizar nenhum tipo de complemento”¹³⁸. Por exemplo, o verbo *viver em*

¹³⁵ Para Raposo, as orações S' são assim reescritas: S' \rightarrow Comp S (onde “Comp” é complementizador e “S” é sentença). “Estruturalmente, a categoria Comp é introduzida como irmã da categoria S, sendo ambas dominadas por um constituinte de tipo frásico, ao qual se dá o nome de S-barra, e se simboliza S'” (RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.86).

¹³⁶ RAPOSO, Eduardo P. Ibid., p.94.

¹³⁷ Mais adiante, sobre mover α , discutiremos com mais profundidade sobre [WH].

¹³⁸ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.93.

(32) João vive.¹³⁹

Feita essa discussão, podemos, agora, apresentar o princípio da subcategorização:

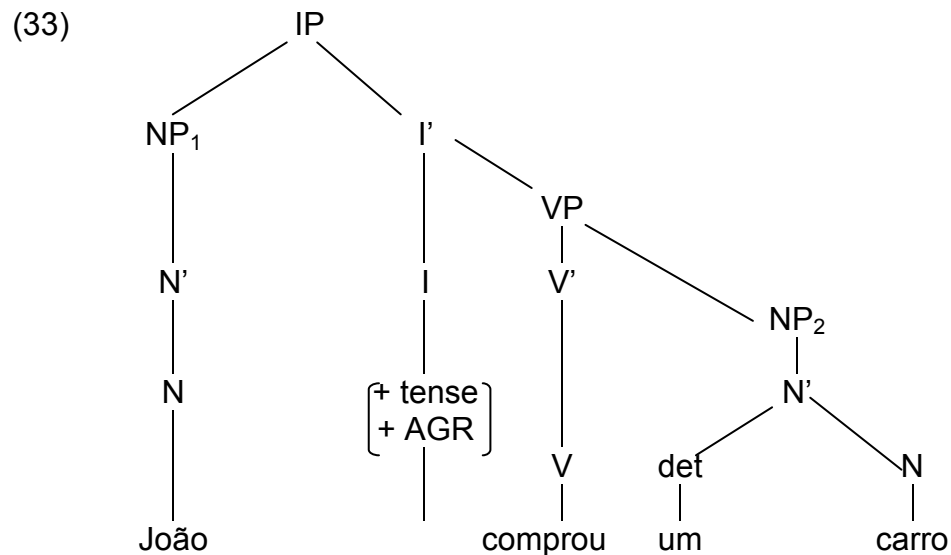
Princípio da subcategorização

Um constituinte é subcategorizado por um verbo sse é imediatamente dominado pelo VP que domina imediatamente esse verbo (isto é, sse é *irmão* do verbo)¹⁴⁰.

Uma conseqüência do princípio da subcategorização diz respeito diretamente ao NP como sujeito da sentença. Segundo Raposo:

Os elementos subcategorizados pelo verbo ocorrem *dentro do VP* e são imediatamente dominados por ele, mantendo portanto a relação de *irmão* com o verbo que os subcategoriza. O NP sujeito, pelo contrário, não é subcategorizado pelo verbo, e ocorre *fora do VP*¹⁴¹.

Para melhor entendermos isso, vejamos o seguinte esquema arbóreo (simplificado) da sentença (22), aqui colocada como



No esquema acima, fica claro que o NP₁ “João” é dominado pelo IP, enquanto o NP₂ “um carro” é dominado pelo VP que, também, domina o V

¹³⁹ Mesmo o verbo *viver* sendo de subcategorização nula, podemos encontrá-lo subcategorizando um NP cognato do mesmo, como “João viveu uma vida miserável”.

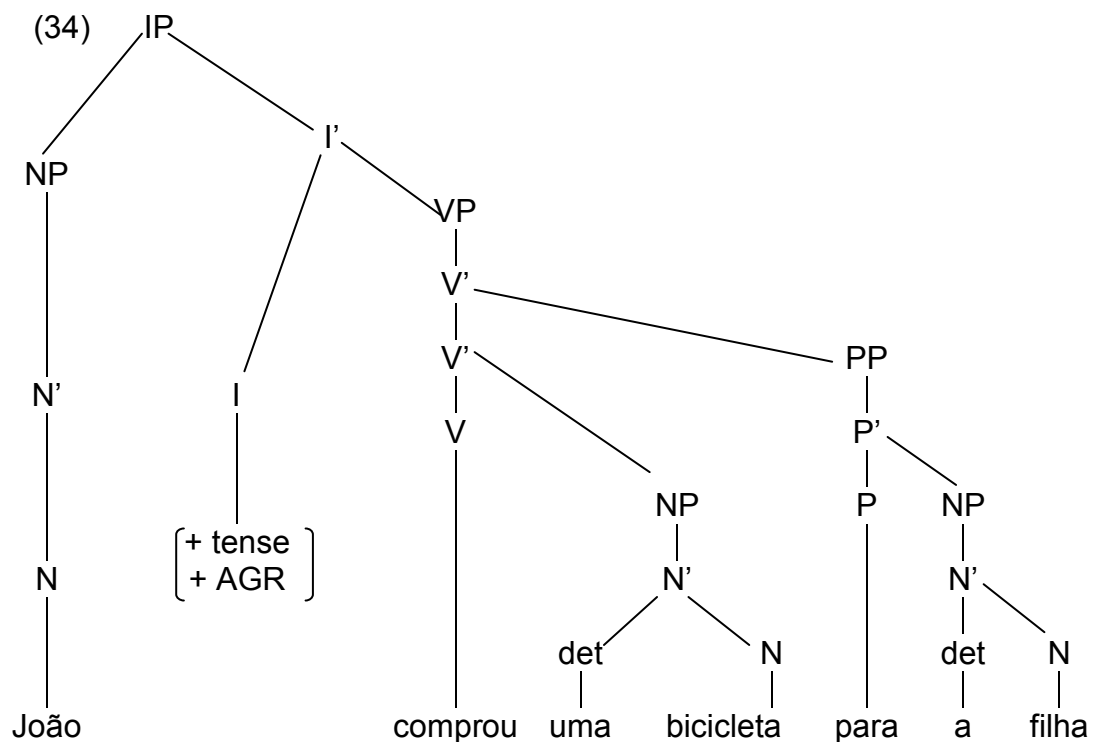
¹⁴⁰ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.95.

¹⁴¹ Ibid., p.94.

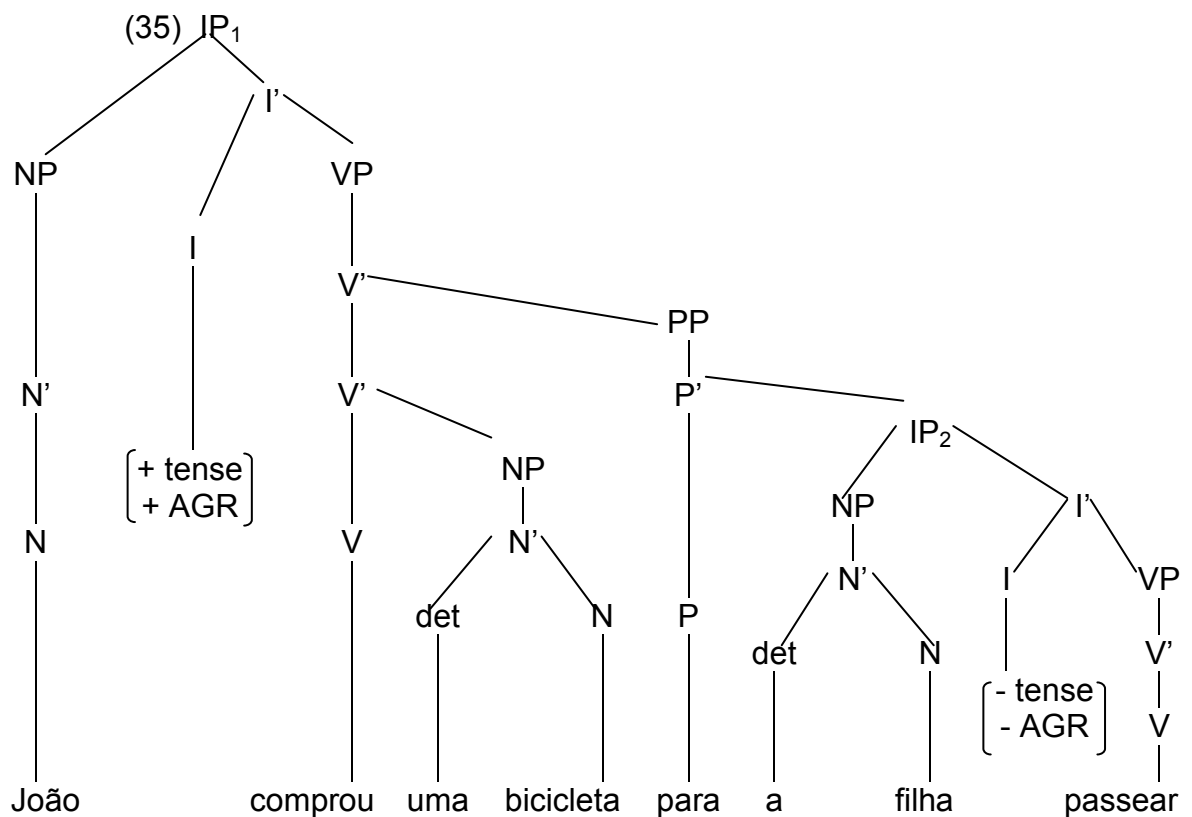
“comprar”. Assim sendo, o V e o NP₂ são irmãos. Por ser dominado pelo IP, o NP₁ fica fora do VP, portanto não é dominado pelo VP e nem irmão de V.

Até aqui, discutimos a subcategorização feita pelo verbo, mas outras categorias lexicais (preposições, adjetivos e nomes (deverbais)) também subcategorizam complementos.

A preposição *para*, por exemplo, em (34), subcategoriza um NP e, em (35), uma sentença do tipo S', como complemento.



Nesta sentença, fica claro que o NP₃ “a filha” complementa o PP “para a filha”. Se retirássemos o NP₃, a sentença ficaria agramatical: * “João comprou uma bicicleta para”.



Já, em (35), a preposição “para” subcategoriza IP₂ como seu complemento. Se apagássemos a sentença IP₂, como em (34), o NP₃, seria igualmente agramatical.

Os adjetivos e nomes, derivados de verbos, também subcategorizam complementos, quer um PP ou uma sentença S'. Para ilustrar, vejamos os exemplos:

(36) João está contente [_{PP} com o novo emprego].

(37) João contenta-se [_{PP} com pouco].

O adjetivo *contente* e o verbo *contentar-se* são cognatos. Em (36) e (37), tanto o adjetivo como o verbo subcategorizam um PP introduzido pela preposição “com”.

Os nomes deverbais como “atribuição” (atribuir), “premiação” (premiar), “devolução” (devolver) e outros pedem complemento. Da mesma forma, “nomes

relacionais como *autor*, *história*, *fotografia*, subcategorizam complementos”¹⁴². Como exemplos,

(38) João *devolveu* [_{NP} os produtos defeituosos].

(39) A *devolução* [_{PP} dos produtos defeituosos] já foi feita.

(40) O *autor* [_{PP} desta obra] é um renascentista.

Em (38) o verbo “devolver” subcategoriza um NP como complemento; já o substantivo deverbal “devolução”, em (39), subcategoriza um PP introduzido pela preposição “de”. No exemplo (40), o nome relacional “autor” subcategoriza um PP como seu complemento.

Temos ainda a situação em que o complemento selecionado é uma sentença de categoria S’:

(41) João está *desejoso* [_{S'} (de) que a Maria chegue logo].

Onde o adjetivo “desejoso” subcategoriza uma sentença S’ como complemento.

Feita essa discussão sobre subcategorização, para encerrarmos esse tópico, falaremos sobre entradas lexicais. Para Raposo:

No que respeita à sintaxe, as entradas lexicais contêm minimamente uma informação de natureza categorial (isto é, a categoria sintáctica a que um dado item pertence) e uma informação relativa ao quadro de subcategorização do item¹⁴³.

A partir da citação de Raposo, as entradas lexicais, do ponto de vista sintático, informam ao falante a natureza categorial a que o item pertence (se verbo (V), nome (N), adjetivo (A) ou preposição (P)) e o quadro de subcategorização do item (se o item subcategoriza um NP, um PP ou uma sentença S’). A seguir, apresentamos as entradas lexicais, a título de ilustração, dos verbos *comprar*, *precisar*, *perguntar*, *perceber* e *viver*, da preposição *para*, dos adjetivos *contente* e *desejoso* e dos nomes *devolução* e *autor*.

¹⁴² Ibid., p.96.

¹⁴³ Ibid., p.96.

- i) Comprar: V, — NP
- ii) Precisar: V, — [PP de NP]
- iii) Perguntar: V, — ([PP a NP]) $\left\{ \begin{array}{l} \text{[PP por NP]} \\ \text{[S' +WH]} \end{array} \right.$
- iv) Perceber: V, — (NP) $\left\{ \begin{array}{l} \text{[S' +WH]} \\ \text{[S' -WH]} \end{array} \right.$
- v) Viver: V, —
- vi) Para: P, — $\left\{ \begin{array}{l} \text{NP} \\ \text{[S' -WH]} \end{array} \right.$
- vii) Contente: A, — (PP com NP)
- viii) Desejoso: A, — (S' -WH)
- ix) Devolução: N, — [PP de NP]
- x) Autor: N, — [PP de NP]

As informações das entradas lexicais de (i) a (x) devem ser assim entendidas:

- (i) a vírgula separa a informação categorial (V (verbo), P (preposição), A (adjetivo), N (nome)) da subcategorial (NP (*Noun Phrase*), PP (*Prepositional Phrase*), S' (*Sentence*));
- (ii) o travessão (—) indica a posição do item lexical (V, P, A, N) em relação aos seus complementos;
- (iii) no caso de PP, é dita a preposição que deve anteceder o NP;
- (iv) os parênteses curvos indicam que o elemento entre eles é optativo;
- (v) os parênteses quadrados encerram os PPs com a devida preposição que antecede o NP;

- (vi) as chavetas indicam que os elementos que estão dentro dela são disjuntivos; se ocorrer um, não ocorrerá o outro;
- (vii) apenas um travessão após a informação categorial indica que o item subcategorizado é nulo, ou seja, o item categorial não pede complemento, como em (V), como o verbo *viver*.

2.3 TEORIA TEMÁTICA (TEORIA- θ)

Quando falamos sobre *léxico* e *subcategorização*, no tópico anterior, ficou dito que o falante possui um léxico internalizado de sua língua que o informa sobre as palavras que ele usa para formar os constituintes oracionais, as sentenças, os parágrafos. Dissemos, também, que a UG (Gramática Universal) é um conjunto de princípios e regras comuns a todas as línguas. Então, saber uma língua é dominar este conjunto de princípios e regras. Mas não podemos esquecer que as línguas são diferentes entre si, ou seja, há parâmetros diferentes para cada língua, o que faz uma língua ser diferente da outra. Daí podermos dizer que adquirir uma determinada língua consiste na fixação de um determinado parâmetro particular. A aquisição é do parâmetro porque os princípios da UG, como vistos anteriormente, são inatos. De acordo com Miotto, Silva e Lopes:

Gramática é um sistema internalizado de Princípios e Parâmetros (estes últimos fixados no decorrer da aquisição da linguagem pela criança) que determina as possibilidades de formação de sentenças em uma língua¹⁴⁴.

Talvez, porque seja a sentença o que mais se destaca na língua, tradicionalmente, o estudo da sintaxe se faz da sentença para o léxico, mas um caminho inverso pode ser feito, ou seja, do léxico para a sentença. Por que essa inversão? Ora, segundo Haegeman:

[...] falantes de uma língua estão equipados com um “dicionário” interno, que nós referiremos como o léxico mental, ou léxico,

¹⁴⁴ MIOTTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Op.cit., p.83.

que contém todas as informações que eles têm internalizadas no que diz respeito às palavras de sua língua¹⁴⁵.

Então, o conhecimento do léxico é garantia de que o falante será capaz de identificar os núcleos lexicais, bem como o seu funcionamento. Os núcleos lexicais, como está inscrito no próprio nome, de acordo com Miotto, Silva e Lopes:

[...] se identificam com as categorias lexicais que são definidas pela combinação de apenas dois traços distintivos fundamentais: nominal [N] e verbal [V]. A esses traços são associados dois valores + ou -¹⁴⁶.

Como decorrência da citação acima, chegamos ao seguinte quadro para os núcleos lexicais¹⁴⁷:

Quadro 1: Núcleos lexicais

| | [+N] | [-N] |
|------|----------|------------|
| [-V] | Nome | Preposição |
| [+V] | Adjetivo | Verbo |

Fazendo uma análise do quadro acima, observamos que podemos separar os núcleos lexicais em dois grupos: o primeiro é o das palavras que possuem pelo menos um traço positivo, tanto para [N] como para [V], que são: o nome [+N], o verbo [+V] e o adjetivo [+N] e [+V]. O segundo grupo é o da preposição que só possui valores negativos [-N] e [-V]¹⁴⁸.

Essas informações lexicais levam-nos às informações categoriais, que são os constituintes frasais, ou seja, os constituintes em que uma sentença pode ser dividida. Para Cook: “A afirmação preliminar é que sentenças podem ser divididas em constituintes frasais, agrupamentos estruturais de palavras”¹⁴⁹. Para a teoria-θ, as informações lexicais são os núcleos lexicais e as categorias, os núcleos categoriais.

¹⁴⁵ HAEGEMAN, Liliane. Op. cit., p.29. “... speakers of a language are equipped with an internal ‘dictionary’, which we shall refer to as the mental lexicon, or lexicon, which contains all the information they have internalized concerning the words of their language”.

¹⁴⁶ MIOTTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Op. cit., p.56.

¹⁴⁷ Sobre categorias lexicais, ver, também, ROSA, Maria Carlota **Introdução à morfologia**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2003. p.107.

¹⁴⁸ Voltaremos a essa discussão em outro momento.

¹⁴⁹ COOK, Vivian James. Op. cit., p.7. “The preliminary assumption is that sentences may be broken up into constituent phrases, structural groupings of words”.

Desse modo, as informações lexicais e as categoriais garantem que o falante produza sentenças bem-formadas em sua língua, porque ele se torna capaz de identificar tanto os núcleos lexicais, como os categoriais, ou seja, o conhecimento lexical do falante termina por envolver o conhecimento dos núcleos lexicais e dos núcleos categoriais.

Esse conhecimento de como funcionam os núcleos lexicais de uma determinada língua é que possibilita o falante a produzir sentenças. Então, segundo Miotto, Silva e Lopes:

Chamamos a esses núcleos lexicais *predicado* e aos itens selecionados *argumentos*, para utilizar o vocabulário que a Lógica clássica já cunhou. Dessa forma, podemos dizer que os predicados têm estrutura argumental, isto é, os predicados possuem lacunas a serem preenchidas pelos argumentos¹⁵⁰.

Dizer que um predicado tem argumentos, significa que os núcleos lexicais N (nome), V (verbo), A (adjetivo) e P (preposição) precisam (ou não) de outras palavras que lhe completarão o sentido¹⁵¹.

Antes de entrarmos em uma discussão mais aprofundada sobre predicado e argumentos, e como foi dito que os termos vêm da Lógica, então achamos necessário algum esclarecimento sobre isso. Vejamos o exemplo:

(42a) João ama Maria.

(42b) A (j, m),

onde A = 'ama'; j = 'João' e m = 'Maria'.

Em (42a), temos as expressões referenciais 'João' e 'Maria' que são os seres dos quais falamos e temos, também, um predicado 'ama', que é a relação existente entre 'João' e 'Maria'. Já em (42b), a representação lógica de (42a), temos, apenas, a informação que o predicado 'A' precisa de dois argumentos 'j' e 'm', que vêm entre parênteses. Então, para a Lógica, todo predicado do tipo de 'A'

¹⁵⁰ MIOTTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Op. cit., p.84-85. Conferir: RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.275; HAEGEMAN, Liliane. Op. cit., p.34-35.

¹⁵¹ Os núcleos lexicais determinam a categoria dos constituintes oracionais: NP (*Noun Phrase*), VP (*Verb Phrase*), AP (*Adjective Phrase*) e PP (*Prepositional Phrase*) (Cf. COOK, Vivian James. Op. cit., p.94-95).

precisará, sempre, de dois argumentos para que a proposição seja aceita como correta. Por isso é que:

(43) * João ama.

(44) * Ama Maria.

não são aceitas como bem formadas porque lhes faltam um dos argumentos que o predicado exige.

Tomadas essas noções de predicado e argumento da Lógica e indo agora para a linguagem natural, podemos dizer que os predicados possuem uma estrutura argumental. Haegeman diz:

Usando a idéia básica da lógica formal [...], podemos dizer que todo predicado tem sua *estrutura de argumento*, isto é, especifica o número de argumentos que requer. Os argumentos são os participantes minimamente envolvidos na atividade ou declaração expressa pelo predicado¹⁵².

Os predicados, além de especificar o número de argumentos, também realizam uma seleção da categoria (c-seleção) e uma seleção semântica (s-seleção) de seus argumentos. Por *c-seleção*, devemos entender que o núcleo de um predicado, segundo Miotto, Silva e Lopes, “ao selecionar o complemento tem em vista apenas a categoria (c – abrevia categoria) à qual ele deve pertencer”¹⁵³. Já por *s-seleção*, para Raposo, é “a propriedade que os predicadores têm de selecionar um determinado número de argumentos com uma dada função temática”¹⁵⁴. Por exemplo, em (42a), aqui tomada como

(45) João ama Maria.

¹⁵² HAEGEMAN, Liliene. Op. cit., p.36. “Using the basic idea of formal logic [...], we can say that every predicate has its *argument structure*, i.e., it is specified for the number of arguments it requires. The arguments are the participants minimally involved in the activity or state expressed by the predicate”.

¹⁵³ MIOTTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Op. cit., p.59.

¹⁵⁴ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.277. “Predicador” é o termo que Raposo usa para “predicado”. Ver nota 1, à página 275. Funções temáticas são os papéis temáticos de agente, paciente, experienciador ... de que trataremos mais adiante.

‘ama’ c-seleciona os NPs ‘João’ e ‘Maria’, o que torna a sentença gramatical, pela natureza da categoria (NP) dos complementos¹⁵⁵. Se (45) fosse

(46) * João ama de paixão.

mesmo encontrando, entre os falantes mais jovens, a expressão “amo de paixão”, do ponto de vista do parâmetro do Português, (46) é agramatical porque o predicado ‘ama’ não c-seleciona como complemento um NP encabeçado pela preposição ‘de’. Quanto à s-seleção, (45) é gramatical porque o NP ‘João’ é capaz de ser o agente do predicado ‘ama’ e o NP ‘Maria’ é o tema do amor de ‘João’. Portanto, os argumentos do predicado foram selecionados semanticamente do modo correto. Já em

(47) * A cadeira ama João.

a agramaticalidade decorre do fato de o NP ‘a cadeira’, semanticamente, não poder ser agente do predicado porque, como sabemos, ‘cadeira’ é um ser não-animado e, por isso, incapaz de amar. Logo, houve erro na s-seleção do argumento.

Vimos que um predicado tem argumentos e relacionamos à noção de predicado os núcleos lexicais N, V, A e P. Para a teoria- θ , esses são os quatro predicados capazes de atribuir papel temático. Vejamos como isso se dá:

(i) Estrutura argumental do nome:

Retomemos o exemplo (42a), aqui como

(48) João ama Maria.

Se reconstruirmos (48) como

(49) O amor de João por Maria.

vemos que o nome ‘amor’, assim como o verbo ‘amar’ possuem a mesma estrutura argumental. Nos dois exemplos, ‘João’ é o agente e ‘Maria’ é o tema.

¹⁵⁵ Para a teoria temática, o sujeito também é complemento.

Então, podemos dizer que o nome deverbal ‘amor’ e o verbo ‘amar’ exigem os mesmos argumentos.

Parece que isso vale para ‘destruir’ / ‘destruição’, ‘conquistar’ / ‘conquista’, ‘analisar’ / ‘análise’ ... Vejamos:

(50) Os invasores destruíram a cidade.

onde os ‘invasores’ é o agente e a ‘cidade’ é o paciente. Em

(51) A destruição da cidade pelos invasores.

‘invasores’ continua sendo o agente e ‘cidade’, o paciente, agora, argumentos do predicado ‘destruição’. Em (52) e (53),

(52) O homem conquista o espaço.

(53) A conquista do espaço pelo homem.

os predicados, o verbo ‘conquistar’ e o nome ‘conquista’ têm dois argumentos: o ‘homem’ agente e ‘o espaço’ (em de + o espaço = do espaço), tema. Para (54) e (55),

(54) João analisou os dados.

(55) A análise dos dados por João.

em que ‘João’ é o agente dos predicados ‘analisar’ e ‘análise’, e ‘os dados’, o paciente dos predicados ‘analisar’ e ‘análise’, também nos dois exemplos citados.

Então, da pequena amostragem, podemos deduzir que nomes deverbais semântica e morfológicamente ligados a verbos possuem a mesma estrutura argumental desses verbos¹⁵⁶. Entretanto, ao lado dos exemplos (50), (51), (52), (53), (54) e (55), podemos ter:

(56) A destruição foi total.

(57) A conquista foi um sucesso.

(58) A análise foi bem feita.

¹⁵⁶ Cf. HAEGEMAN, Liliane. Op. cit., p.40.

onde os argumentos dos predicados ‘destruição’, ‘conquista’ e ‘análise’ foram apagados. Ainda de acordo com Haegeman, “é uma propriedade típica de nomes que os seus argumentos podem estar não realizados”¹⁵⁷.

(ii) Estrutura argumental do adjetivo:

Para tratarmos da estrutura argumental do adjetivo, vejamos os seguintes exemplos:

(59) João está preocupado.

(60) O futuro preocupa João.

(61) João é invejoso.

(62) João inveja Pedro.

Nos exemplos (59) e (60), temos os predicados ‘preocupado’ e ‘preocupa’. O primeiro, (59), exige explicitamente um argumento (‘João’); já o segundo (60), dois argumentos (‘o futuro’ e ‘João’). Em (61) e (62), a estrutura argumental se repete: o predicado ‘invejoso’ requer o argumento ‘João’, e o predicado, formado pelo VP ‘inveja’, pede dois argumentos, ‘João’ e ‘Pedro’. Por que isso acontece? De acordo com Haegeman, verbos e adjetivos deverbais possuem a mesma estrutura argumental, com uma diferença: quando o predicado é o verbo, os dois argumentos realizam-se de forma clara, o que não acontece quando o predicado é o adjetivo; o segundo argumento fica subentendido, ‘João está preocupado com algo ou alguém’ e ‘João é invejoso de algo ou alguém’¹⁵⁸.

(iii) Estrutura argumental das preposições:

As preposições, podemos dizer, também possuem estrutura argumental. Por exemplo:

(63) João está em casa.

(64) João viajou para o Sul.

(65) Santa Catarina está entre o Paraná e o Rio Grande do Sul.

¹⁵⁷ Ibid., p.40. “It is a typical property of nouns that both their arguments may be unrealized”.

¹⁵⁸ Ibid., p.38-39.

O indício da estrutura argumental das preposições está na agramaticalidade das sentenças em que elas aparecem sem o seu argumento. Se reescrevêssemos (63), (64) e (65) como (66), (67) e (68), as sentenças seriam agramaticais.

(66) * João está em.

(67) * João viajou para.

(68) * Santa Catarina está entre.

A agramaticalidade decorre, exatamente, da falta dos argumentos 'casa', em (66), 'o Sul', em (67) e 'o Paraná e o Rio Grande do Sul', em (68)¹⁵⁹.

(iv) Estrutura argumental do verbo:

Deixamos para tratar da estrutura argumental do verbo por último, por ser o verbo o predicado mais importante. Para Raposo, “no nível da oração, o predador mais importante é o verbo”¹⁶⁰. E, de fato, o que vai nos interessar.

Quando olhamos para o verbo de uma sentença, aí podemos ver duas coisas: a primeira são as funções gramaticais dependentes do verbo (se o verbo tem sujeito, objeto direto, objeto indireto ...) e a segunda são os relacionamentos estabelecidos a partir do verbo. Para Cook: “É tradicional em gramática olhar a sentença como contendo relacionamentos tais como quem está fazendo a ação e quem ou o que está sendo afetado pela ação”¹⁶¹.

É, exatamente, esse segundo olhar que interessa à teoria- θ : “A teoria- θ (teoria theta) [...] trata de tais relacionamentos”¹⁶². Segundo Haegeman: “Se um verbo é transitivo ou não não é questão de mero acaso; segue do tipo de ação ou declaração expressada pelo verbo, de seu significado”¹⁶³. Por exemplo:

¹⁵⁹ Ibid., p.40.

¹⁶⁰ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.275.

¹⁶¹ COOK, Vivian James. Op. cit., p.110. “It is traditional in grammar to see the sentence as containing relationships such as who is doing the action and who or what is being affected by the action”.

¹⁶² Ibid., p.119. “ θ -theory (theta theory) [...] handles such relationships”.

¹⁶³ HAEGEMAN, Lilliane. Op. cit., p.35. “Whether a verb is transitive or not is not a matter of mere chance; it follows from the type of action or state expressed by the verb, from its meaning”.

- (69) João morreu.
 (70) João beijou Maria.
 (71) João deu um presente à Maria.

Em (69), o verbo ‘morrer’ requer apenas um argumento, ‘João’ (tema). Em (70), ‘beijar’ tem dois argumentos, ‘João’ (agente) e ‘Maria’ (paciente). Já em (71), o verbo ‘dar’ exige três argumentos, ‘João’ (agente), ‘um presente’ (tema) e ‘à Maria’ (benefactivo). Esses argumentos decorrem do significado do verbo, ou seja, do tipo de ação expressa pelo verbo: ‘morrer’ é uma declaração que envolve apenas a pessoa que ‘morre’, no caso, o tema da declaração. ‘Beijar’, por sua vez, mesmo havendo reciprocidade de ação, mas ‘João’ é o agente dela, enquanto ‘Maria’ é o ser que a recebe. No ato de ‘dar’ estão realizados pelo menos três argumentos: aquele que dá algo (‘João’), o algo que é dado (‘o presente’) e a pessoa que se beneficia da ação verbal (‘à Maria’).

Como o predicado determina os seus argumentos, essa determinação tem a ver com a função semântica desses argumentos, que são as funções- θ . Portanto, funções- θ são papéis semânticos desempenhados pelos argumentos dos predicados. Mesmo não havendo concordância entre os teóricos sobre o número e o tipo dessas funções- θ , a partir de Raposo e Haegeman, enumeraremos algumas:

(i) Para Raposo, as principais funções- θ são¹⁶⁴:

a) *Tema*: de acordo com a tipologia do verbo, o tema pode ser:

– O NP que sofre o movimento (para verbos de movimento ou troca). Por exemplo:

(72) João veio de São Paulo. (‘João’ = tema)

– O NP do qual damos a localização (para verbos de localização). Por exemplo:

(73) O livro está sobre a mesa. (‘O livro’ = tema)

¹⁶⁴ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.276-283.

– O NP que exprime idéia abstrata ou psicológica de movimento ou posse (para verbos que expressem esses conceitos). Por exemplo:

(74) O aluno tem a resposta. ('a resposta' = tema)

(75) Os alunos temem o professor. ('o professor' = tema)

– O NP que sofre mudanças (com verbos incoativos (= mudança de estado) e causativos (= mudança de estado por força exterior)). Por exemplo:

(76) O bolo já assou. ('O bolo' = tema)

(77) As enchentes destruíram as plantações. ('As enchentes' = tema)

b) *Agente*: O NP que intencionalmente pratica a ação verbal. Por exemplo:

(78) João construiu a ponte. ('João' = agente)

c) *Locativo*: O NP que dá a localização de um ser no espaço. Por exemplo:

(79) João pôs o livro na estante. ('na estante' = locativo)

d) *Fonte*: O NP (encabeçado, ou não, por preposição) que é a origem, com verbos de movimento. Por exemplo:

(80) O carteiro entregou a correspondência no escritório. ('O carteiro' = fonte)

(81) Os tropeiros partiram do Rio Grande do Sul para São Paulo. ('do Rio Grande do Sul' = fonte)

e) *Alvo*: O NP (ou PP) que é o ponto de chegada do movimento. Por exemplo:

Em (81) 'para São Paulo' (= alvo).

(82) Maria era a destinatária da carta. ('Maria' = alvo)

f) *Paciente*: O NP que sofre a ação do verbo. Por exemplo:

(83) Os empregados foram demitidos pelo gerente. ('Os empregados' = paciente)

g) *Experienciador psicológico*: O NP que vive uma experiência psicológica. Por exemplo:

(84) A população teme a violência urbana. ('A população' = experienciador psicológico)

h) *Instrumento*: O PP que auxilia à prática de uma ação. Por exemplo:

(85) João cortou o bolo com a faca. ('com a faca' = instrumento)

(ii) Haegeman especifica as seguintes funções- θ ¹⁶⁵:

a) *Agente/ator*: aquele que intencionalmente inicia a ação contida no predicado.

b) *Paciente*: a pessoa que sofre a ação desencadeada.

c) *Tema*: a pessoa ou coisa atingida pela ação verbal.

d) *Experienciador*: o ser que sofre algum estado psicológico contido no predicado.

e) *Benefactivo/Beneficiário*: a pessoa que se beneficia da ação.

f) *Objetivo*: a quem a ação verbal é direcionada.

g) *Fonte*: a entidade de onde algo é movido como resultado da ação verbal.

h) *Locativo*: o local onde a ação ou declaração expressa pelo verbo está situada.

Como podemos observar, a diferença entre funções- θ apresentadas por Raposo e Haegeman é mínima, mas isso não significa que não há problemas com

¹⁶⁵ HAEGEMAN, Liliane. Op. cit., p.41-42.

relação à especificação dos papéis temáticos ou funções- θ . Para Haegeman: “Embora muitos linguistas concordem sobre a importância da estrutura temática para certos processos sintáticos, a teoria de papéis temáticos é ainda muito imperfeita”¹⁶⁶.

Até aqui vimos apenas NPs funcionando como argumentos de predicados, mas, segundo Cook “proposições também podem ser argumentos”¹⁶⁷. Por exemplo:

(86) Eu creio que ele virá.

Onde o NP ‘Eu’ é o experienciador psicológico e a sentença ‘que ele virá’ é o tema do predicado ‘creio’.

Após apresentarmos esse quadro geral das funções- θ , veremos agora o número de argumentos que um predicado exige para que as sentenças sejam bem-formadas, que é, de fato, do que trata a teoria- θ . Segundo Mito, Silva e Lopes: “O primitivo para a teoria é o número de argumentos de um determinado predicado e, portanto, o número de papéis que esse predicado terá que atribuir, vale dizer, a sua grade temática”¹⁶⁸. E, não podemos esquecer, que a boa formação das sentenças depende do *critério- θ* que diz:

- (i) Cada argumento tem que receber um e um só papel temático;
- (ii) Cada papel temático tem que ser atribuído a um e um só argumento¹⁶⁹.

Por exemplo:

(87) * Quem a Maria encontrou João?

(88) * Maria encontrou.

¹⁶⁶ Ibid., p.41. “Although many linguistics agree on the importance of thematic structure for certain syntactic processes, the theory of thematic roles is still very sketchy”.

¹⁶⁷ COOK, Vivian James. Op. cit., p.112. “Propositions can also be arguments”. Cf., também, HAEGEMAN, Liliane. Op. cit., p.47-51.

¹⁶⁸ MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Op. cit., p.89.

¹⁶⁹ Ibid., p.96. Cf., também, RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.309; HAEGEMAN, Liliane. Op. cit., p.46; COOK, Vivian James. Op. cit., p.116.

Em (87), o predicado ‘encontrou’ possui três argumentos: ‘quem’, ‘a Maria’ e ‘João’, mas o predicado exige apenas dois, no caso ‘quem’ e ‘a Maria’, ‘João’ é um argumento que sobra porque não há papel temático para ele; transgredindo o princípio (i) do critério- θ . Já (88) transgredir o princípio (ii) do mesmo critério, porque o predicado ‘encontrou’ pede dois argumentos e aí temos apenas um, ‘Maria’.

Os argumentos de um verbo podem ser externos ou internos. O argumento externo é o que “se realiza fora da projecção máxima VP do verbo, na posição de sujeito da oração (à função- θ particular que este argumento suporta, chama *função- θ externa*)¹⁷⁰”. Portanto, é um argumento dominado pelo S (sentença). Já os argumentos internos “são realizados dentro da projecção VP do verbo”¹⁷¹ (*funções- θ internas*); sendo assim, um argumento na função de complemento.

É interessante salientarmos, também, que a atribuição do papel- θ pode se dar por marcação direta ou indireta. Temos marcação direta quando o papel temático é atribuído por um núcleo X e o argumento que recebe esse papel é interno. Enquanto que a marcação indireta se dá quando o papel temático é atribuído pela composição do núcleo com seu complemento¹⁷². Por exemplo:

(89) Pedro quebrou o braço.

(90) Pedro quebrou a vidraça.

Em (89), ‘Pedro’ é o tema da ação verbal, e esse papel temático é atribuído somente pelo núcleo do predicado ‘quebrou’. ‘Pedro’ jamais poderia ser o agente da ação verbal. Em (90), por outro lado, o papel temático de ‘Pedro’ (agente) é atribuído pelo núcleo do predicado ‘quebrou’ mais o seu argumento interno ‘a vidraça’. Nas duas sentenças, a semântica do verbo é a mesma mas a atribuição do papel temático do argumento externo se dá de modo direto em (89) e de modo indireto em (90).

¹⁷⁰ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.284.

¹⁷¹ Ibid., p.285.

¹⁷² Cf. MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Op. cit., p.89; HAEGEMAN, Liliane. Op. cit., p.61.

Feita essa discussão sobre a estrutura argumental do verbo e as principais funções- θ , vejamos agora em que consiste a *grade temática* ou *grade- θ* . Para Haegeman:

A informação quanto ao relacionamento semântico entre o predicado e seus argumentos é fonte do conhecimento lexical do falante nativo e, por isso, também deve estar gravado no léxico. Ao invés de mera especificação do número de argumentos de um predicado, pode-se encarar uma representação que especifica o tipo de papéis semânticos desses argumentos. [...] isto é representado por meio de uma *grade temática*, ou *grade-theta*, que é fonte da entrada lexical do predicado¹⁷³.

Como podemos ver, na citação acima, os falantes nativos de uma língua têm gravado, no léxico, um conhecimento sobre verbos que lhes diz o número de argumentos e os papéis temáticos desses argumentos para cada evento verbal. A ativação desse conhecimento é que permite ao falante reconhecer como mal-formadas as sentenças (87) e (88), aqui retomadas como:

(91) *Quem a Maria encontrou o João?

(92) * Maria encontrou.

Então, a representação da grade temática do predicado 'encontrar' é:

encontrar: verbo [___NP] < agente, tema>

às informações entre colchetes quadrados e parênteses angulares chamamos de estrutura argumental. Onde a informação entre colchetes quadrados é a c-seleção, isso quer dizer que o predicado 'encontrar' subcategoriza (não olha para a semântica mas somente para a categoria do elemento selecionado¹⁷⁴) como complemento um NP. É interessante observarmos que o predicado subcategoriza apenas os argumentos internos porque, pelo Princípio de Projeção Estendido (EPP), todas as sentenças têm sujeito¹⁷⁵ e este é sempre externo ao VP. Já as informações entre parênteses angulares são a s-seleção, ou seja, as

¹⁷³ HAEGEMAN, Liliane. Op. cit., p.43. "The information as to the semantic relationship between the predicate and its arguments is part of the lexical knowledge of the native speaker and should hence also be recorded in the lexicon. Rather than merely specifying the number of arguments of a predicate, one may envisage a representation which specifies the type of semantic roles of there arguments. [...] this is represented by means of a *thematic grid*, or *theta grid*, which is part of the lexical entry of the predicate".

¹⁷⁴ Cf. MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Op. cit., p.66.

¹⁷⁵ Ibid., p.100; HAEGEMAN, Liliane. Op. cit., p.59; COOK, Vivian James. Op. cit. p.115.

informações dos papéis temáticos: o predicado ‘encontrar’ tem um argumento ‘agente’ e outro argumento ‘tema’. Nos colchetes quadrados, o esquema de subcategorização, não aparece o NP que é externo ao VP, ou seja, o sujeito, porque, como vimos, todas as orações têm sujeito¹⁷⁶. De posse dessas informações sobre estrutura argumental, ilustraremos como, de fato, isso funciona:

- (i) morrer: verbo [] <tema>
- (ii) construir: verbo [___NP] <agente, paciente>
- (iii) entregar: verbo [___NP, PP] <agente, tema, alvo>
- (iv) assar: verbo [] <tema>
[___NP] <agente, paciente>¹⁷⁷

Até aqui tratamos de estrutura argumental de verbos que possuem argumentos internos e externos. No entanto, há verbos que não selecionam argumento externo e outros que não selecionam argumento algum. Vejamos:

- (93) Parece-(me) que João viajou.
- (94) O tempo parece voar.
- (95) Chove.

Em (93) para a Gramática Tradicional, ‘que João viajou’ é uma oração com a função de sujeito. Mas, para a teoria temática, o “verbo *parecer* seleciona um argumento interno de natureza proposicional e, opcionalmente, um argumento interno Experienciador (correspondente ao objecto indirecto)”¹⁷⁸. Já em (94), o NP que aparece na posição de sujeito é tematicamente dependente do verbo da oração subordinada infinitiva ‘voar’, portanto não foi selecionado por ‘parece’. (95) é um exemplo de um verbo que não seleciona nem argumento externo, nem interno. Assim, a estrutura argumental desses verbos é:

¹⁷⁶ Cf. HAEGEMAN, Liliane. Op.cit., p.37.

¹⁷⁷ O verbo ‘assar’ possui duas estruturas argumentais: a primeira é a de um verbo intransitivo que possui apenas o sujeito; a segunda, de um verbo transitivo direto, com sujeito e objeto direto.

¹⁷⁸ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.297.

(v) parecer: verbo [___(PP)¹⁷⁹, S] <(experenciador), tema>

(vi) voar: verbo [] <agente>

(vii) chover: verbo [] < >

No entanto, para Raposo, assim como para o Inglês e o Francês, que exigem, sempre, um item lexical preenchendo a posição do sujeito, o Português, nessa posição, “contém um pronome *nulo* (que simbolizamos como *pro*), de natureza expletiva, semelhante aos pronomes *il* e *it*, mas sem matriz fonológica”¹⁸⁰.

Essa explicação de Raposo garante a manutenção do Princípio de Projeção Estendido (EPP), mesmo quando o verbo não seleciona um argumento externo:

A ocorrência de um pronome expletivo (fonético ou nulo, consoante o valor do parâmetro do sujeito nulo) nessa posição de sujeito não selecionada tematicamente mostra pois que esta posição é obrigatória, quer o verbo seleccione um argumento externo quer não seleccione¹⁸¹.

Sujeito expletivo, para o Inglês, são “alguns NPs na posição de sujeito da sentença que não recebem um papel temático, por isso não são argumentos”¹⁸². Exemplos de sujeitos expletivos são o “it” e o “there”, como em:

(96) “It surprised Jeeves that the pig had been stolen”.

(97) “There are three pigs escaping”.¹⁸³

Em (96), ‘it’ não refere para nenhum ser no mundo, não pode ser associado a qualquer elemento envolvido no evento. O mesmo se dá com (97), em que ‘there’ é empregado para sentenças existenciais e não como advérbio de lugar¹⁸⁴.

¹⁷⁹ Os parênteses indicam que o argumento é opcional.

¹⁸⁰ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.300.

¹⁸¹ Ibid.

¹⁸² HAEGEMAN, Liliane. Op. cit., p.51. “Some NPs in the subject position of the sentence are not assigned a thematic role, hence are not arguments”.

¹⁸³ Os exemplos foram retirados de HAEGEMAN, Liliane. Ibid., p.52, 54.

¹⁸⁴ Cf. HAEGEMAN, Liliane. Ibid., p.51-56.

Para finalizar esta seção, falaremos um pouco sobre os verbos principais e os verbos auxiliares¹⁸⁵. Vejamos os exemplos abaixo:

(98) João vendeu os seus bens.

(99) João tinha vendido os seus bens.

(100) João havia vendido os seus bens.

As três sentenças contêm, mais ou menos, o mesmo conteúdo proposicional. Em (98), o predicado ‘vendeu’ seleciona os argumentos ‘João’ e ‘os seus bens’. Em (99) e (100), mesmo ‘João’ concordando em número e pessoa com ‘tinha’ e ‘havia’ (que também se flexionaram em modo, tempo e aspecto), não são esses verbos que atribuem o papel temático a ‘João’, mas o verbo ‘vendido’, que é o verbo principal nas duas sentenças. Daí, deduzimos que os verbos auxiliares, mesmo concordando morfológicamente com o argumento externo, não atribuem papel temático a ele, quem o faz é o verbo principal, nos exemplos acima, ‘vendido’, no particípio. O mesmo se pode dizer para o verbo *ser*, na função de cópula, em que o papel temático do sujeito é atribuído pelo adjetivo. Segundo Haegeman: “As diferenças formais entre os verbos principais por um lado e auxiliares e a cópula *ser* por outro são equiparadas por uma propriedade semântica: nem auxiliares nem a cópula *ser* determinam papéis temáticos”¹⁸⁶.

2.4 MOVIMENTOS DE CONSTITUINTES (MOVER- α)

Para falarmos sobre movimentos de constituintes, precisamos, antes, ter clareza sobre o que seja um constituinte. Haegeman diz: “As palavras de uma sentença estão organizadas hierarquicamente dentro de unidades maiores chamadas *constituíntes*”¹⁸⁷. Então, um constituinte não é, simplesmente, um conjunto qualquer de palavras, mas é necessário que elas estejam organizadas

¹⁸⁵ Ibid., p.56-58.

¹⁸⁶ Ibid., p.58. “The formal differences between main verbs on the one hand and auxiliaries and the copula *be* on the other are matched by a semantic property: neither auxiliaries nor the copula *be* assign thematic roles”.

¹⁸⁷ HAEGEMAN, Liliane. Op. cit., p.26. “The words of the sentence are organized hierarchically into bigger units called *phrases*”.

de acordo com determinadas regras de língua. Para Napoli, um constituinte é “um nó e nunca um conjunto que não forma um nó (isto é, um conjunto não-constituinte)”¹⁸⁸.

Raposo, falando sobre constituintes, diz:

A organização de uma frase em grupos hierárquicos complexos constituídos por uma *inclusão* sucessiva de elementos de nível inferior em grupos maiores, começando pelos itens lexicais, chama-se estrutura de constituintes¹⁸⁹.

Como podemos ver, os constituintes de uma sentença são as palavras hierarquicamente organizadas para formar unidades significativas.

Línguas como o português e o inglês permitem uma certa liberdade de movimentação de constituintes dando-nos sentenças como:

(101) João comprou um carro.

(102) O carro foi comprado por João.

(103) Que carro João comprou?

(102) e (103), aparentemente, ferem o princípio de subcategorização, que “exige uma relação estritamente local entre a categoria lexical e os seus complementos subcategorizados”¹⁹⁰. Em (102), o NP “o carro” está na posição de sujeito e, em (103) em uma posição mais periférica que a de sujeito. No entanto, ambas são sentenças gramaticais do português.

Para resolver essa situação, a gramática transformacional trabalha com os conceitos de estrutura-D e estrutura-S. Estas duas estruturas, segundo Raposo, “correspondem aproximadamente aos termos ‘estrutura profunda’ e ‘estrutura de superfície’ dos modelos generativos anteriores”¹⁹¹. Sendo assim, a estrutura-D é “uma representação abstracta, ‘transparente’, das relações locais de subcategorização e das funções lógico-gramaticais dos constituintes da frase”¹⁹² e a estrutura-S é “uma representação concreta da estrutura hierárquica e da

¹⁸⁸ NAPOLI, Donna Jo. **Sintaxe**: Theory and problems. New York: Oxford University, 1993. p.281. “a node and never a string that does not form a node (that is, a non constituent string)”.

¹⁸⁹ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.66-67.

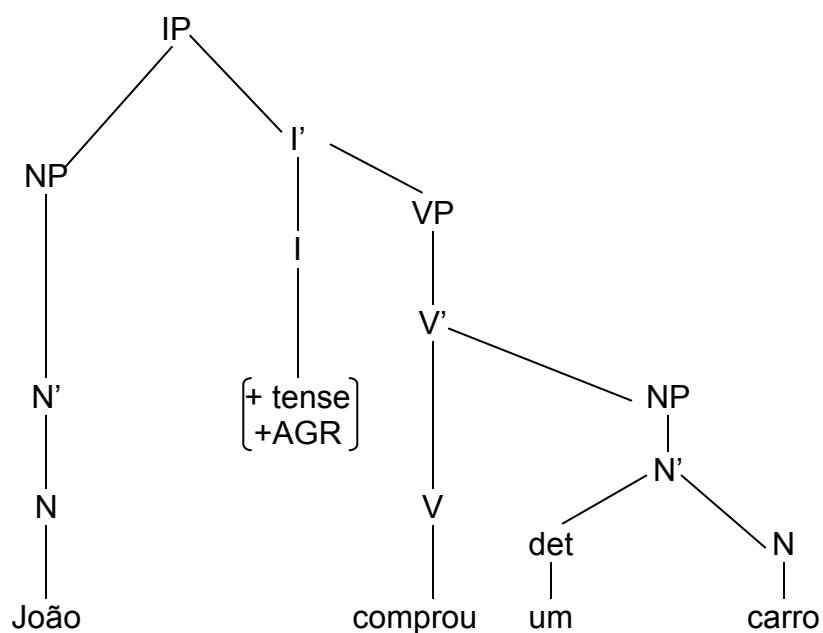
¹⁹⁰ Ibid., p.106.

¹⁹¹ Ibid., p.109.

¹⁹² Ibid.

ordenação linear efectivamente existente entre os constituintes da frase”¹⁹³. Para ilustrar isso, vejamos os esquemas arbóreos das sentenças (101), (102) e (103)¹⁹⁴.

(101a)



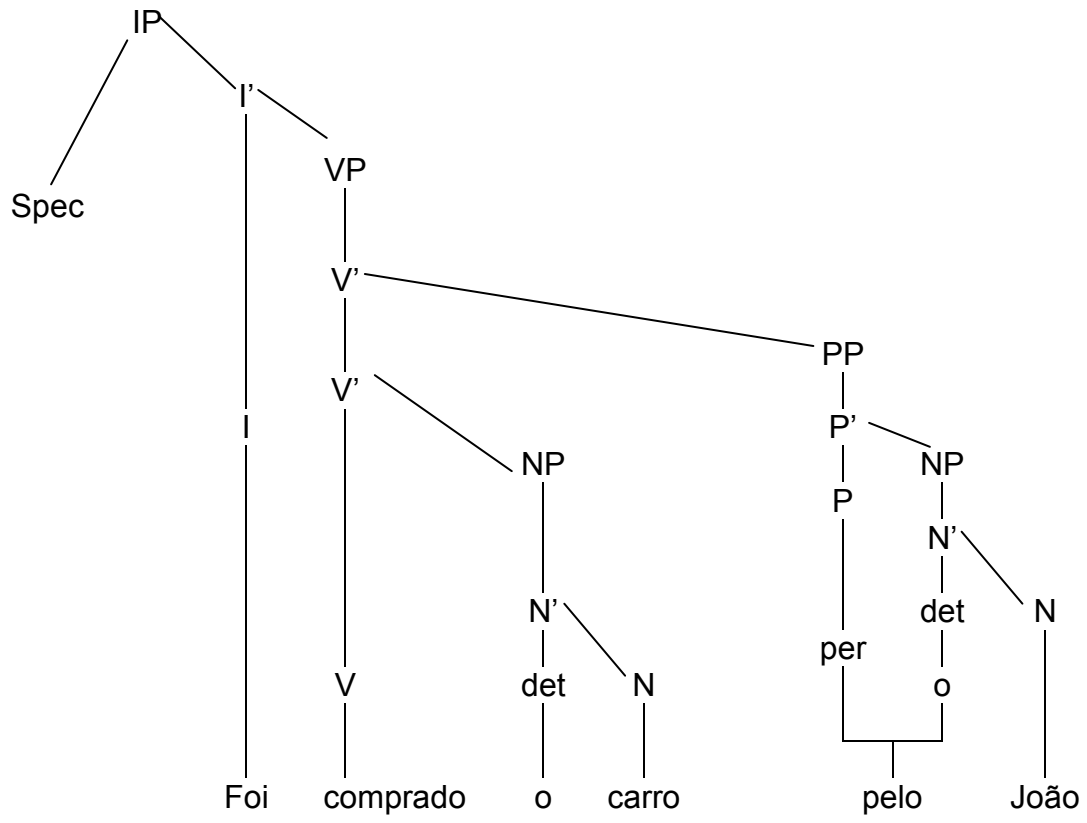
O esquema (101a), que é de uma sentença onde o NP subcategorizado pelo verbo aparece em sua posição canônica, não apresenta nenhum tipo de movimento de constituinte da estrutura-D para a estrutura-S.

Já a sentença (102) apresenta as seguintes estruturas:

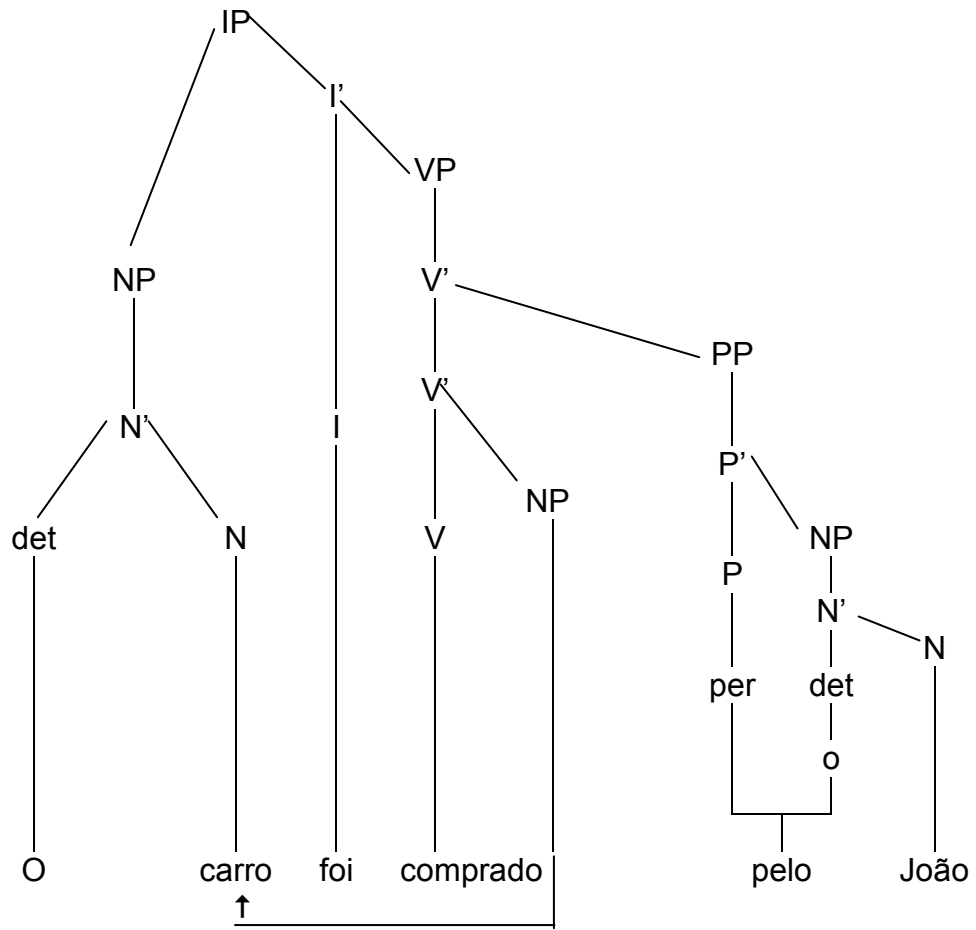
¹⁹³ Ibid.

¹⁹⁴ Os esquemas arbóreos estão simplificados porque queremos mostrar apenas o que é pertinente à subcategorização do verbo e ao movimento de constituintes na sentença.

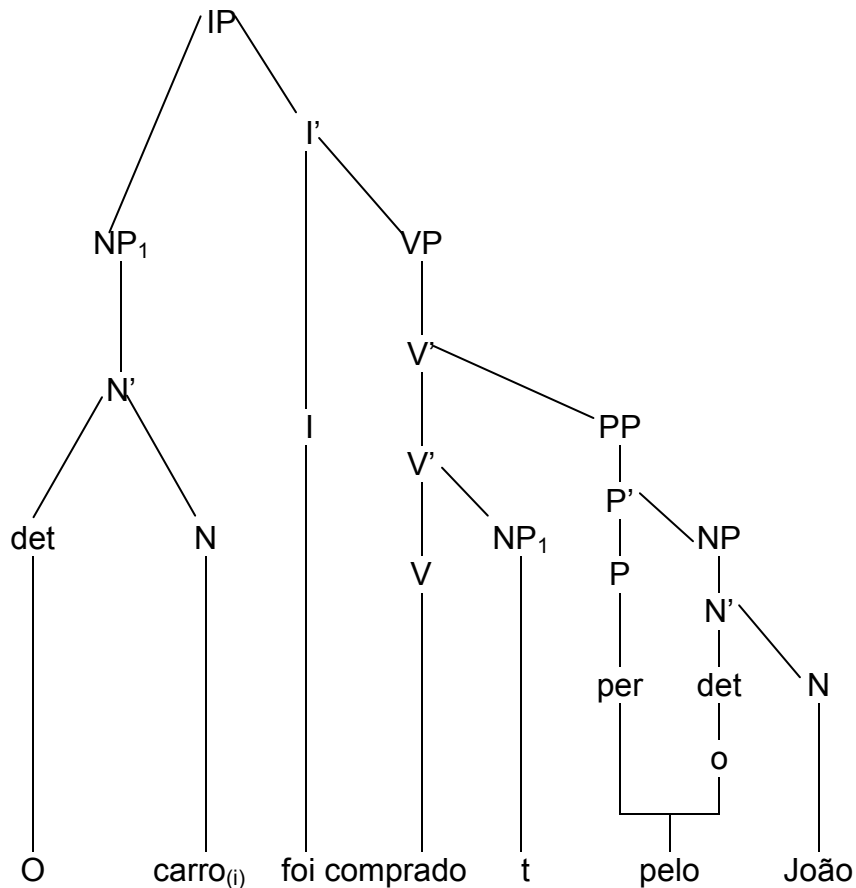
(102a) Estrutura-D:



(102b) Estrutura intermediária:



(102c) Estrutura-S:



Na estrutura (102a), a estrutura-D, o NP imediatamente dominado por IP está vazio e o NP “O carro” é subcategorizado pelo VP “comprar” (“comprado”), na posição de complemento deste verbo. Já, na estrutura (102b), uma estrutura intermediária, o NP “O carro” movimentou-se da posição de NP subcategorizado pelo VP e localizou-se na posição do NP imediatamente dominado por IP, que é a posição própria do sujeito. Esse movimento vai nos dar a estrutura (102c), a estrutura-S, onde o NP₁¹⁹⁵ “O carro”, agora ocupando a posição de sujeito da sentença, deixou um traço (“t” de “trace”, em inglês), ou um vestígio¹⁹⁶, na posição que ocupava anteriormente, atendendo, assim, ao princípio de subcategorização do verbo “comprar”, melhor dizendo, o NP “O carro” passou a ocupar a posição de

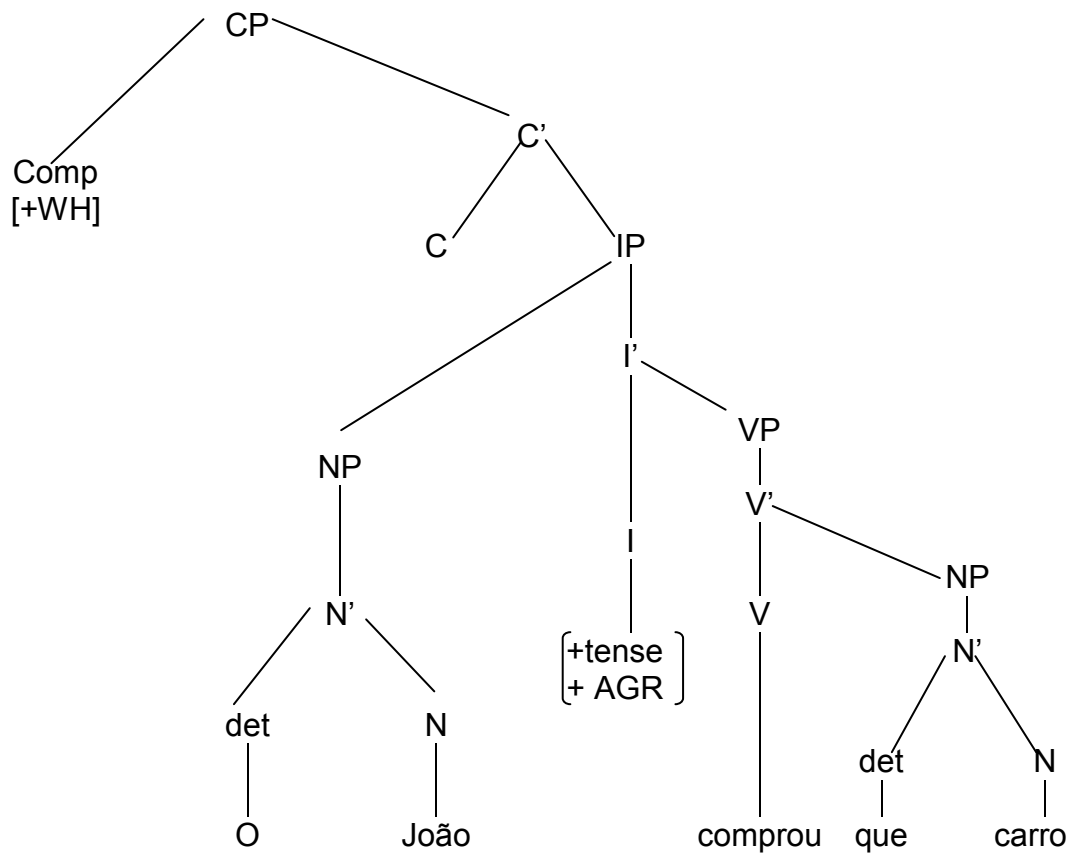
¹⁹⁵ O algarismo aposto no NP indica a correferencialidade entre eles.

¹⁹⁶ Adiante discutiremos sobre vestígios.

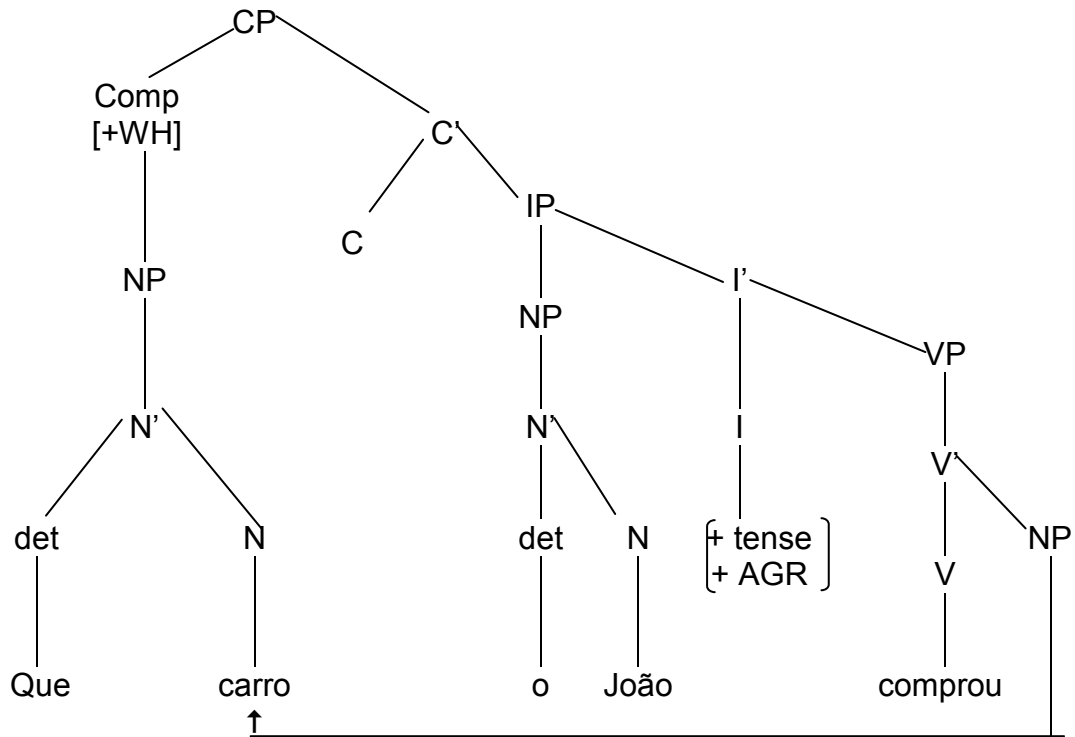
sujeito, deixando na posição de NP subcategorizado pelo VP, apenas, um traço ("t") de sua presença.

A sentença (103) nos dá as seguintes estruturas, apresentadas por árvores:

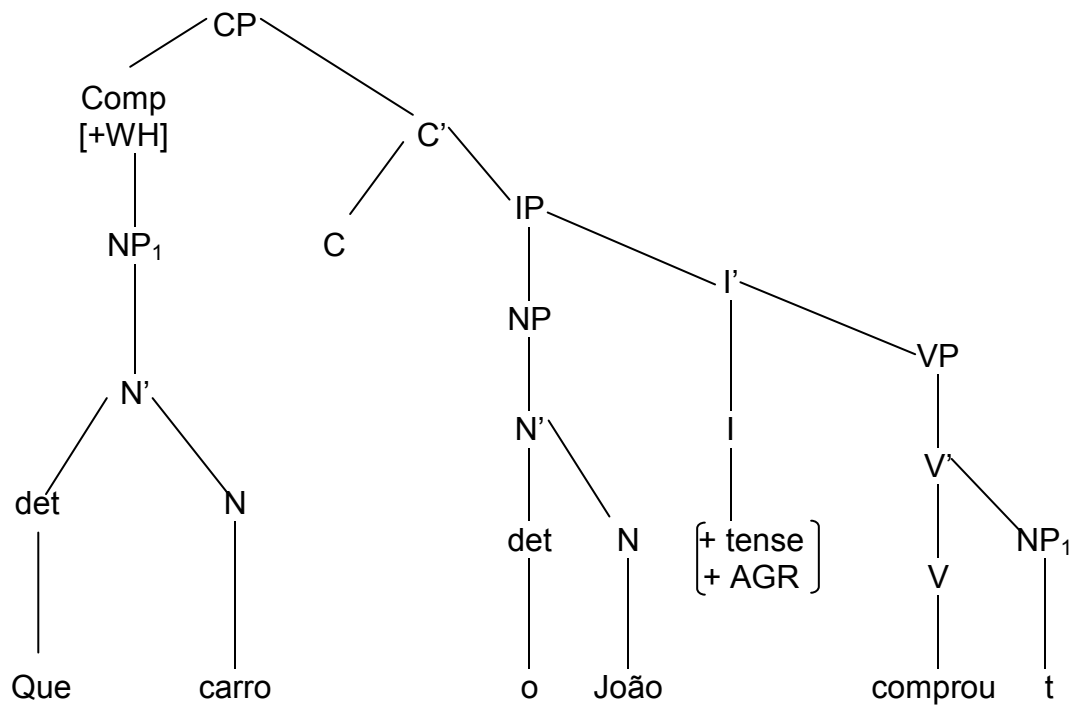
(103a) Estrutura-D:



(103b) Estrutura intermediária:



(103c) Estrutura-S:



Na estrutura-D, temos um CP, próprio de sentenças interrogativas, dominando um Comp que está vazio, que é para onde o NP “que carro” irá se mover. Já na estrutura intermediária, temos um IP, que é o nó básico que vai dominar o NP sujeito “João” e o VP. É nessa estrutura intermediária que se dá o movimento do NP “Que carro”, da posição de complemento para a posição do NP imediatamente dominado pelo CP de sentença interrogativa. Na estrutura-S, vamos encontrar o NP₁ “Que carro” em uma posição mais periférica que a do NP “João”, que é o sujeito da sentença. No lugar do NP₁ imediatamente dominado pelo VP “comprar”, encontraremos um traço, deixado pelo NP. Assim, fica garantida a gramaticalidade da sentença, que exige um NP dominado pelo verbo, neste caso particular, “um carro”.

Como vimos, um constituinte para mover-se é necessário haver uma posição vazia que o mesmo passa a ocupar e deixará um traço na posição que ocupava antes. Para Raposo:

O movimento de um constituinte de uma posição A para uma posição B deixa na posição originária A uma cópia categorial sem conteúdo fonético (dizemos *vazia*) do constituinte movido. A esta cópia categorial chamamos o *vestígio* do constituinte movido; o constituinte movido, por sua vez, é o *antecedente* do seu vestígio¹⁹⁷.

A utilização dos vestígios garante tanto na estrutura-D, quanto na estrutura-S, que a subcategorização de um verbo seja satisfeita.

Atendendo aos objetivos de nosso trabalho, discutiremos apenas dois tipos de movimento: Mover NP e Mover wh¹⁹⁸.

O movimento de NP dentro da sentença resulta nas transformações de ativa para passiva, de elevação de sujeito e na transformação de passiva com elevação do sujeito. Vejamos o exemplo (102) aqui tomado como (104), (105) e (106).

(104) O carro foi comprado por João.

(105) João parece ter comprado o carro.

(106) O carro parece ter sido comprado por João.

¹⁹⁷ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.112.

¹⁹⁸ COOK, Vivian James. Op. cit., p.129-132, discute o movimento do verbo.

O exemplo (104), que é a passiva de (101) “João comprou um carro”, já foi discutido nas estruturas (102a), (102b) e (102c). Aqui queremos, apenas, chamar a atenção para os seguintes aspectos da passiva:

- (i) movimento do NP da posição de complemento para a de sujeito;
- (ii) extraposição do NP sujeito para depois do verbo, precedido por preposição (“por”);
- (iii) presença do verbo “ser” (que vai receber as flexões modo, aspecto, tempo e pessoa) mais o verbo da oração anterior no particípio¹⁹⁹.

Essas são as características presentes na voz passiva.

No exemplo (105), temos um caso em que o movimento do NP gera a elevação do sujeito. Isso se dá pela presença de um verbo inacusativo (“parecer”) na oração principal. De acordo com Raposo:

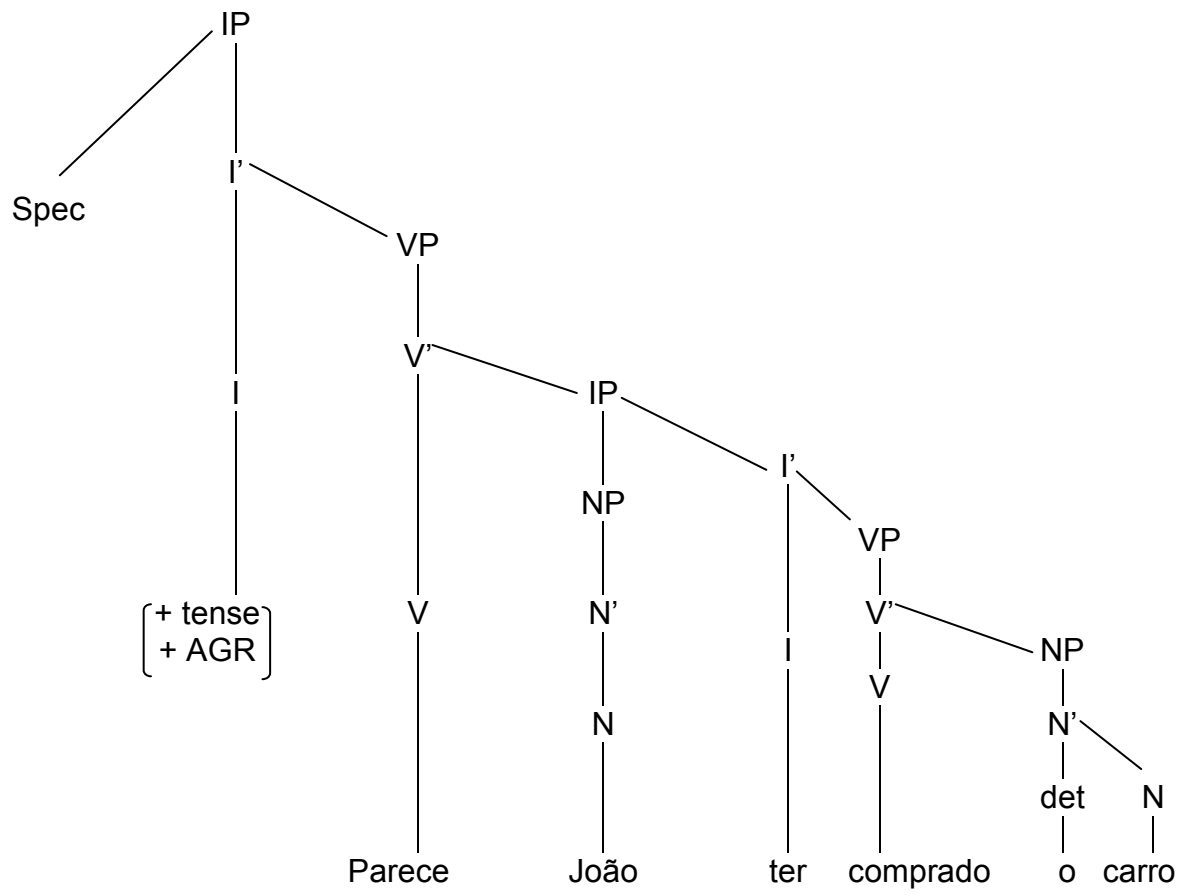
Lexicalmente, os verbos inacusativos seleccionam um argumento interno directo (isto é, correspondente ao objecto directo no quadro de subcategorização, mas não seleccionam um argumento externo, propriedade que partilham com o verbo *parecer* e com os verbos impessoais em geral)²⁰⁰.

Dada essa particularidade do verbo “parecer”, em (105), o NP “João”, que figura na posição de sujeito do VP “parece”, na estrutura-D não pode ocupar essa posição, como veremos nas estruturas abaixo.

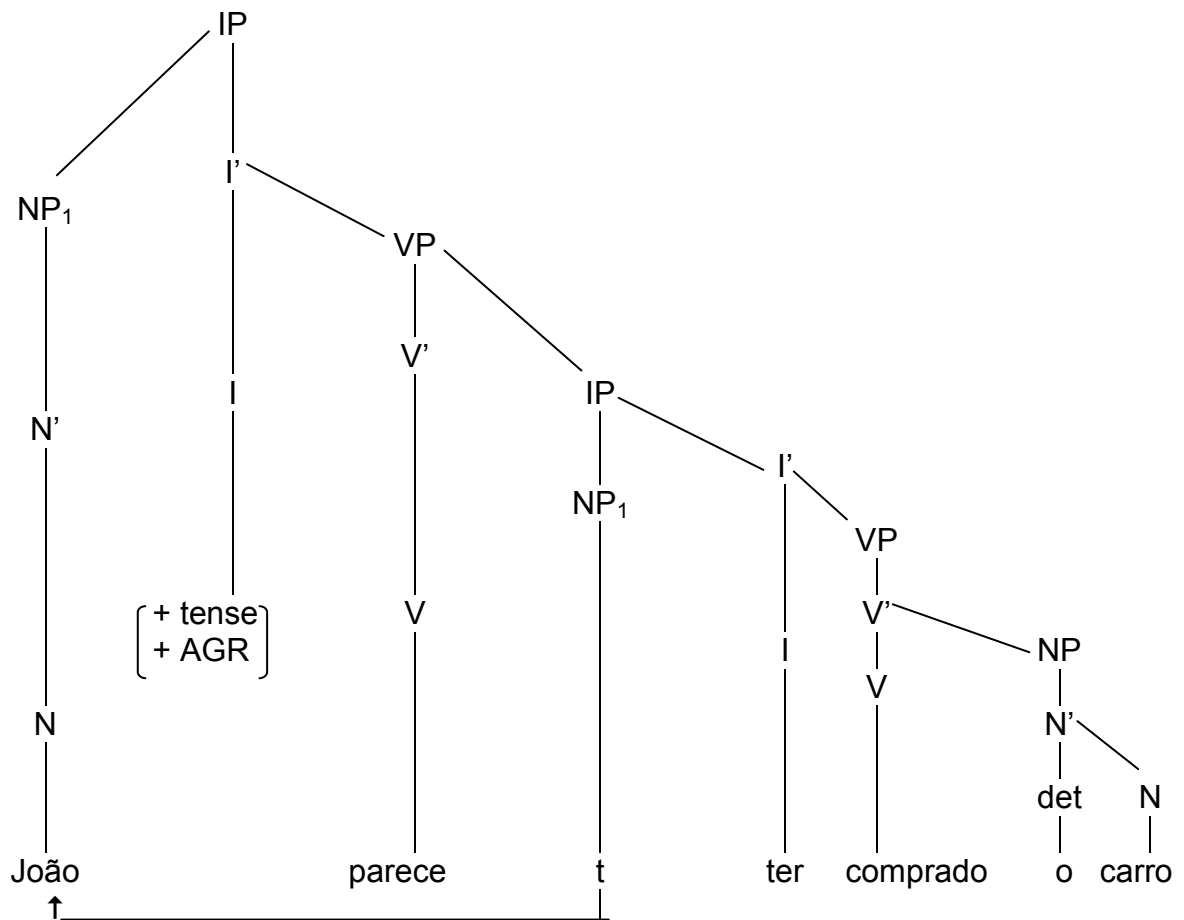
¹⁹⁹ Cf. SILVA, Maria Cecília P. de S.; KOCH, Ingedore G. V. Op. cit., p.66; RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.311.

²⁰⁰ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.314.

(105a) Estrutura-D:



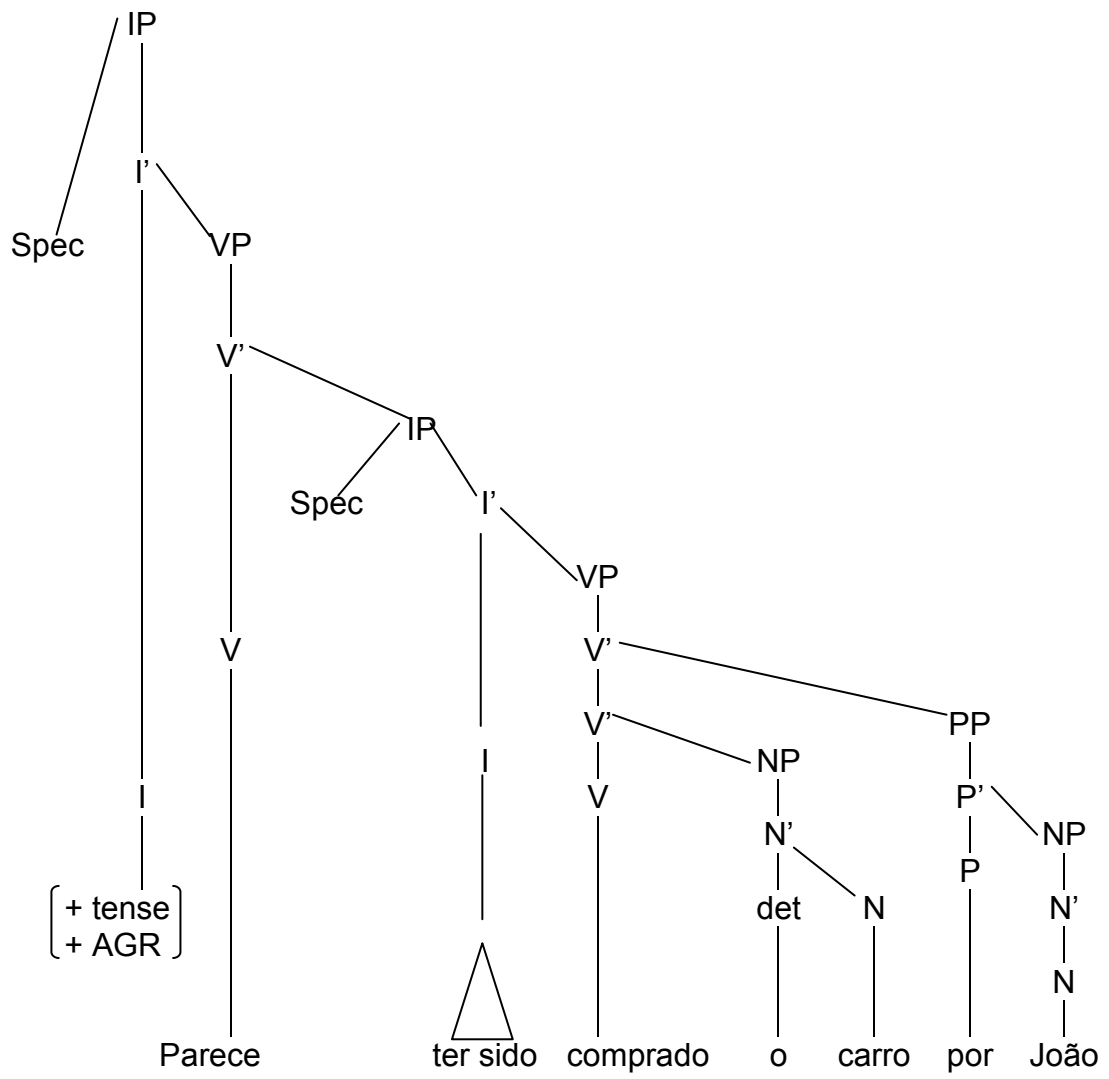
(105b) Estrutura-S:



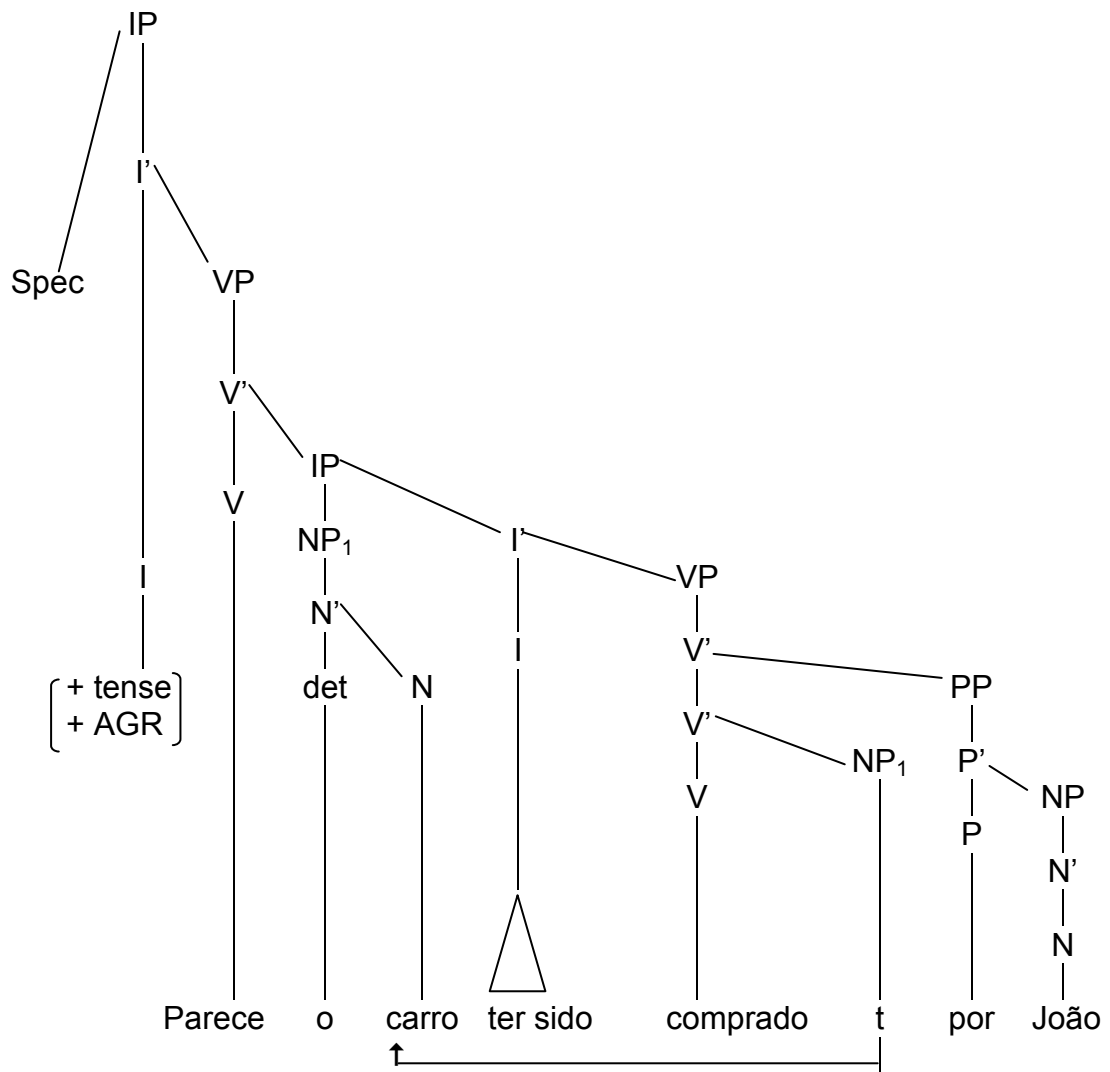
Como podemos observar, na estrutura-D, o Spec, imediatamente dominado pelo primeiro IP, está vazio, e o NP “João” é imediatamente dominado pelo segundo IP, portanto, é o sujeito de “ter comprado”. Então, para formar a estrutura-S, o NP₁ se move da posição de sujeito da oração subordinada, deixando um traço (t) em seu lugar, e passa a ocupar a posição de sujeito da sentença; a esse movimento é dado o nome de elevação do sujeito porque o sujeito é elevado de sujeito da oração subordinada para a posição de sujeito da sentença.

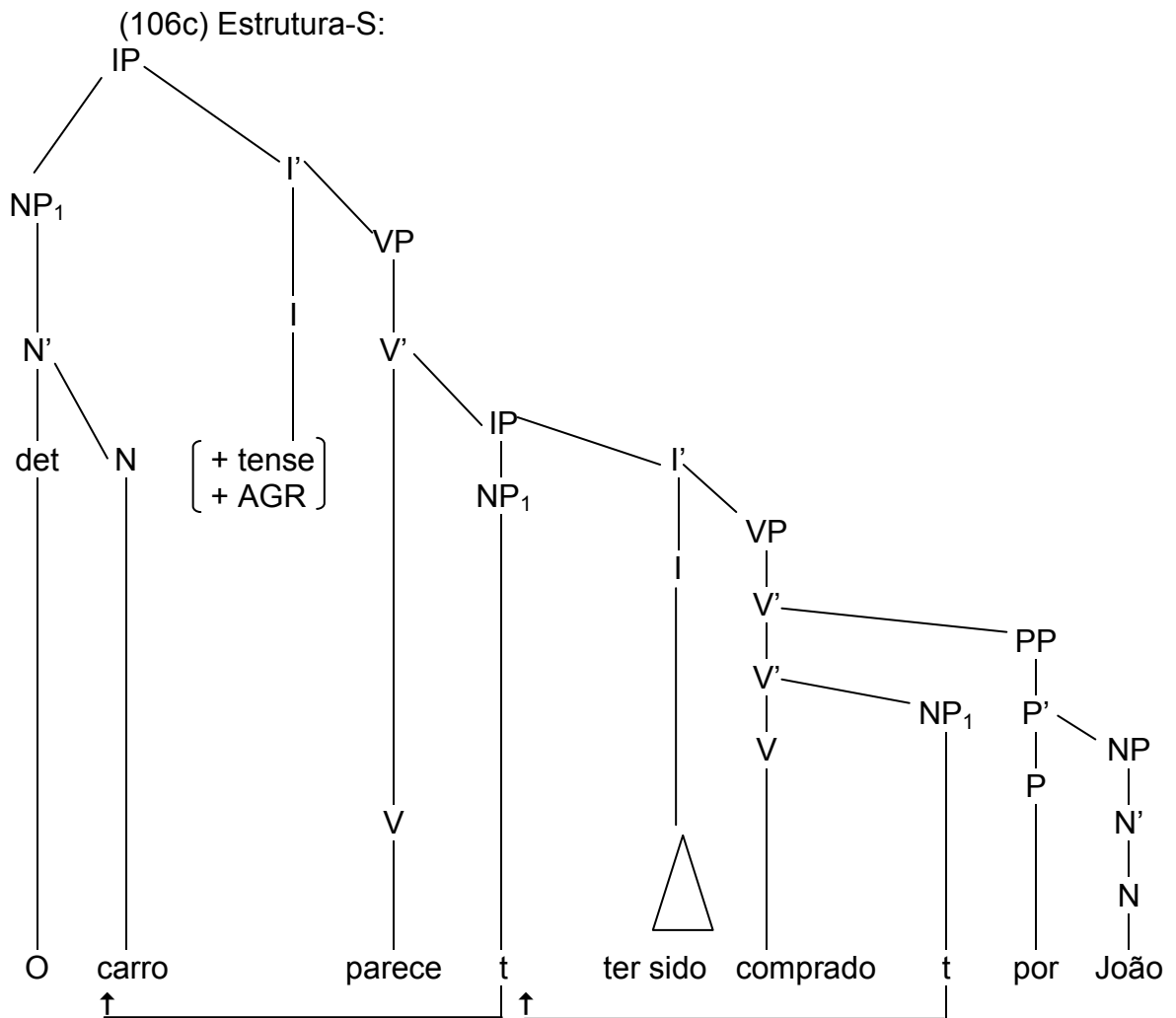
O movimento do NP gera, ainda, a passivação da sentença combinada com a elevação do sujeito, como no exemplo (106).

(106a) Estrutura-D:



(106b) Estrutura intermediária:





As estruturas apresentadas (106a), (106b) e (106c) são um caso de apassivação com elevação do sujeito. Em (106a), o NP “O carro” é subcategorizado pelo verbo, na posição de complemento. Na estrutura intermediária (106b), esse NP (“O carro”) movimenta-se para a posição de sujeito, que é um dos critérios de apassivação. E na estrutura-S (106c), esse mesmo NP (“O carro”) é elevado à posição de sujeito da sentença. Em todos os movimentos, o NP deixou um traço nas posições que ocupava anteriormente.

Visto o movimento de NP, vejamos agora em que consiste o Mover *wh*. Segundo Raposo: “Mover *wh* é a regra que move constituintes interrogativos ou pronomes relativos para uma posição periférica da frase nas orações interrogativas parciais e nas orações relativas, respectivamente”²⁰¹.

²⁰¹ Ibid., p.122.

Esses constituintes são assim chamados porque, à exceção de *onde* e *como*, todos os outros consistem em item iniciado pela letra *q-* (que, quem, quando ...), em inglês *wh*²⁰².

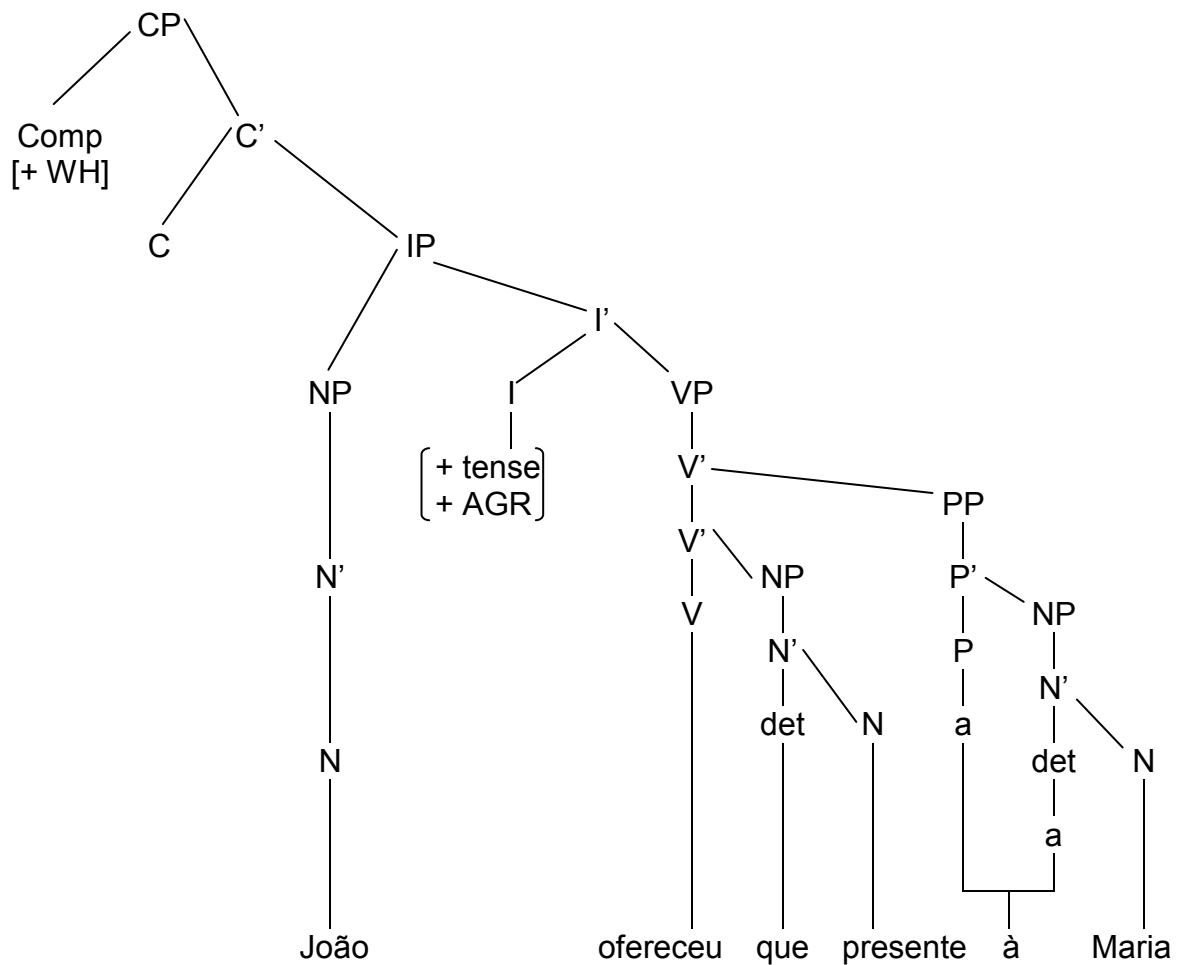
O Mover *wh*, como vimos na citação acima, gerará orações interrogativas (diretas ou indiretas) e orações relativas. Vejamos os exemplos (107) e (108):

(107) Que presente João ofereceu à Maria?

(108) Eu vi o rapaz com quem Maria saiu.

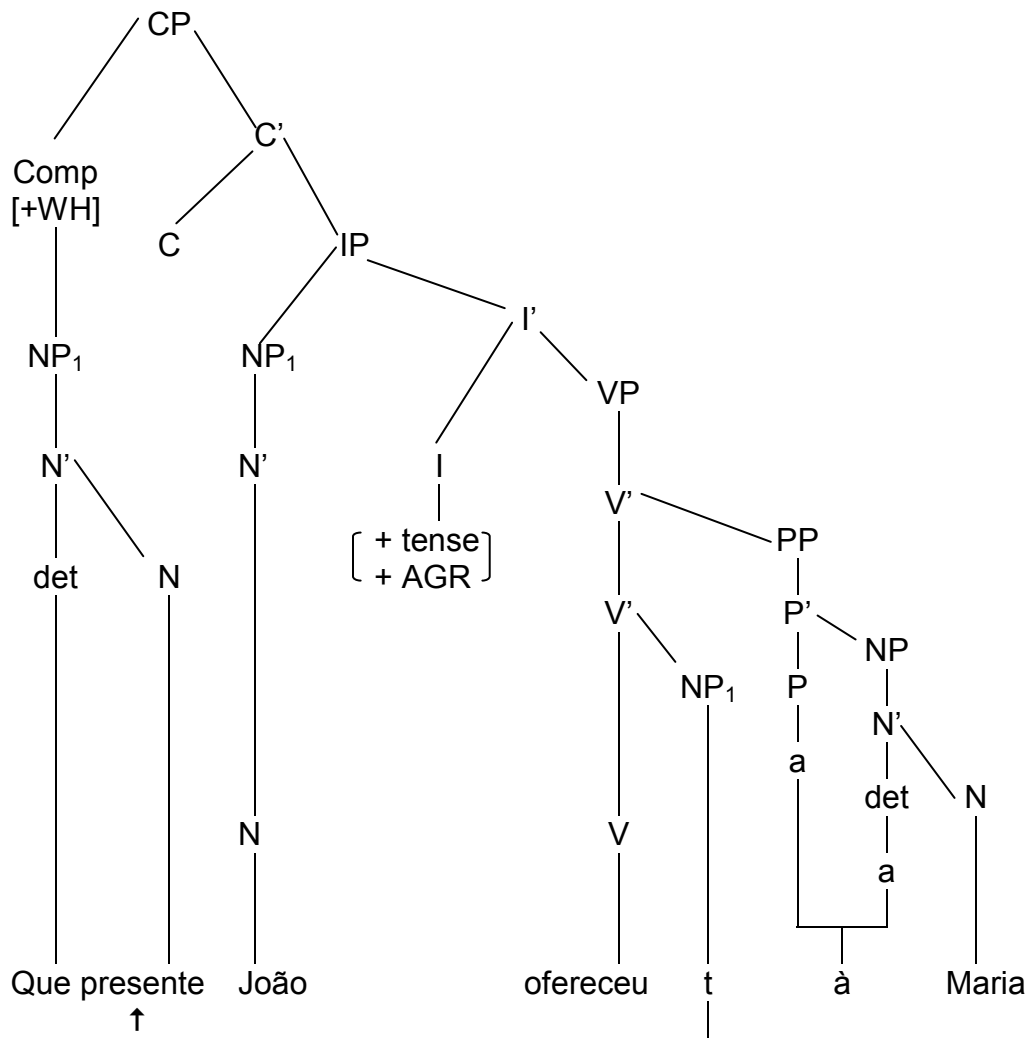
O exemplo (107) nos dá as seguintes estruturas:

(107a) Estrutura-D:



²⁰² Ibid., p.122.

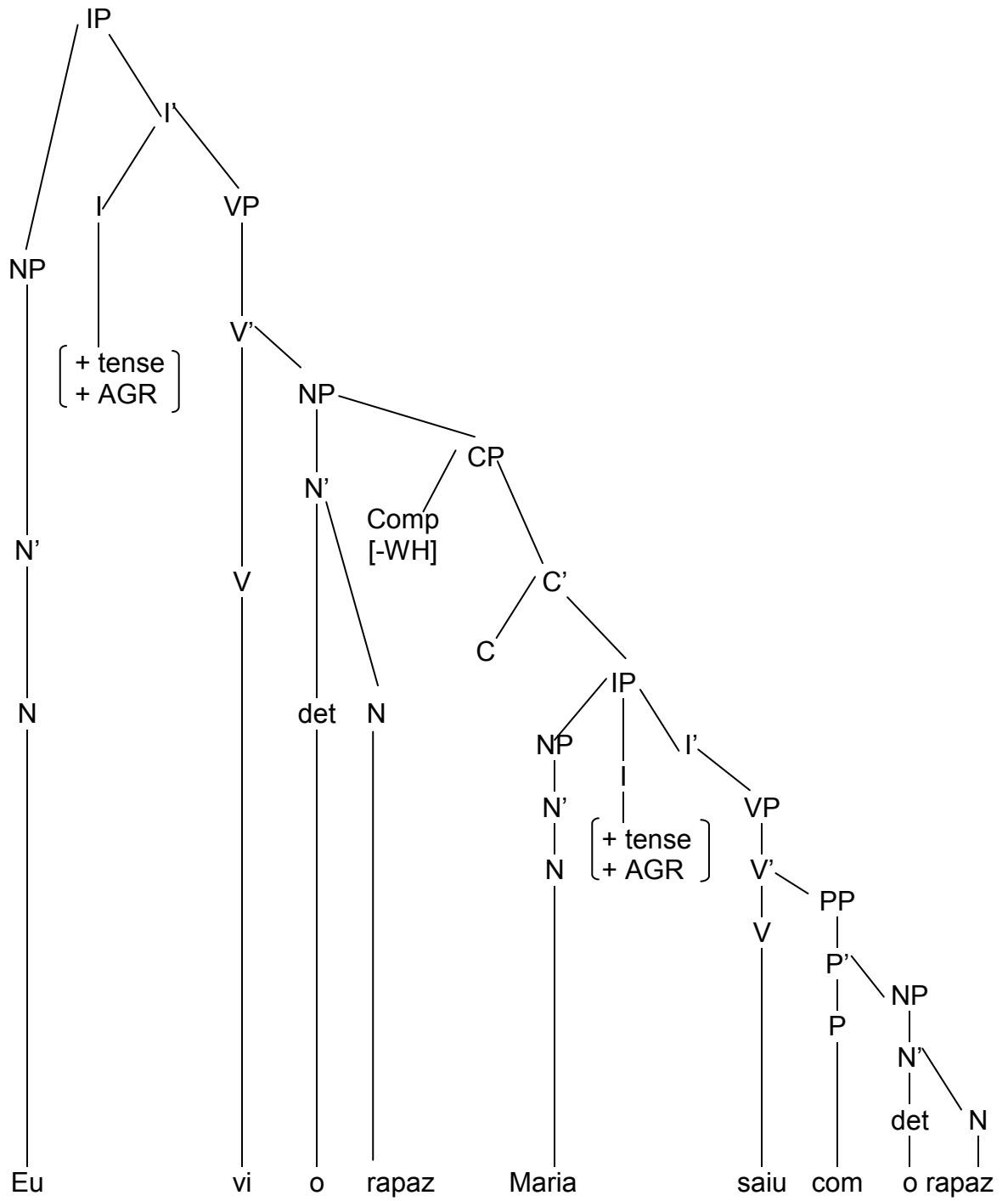
(107b) Estrutura-S:



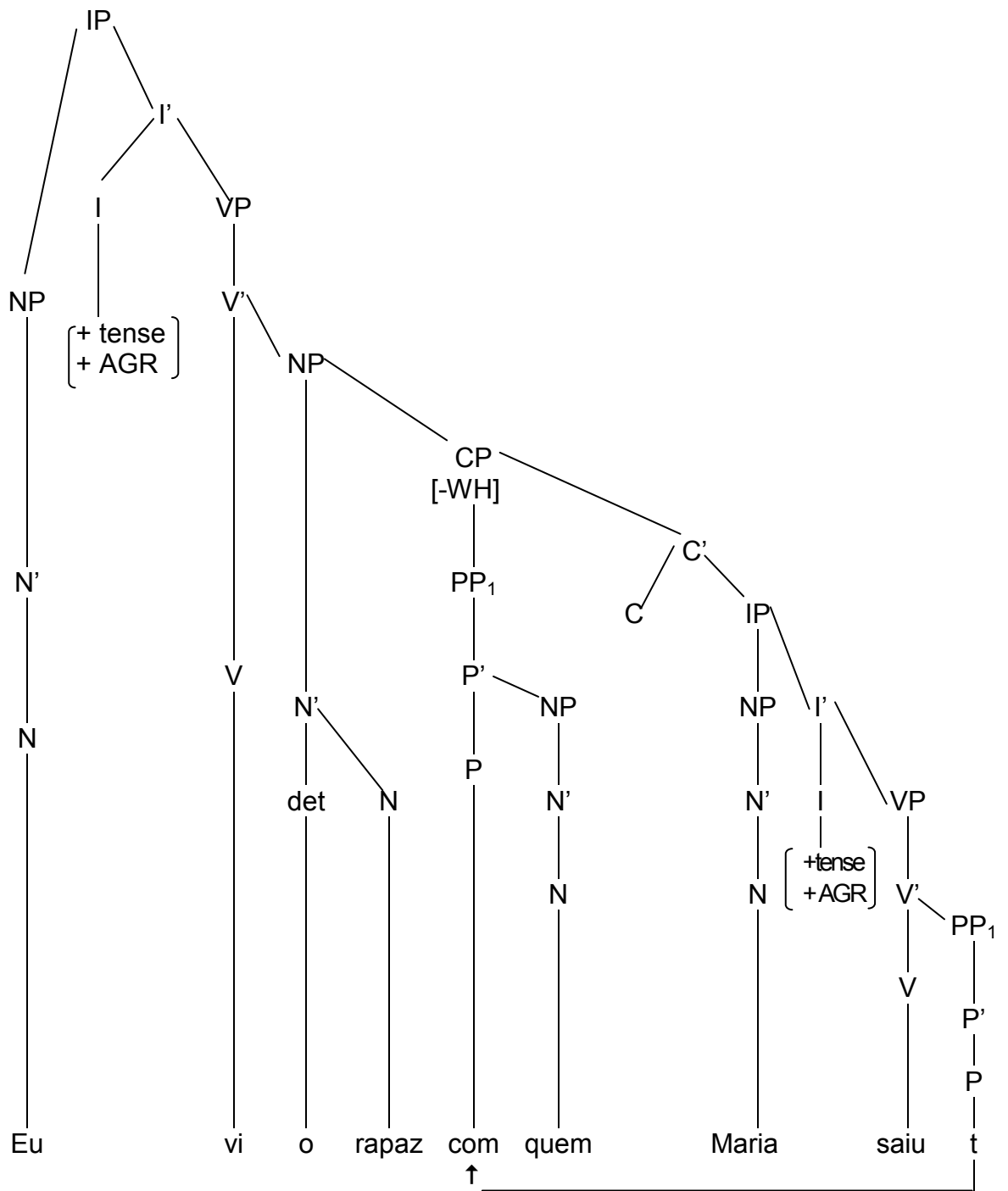
Na estrutura-D (107a), a posição do complementador se encontra vazia (apenas está indicado que esta posição deve ser preenchida por item interrogativo direto, por meio do sinal +). O NP “Que presente” está subcategorizado pelo verbo “oferecer”. Já na estrutura (107b), a estrutura-S, o NP “que presente” desloca-se para uma posição mais periférica que a de sujeito, deixando em seu lugar de origem o traço “t”. Esse movimento torna a sentença interrogativa direta.

No exemplo (108), de uma oração relativa, o movimento WH pode ser visto nas estruturas a seguir.

(108a) Estrutura-D:



(108c) Estrutura-S:



Na estrutura-D (108a), o lugar do complementizador se encontra vazio e está indicado (pelo -) que não se trata de uma partícula interrogativa. O NP imediatamente dominado pelo PP não está apagado (“Eu vi o rapaz, Maria saiu com o rapaz”). Na estrutura intermediária, pelo fato de o NP “o rapaz” dominado pelo PP corresponder ao mesmo NP (“o rapaz”) imediatamente dominado pelo VP de IP, ele (o NP dominado pelo PP) é apagado e, em seu lugar, colocamos o pronome relativo “quem”, que é correferencial de “o rapaz”. E, para formar a estrutura-S, o PP, dominado por VP, move-se para a posição de Comp, dominado pelo primeiro VP, que se encontra vazia, deixando um traço em seu lugar de origem.

Como podemos observar nos dois exemplos, tanto a partícula interrogativa como o pronome relativo ocuparam a categoria Comp²⁰³.

Também podemos inferir que mover NP e mover WH consiste em um movimento de constituintes para uma posição vazia na estrutura-D²⁰⁴. A esse tipo de movimento chamamos de movimento por substituição porque, na realidade, dá-se a substituição de uma posição vazia por uma não-vazia que deixou um traço atrás de si.

Um outro tipo de movimento é por adjunção. No dizer de Raposo: “uma categoria A é adjunta a uma categoria B, criando-se uma configuração, chamada *adjunção*, [...], consoante a adjunção é à esquerda ou à direita da categoria que é alvo da adjunção”²⁰⁵.

Para melhor entendermos o movimento por adjunção, vejamos os exemplos (109a,b) e (110):

(109)a. Os alunos vieram à escola.

b. Vieram à escola os alunos.

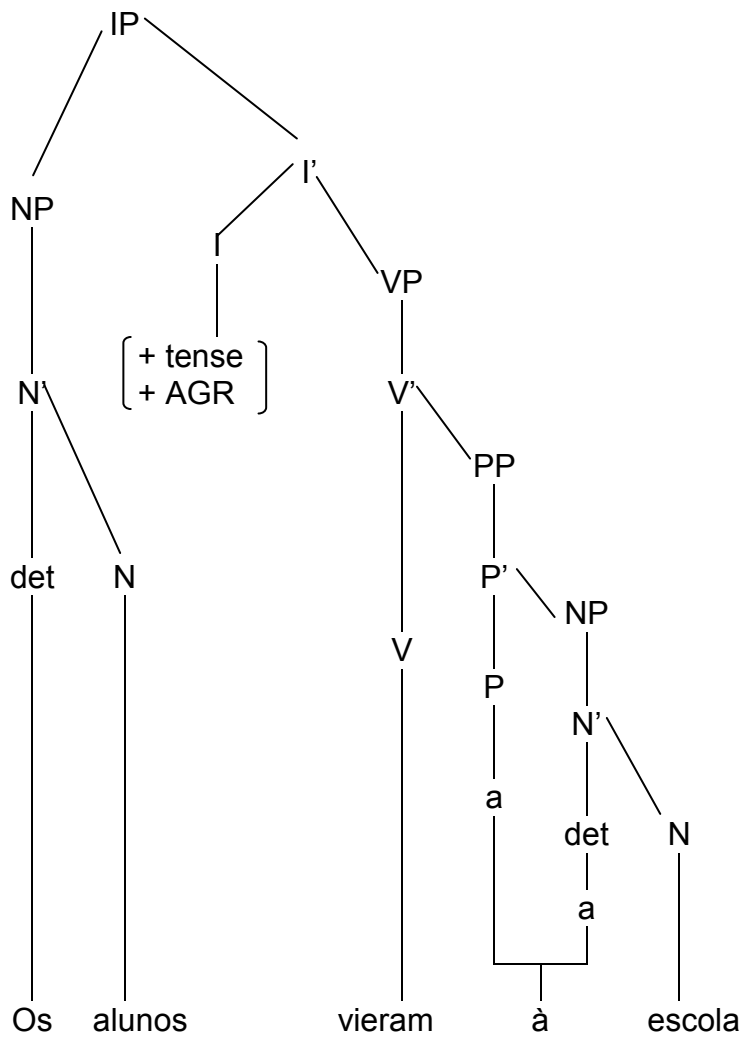
(110) Este carro, João comprou.

²⁰³ Ibid., p.123; COOK, Vivian James. Op. cit., p.126.

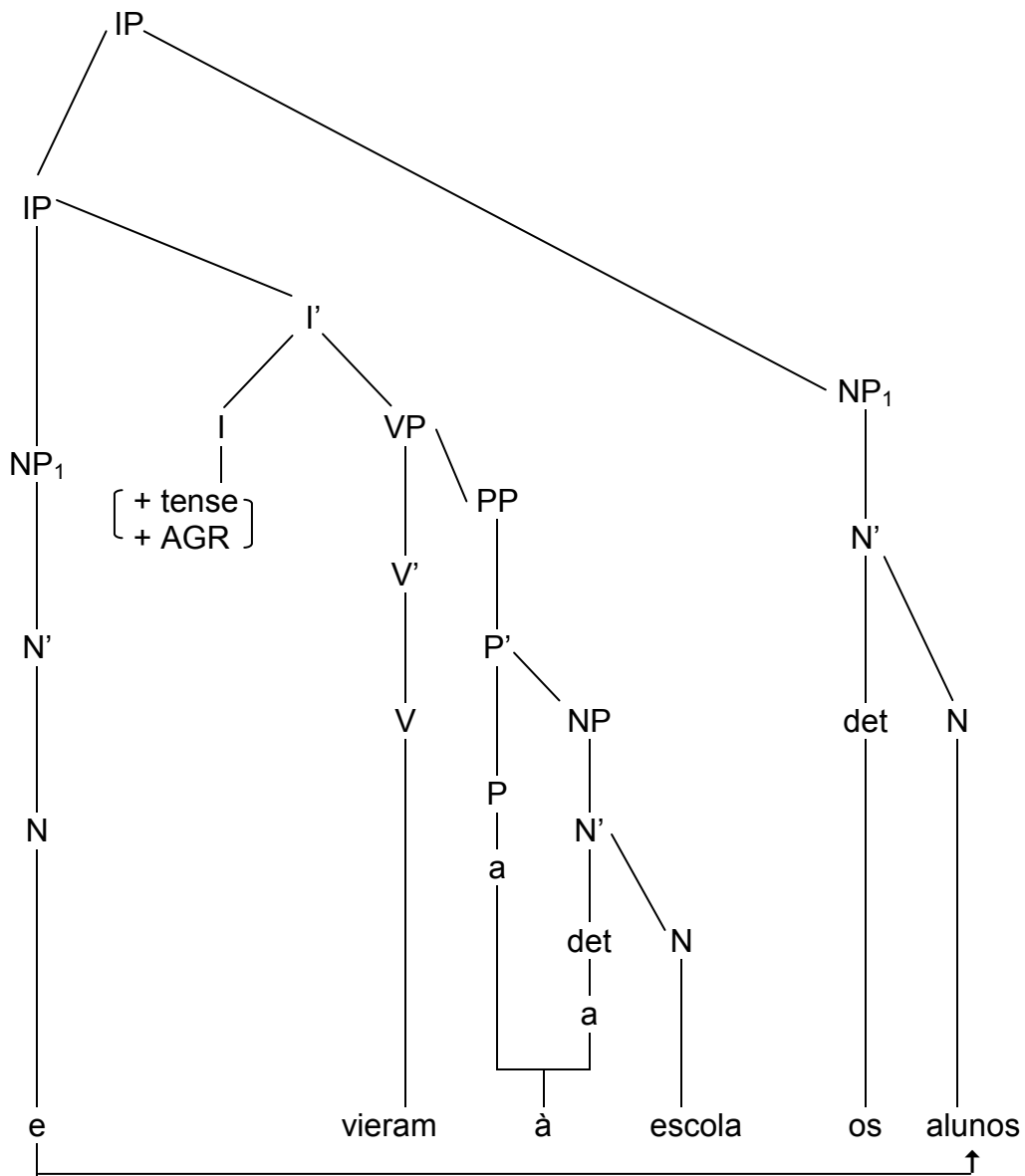
²⁰⁴ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p.126.

²⁰⁵ Ibid., p.127.

(109a) nos dá a seguinte estrutura-S:



Já a estrutura-S de (109b) é:

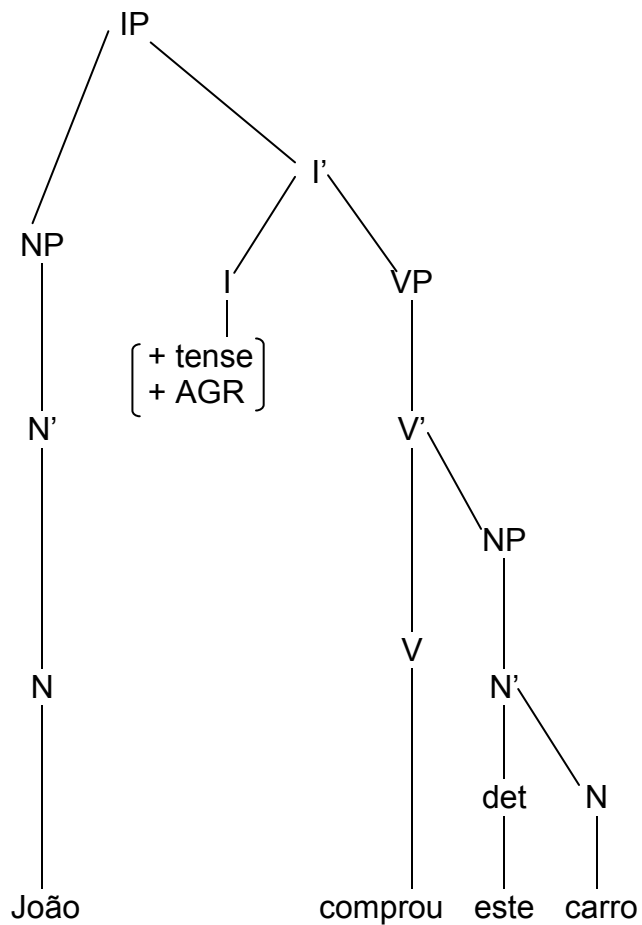


O primeiro fato que nos chama a atenção é que em ambas as estruturas o NP “os alunos” é imediatamente dominado pelo IP; portanto, na função de sujeito, não importa se o NP está à direita ou à esquerda do VP. Na estrutura (109b), o NP₁ imediatamente dominado pelo segundo IP ficou vazio (e do inglês *empty* = vazio). Também observamos que não houve o preenchimento de uma categoria, antes vazia, mas apenas o movimento de um constituinte da esquerda para a

direita. A este movimento chamamos de *inversão livre*, que é o movimento de um NP sujeito para o final da frase²⁰⁶.

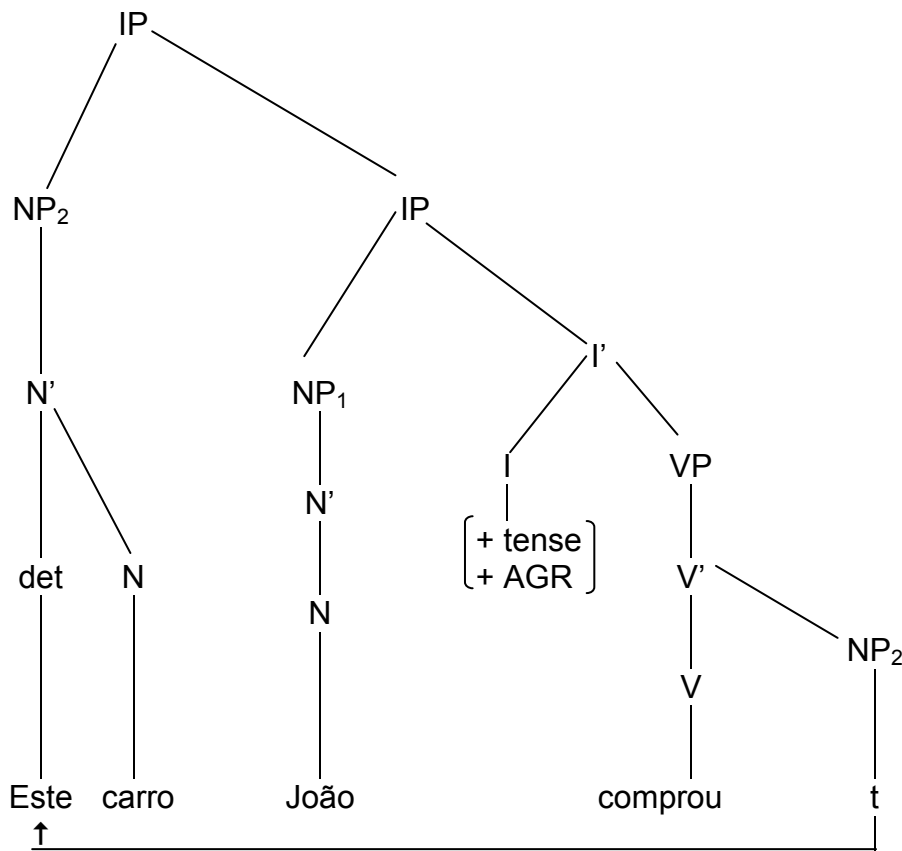
Vejamos, agora, um caso de topicalização, que desloca um NP da direita para a esquerda. Como as estruturas a seguir:

(110a) Estrutura-D:



²⁰⁶ Ibid., p.128.

(110b) Estrutura-S:



Na estrutura-D, (110a), o NP “Este carro” ocupa uma posição subcategorizada pelo VP “comprou”, que é a posição canônica de complemento. Já na estrutura-S, (110b), o NP “Este carro”, como tópico, ocupa uma posição mais periférica que a de sujeito, deixando um traço em sua posição de origem. Aqui temos um caso de deslocamento à esquerda de um constituinte que se encontrava à direita. Não podemos esquecer que a posição à esquerda não se encontrava vazia; por essa razão, é um outro caso de adjunção.

As sentenças possuem duas classes de posição: as posições *argumentais* (posições A) e as posições não-argumentais (posições A', que são chamadas posições A-barras ou posições não-argumentais). Segundo Raposo:

As posições argumentais (A) são aquelas ocupadas canonicamente em estrutura-D pelos argumentos de uma frase, isto é, pelo NP sujeito e pelos complementos subcategorizados (incluindo a

posição vazia de sujeito que é alvo de mover NP nas construções passivas e de elevação)²⁰⁷.

Já, as posições não-argumentais, ainda de acordo com Raposo, “compreendem a posição Comp e a posição do elemento adjunto numa configuração de adjunção”²⁰⁸.

Essa diferenciação entre as posições argumentais e as não-argumentais implica nos tipos de movimento. Mover NP se dá sempre de posição argumental para posição argumental, por isso ele é chamado de movimento A. Já Mover wh e o movimento por adjunção é um movimento não-A. Mas essa distinção é apenas parcial, uma vez que Mover wh, que é um movimento não-A, realiza o movimento por substituição, uma vez que pode mover NPs.

Feita essa discussão sobre movimento de constituintes, iremos agora formalizar o conceito de Mover- α :

Mover α significa exactamente: mover qualquer constituinte pertencente a qualquer categoria gramatical, de qualquer posição sintáctica para qualquer outra posição sintáctica, opcionalmente e sem restrições específicas variáveis de língua para língua ou de construção na formulação da regra²⁰⁹.

Como podemos ver, o movimento de constituintes na sentença, de alguma forma, contribui para o estabelecimento de parâmetros que distinguem uma língua da outra.

2.5 TEORIA DO CASO

A palavra *caso* em lingüística é carregada de uma certa riqueza conceitual. Ela pode ser tomada nas seguintes acepções: caso morfossintático, caso semântico e Caso abstrato²¹⁰.

²⁰⁷ Ibid., p.131.

²⁰⁸ Ibid.

²⁰⁹ Ibid., p.133.

²¹⁰ Todas as vezes que nos referirmos a Caso abstrato, a palavra “Caso” será escrita com inicial maiúscula.

O caso morfossintático é aquele em que a um radical é acrescentado um morfema com marcas morfológicas (de gênero e número) e sintáticas (sujeito, objeto direto, objeto indireto ...). Como exemplo de uma língua de casos, citamos o latim. Segundo Fontana:

Em Latim, os substantivos, adjetivos, numerais e pronomes, de acordo com a função que assumem na oração (sujeito, objeto direto, etc.), recebem uma desinência especial que indica a função sintática por eles desempenhada. Essa função com sua desinência especial chama-se CASO e o conjunto das desinências do singular e do plural chama-se DECLINAÇÃO²¹¹.

Stock, ao falar sucintamente do nome, diz: “a forma dos nomes latinos é determinada pelo caso, pelo número e pelo gênero”²¹².

Para melhor entendermos o que é dito, vejamos os exemplos:

(111) Pirata rosam reginae dedit.

(O pirata deu uma rosa à rainha.)

(112) Luna et stellae tenebras nautis illustrant.

(A lua e as estrelas iluminam as trevas para os marinheiros.)

Na oração (111), a palavra “pirata” (termina pelo morfema {-a}, que é próprio do nominativo singular de 1ª declinação) é o sujeito da oração. Em “rosam”, o morfema {-am} (próprio do acusativo singular de 1ª declinação) faz com que essa palavra seja objeto direto. Já em “reginae”, o morfema {-ae} (dativo singular de 1ª declinação) torna essa palavra objeto indireto. No exemplo (112), “luna” e “stellae” estão no caso nominativo, na função de sujeito da oração, só que, em “luna”, o morfema {-a} é de nominativo singular e, em “stellae”, o morfema {-ae} é de nominativo plural. “Tenebras”, objeto direto, tem o morfema {-as}, de acusativo plural de 1ª declinação. “Nautis”, objeto indireto, termina pelo morfema {-is}, que coloca a palavra no dativo plural de 1ª declinação.

²¹¹ FONTANA, Dino F. **Curso de Latim**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 2-3.

²¹² STOCK, Leon. **Gramática de Latim**. Trad. de António Moniz e Maria Celeste Moniz. Lisboa: Presença, 2000. p. 13.

Então, em latim, a função sintática das palavras é dada por um conjunto de morfemas que têm uma marca morfológica e outra, sintática. Daí falarmos em caso morfossintático.

Caso semântico, de acordo com Miotto, Silva e Lopes:

É uma noção semântica que corresponde ao papel que o argumento desempenha na relação estabelecida pelo núcleo do sintagma: agente, tema, instrumento, locativo e alguns outros²¹³.

Como podemos perceber, da citação acima, há uma relação estreita entre caso semântico e papéis temáticos dos argumentos. Talvez possamos dizer que caso semântico relaciona-se com os eventos, que são lingüisticamente traduzidos em sentenças. Sobre isso, Cançado diz:

Um importante ponto concernente aos estudos dos papéis temáticos é a relação do evento com a estrutura conceitual mental, e da estrutura conceitual mental com a sintaxe²¹⁴.

Portanto, caso semântico é aquele que nos eventos dá os papéis temáticos aos argumentos, como no exemplo:

(113) João cortou a árvore com o machado.

onde “João” é o agente, “a árvore”, paciente, e “o machado”, instrumento.

Feita essa breve discussão sobre caso morfossintático e caso semântico, vejamos agora o Caso abstrato.

Embora em língua portuguesa (e outras línguas modernas, como o inglês) não tenhamos um sistema morfossintático para marcar os Casos (como em latim), isso não significa que não existem Casos em nossa língua. Um bom exemplo, que temos, é a classificação dos pronomes pessoais. Quando a GT fala “pronomes do caso reto” e “pronomes do caso oblíquo” não está dizendo outra coisa, senão “pronomes na função de sujeito” (caso reto ou nominativo) e “pronomes na função de complemento” (caso oblíquo ou acusativo). Assim como os pronomes, os nomes também ocupam funções sintáticas (sujeito, objeto direto, objeto indireto...)

²¹³ MIOTTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Op. cit., p. 112.

²¹⁴ CANÇADO, Márcia. **Manual de Semântica**: Noções Básicas e Exercícios. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 111.

mas, com eles, não temos um recurso para marcar o Caso. Então, a atribuição do Caso vai depender da ordem em que os constituintes aparecem na sentença. Segundo Raposo:

Nas línguas que não possuem Casos morfológicos, como o Português, a recuperação das funções gramaticais dos argumentos tem de recorrer, pelo menos parcialmente, à ordem das palavras, que se torna então relativamente rígida²¹⁵.

Desse modo, Caso abstrato é uma realidade presente em todas as línguas, independentemente de ele manifestar-se, ou não, por meio de morfemas. Ainda, de acordo com Raposo:

A diferença entre línguas como o Latim e línguas como o Português é assim uma função, não da existência vs. não-existência de Casos, mas sim da realização morfológica vs. não-realização morfológica do Caso atribuído aos DPs (em ambas as línguas) na componente sintáctica da gramática²¹⁶.

Então, a idéia de Caso abstrato relaciona-se com constituintes oracionais e com a função que estes constituintes ocupam na sentença. Desse modo, uma Teoria do Caso se ocupa em estabelecer a relação entre constituintes oracionais e funções sintáticas. Para Cook:

Teoria do Caso está relacionada com a idéia de caso na sintaxe tradicional, que olhava o relacionamento entre os elementos em uma sentença como sendo mostrado por sua morfologia bem como pela ordem do termo²¹⁷.

Para que determinado constituinte possa receber um Caso determinado, a teoria trabalha com a idéia de Filtro do Caso, que diz: “todo NP realizado deve ser assinalado com um Caso abstrato”²¹⁸.

²¹⁵ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p. 349, nota 3.

²¹⁶ Ibid., p.250. O que Raposo chama de DP (*Determiner Phrase* – Grupo de Determinantes), por uniformidade da nomenclatura, continuaremos a chamar NP (*Noun Phrase*). Ver, também: MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Op. cit., p. 64.

²¹⁷ COOK, Vivian James. Op. cit., p. 136. “Case Theory is related to the traditional syntactic idea of case, which saw the relationship between elements in a sentence as being shown by their morphology as well as by word order”.

²¹⁸ HAEGEMAN, Liliane. Op. cit., p. 156. “Every overt NP must be assigned abstract care”. Ver, também: RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p. 351; COOK, Vivian James. Op. cit., p. 139; MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Op. cit., p. 116.

Por “realizado”, devemos entender realização fonológica, ou seja, todo constituinte que está fonologicamente presente na sentença tem que receber um Caso, para que a mesma seja gramaticalmente aceita.

Agora, uma pergunta que não quer calar: Quantos e quais são os Casos abstratos e quem os atribui?

Para respondermos a pergunta acima, primeiramente precisamos entender com clareza o que é regência, pois os Casos são atribuídos por ela. Mas o conceito de regência também envolve o de m-comando. Segundo Miotto, Silva e Lopes:

Regência

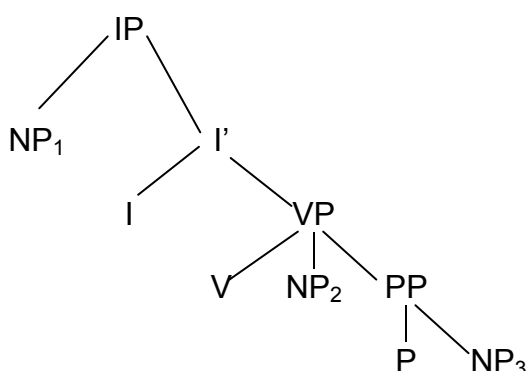
α rege β se e somente se:

- (i) $\alpha = X^0$ (ou seja, α é um núcleo lexical N, A, V, P ou α é o núcleo funcional I);
- (ii) α m-comanda β e β não está protegido de α por uma barreira (= projeção máxima).

M-Comando

α m-comanda β se e somente se α não domina β e cada projeção máxima Y que domina α também domina β ²¹⁹.

Para melhor entendermos a citação acima, vejamos o esquema:



O I c-comanda o VP e todas as categorias dominadas por ele (VP), no esquema acima, V, NP₂, PP e NP₃, mas o I não c-comanda o NP₁ (sujeito) pois este nó é dominado por IP e não por I'.

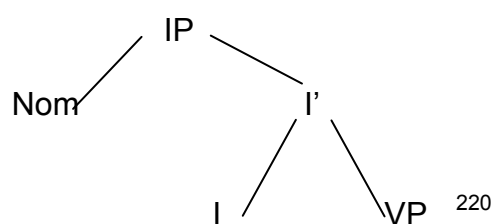
²¹⁹ MIOTTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Ibid., p. 139-140. Ver, também: RAPOSO, Eduardo P. Ibid., p. 354-355.

Por outro lado, podemos dizer que o I m-comanda o VP – e todas as categorias nele incluídas (V, NP₂, Pp e NP₃) – e o NP₁, visto que este NP₁ é dominado pela primeira projeção máxima que domina I, que é o IP. Então, por que NP₁ é dominado pela primeira projeção máxima que domina I, este I vai m-comandar o NP₁.

A importância desses dois conceitos, como veremos, determina a atribuição de Caso porque dizem respeito à questão da proximidade, isto é, o NP recebe o Caso do regente que lhe é mais próximo e não há nenhuma barreira impedindo o m-comando entre o NP e o termo regente. Daí a importância dos conceitos de *regência* e *m-comando*.

Os Casos abstratos são três: nominativo, acusativo e oblíquo. E são atribuídos, o Caso nominativo, pela flexão de concordância do verbo; o Caso acusativo, pela regência do verbo; e, o Caso oblíquo, pela preposição. Como isso se dá, veremos a seguir.

O Caso nominativo, que tem a função sintática de sujeito da sentença, é determinado pelo núcleo funcional I finito, ou seja, pela flexão de concordância do infinitivo pessoal, e aparecerá (Caso nominativo), em sua posição canônica, à esquerda do verbo, ocupando o lugar do Spec. Segundo Miotto, Silva e Lopes:



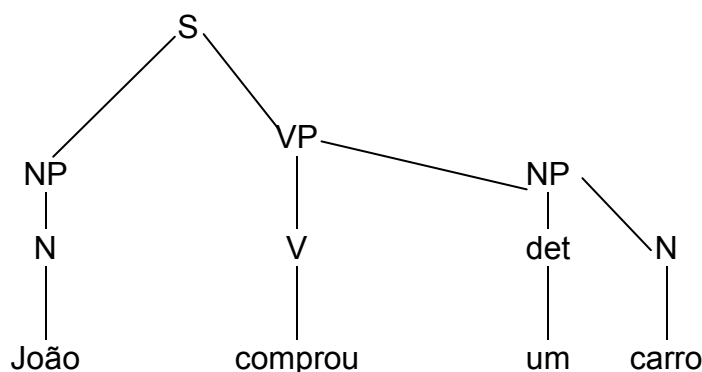
A partir do que falamos sobre regência e m-comando, o núcleo funcional I recebe o Caso nominativo, porque o I é o α e o nominativo é o β . E α m-comanda β porque não há nenhuma projeção máxima entre os dois, ou seja, tanto o

²²⁰ MIOTTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Ibid., p. 119.

nominativo como o I estão contidos na mesma projeção máxima, IP²²¹. Para melhor entendermos, vejamos o exemplo:

(114) João comprou um carro.

que nos dará a seguinte árvore²²²:



Como podemos observar, o VP (“comprou”) contém um núcleo lexical (“compr-”) mais o núcleo flexional (-ou), que estão amalgamados, o que faz dele (verbo) um termo regente de Caso nominativo. E o NP (“João”) é m-comandado pelo VP (“comprou”) porque estão ambos dentro da mesma projeção máxima, S, e o VP não domina o NP. Além do mais, se fôssemos substituir a expressão referencial “João” por um pronome pessoal, teríamos a seguinte sentença:

(115) Ele comprou um carro.

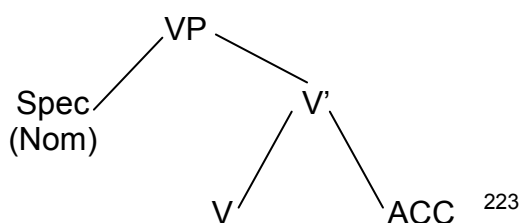
que, dentro do nosso quadro de pronomes pessoais, “Ele” é um pronome do Caso reto (portanto, sujeito).

Vimos, também, que nas línguas onde falta um sistema morfológico para marcar os Casos, a posição dos sintagmas dentro da sentença é um indicativo de Caso. Nas sentenças (114) e (115), tanto “João” como “Ele” estão à esquerda do verbo.

²²¹ Ver RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p. 356.

²²² As árvores serão sempre representadas em S-estrutura, a não ser que a D-estrutura seja necessária.

O Caso acusativo, que tem a função de complemento verbal, é atribuído pela regência de um verbo transitivo e aparecerá à sua direita. Miotto, Silva e Lopes assim o representam:



Novamente, trabalhando com os conceitos de regência e m-comando, podemos dizer que o verbo rege o seu complemento porque é um núcleo lexical (V), atendendo à alínea (i) da regência. E o V m-comanda ACC (Caso acusativo) porque este não está protegido por uma barreira máxima, atendendo à alínea (ii), ou seja, o V m-comanda ACC porque estão ambos dentro da mesma projeção máxima, VP. Retomemos o exemplo (114), aqui colocado como

(116) João comprou um carro.

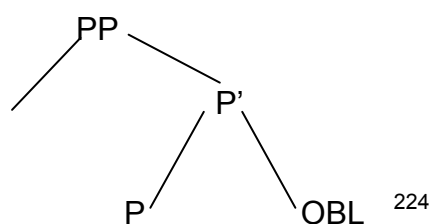
Como podemos ver, a partir da árvore desta sentença, à página 97, o verbo “comprou”, que é o núcleo lexical, rege e m-comanda o NP “um carro”, pelas razões explicadas acima. Se fôssemos substituir a expressão referencial “um carro” por um pronome pessoal, teríamos a sentença seguinte:

(117) João comprou-o.

onde o pronome “o” é do caso oblíquo (segundo a GT); logo, funcionando como complemento do verbo.

O Caso oblíquo é atribuído por preposição. No esquema de Miotto, Silva e Lopes:

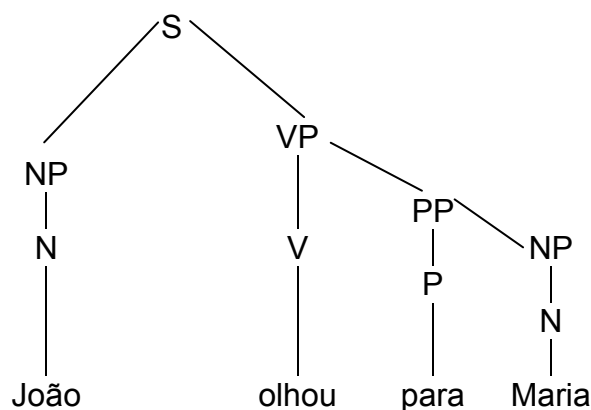
²²³ Cf. MIOTTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Op. cit., p. 118; e RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p. 350-351.



Ainda, lidando com os conceitos de regência e m-comando, podemos dizer que a preposição rege e m-comanda o Caso oblíquo porque ele é o núcleo lexical e estão, tanto a preposição como o oblíquo, sob a mesma projeção máxima, sem haver uma barreira protegendo-o. No exemplo (8), isso ficará evidenciado:

(118) João olhou para Maria.

Elaborando o esquema arbóreo desta sentença, temos:



Como podemos observar, a preposição “para”, por ser um núcleo lexical, rege o NP “Maria”, ao mesmo tempo que o m-comanda, pois ambos estão sob a mesma projeção máxima e o NP não está protegido por nenhuma barreira. Além do mais, se substituíssemos a expressão referencial “Maria” por um pronome pessoal de primeira pessoa do singular, teríamos a sentença:

(119) João olhou para mim.

²²⁴ Cf. MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. *Ibid.*, p. 117; e RAPOSO, Eduardo P. *Ibid.*, p. 351.

que, como sabemos, o pronome “mim” é do caso oblíquo, portanto, complemento da preposição.

As situações de marcação de Caso que vimos acima são as chamadas marcação canônica porque cada núcleo (verbo, preposição e inflexão) marca o seu próprio caso: o verbo, o acusativo; a preposição, o oblíquo; e a inflexão, o nominativo. No entanto, há uma outra forma de marcação de Caso que é a marcação excepcional de Caso (ECM, do inglês *Exceptional Case Marking*). Segundo Miotto, Silva e Lopes: “A ECM se distingue da marcação canônica por envolver um núcleo lexical e argumentos de outro núcleo”²²⁵. Isso diz respeito, também, às noções de regência e proximidade, vistas há pouco. Para melhor entendermos essa questão, ECM, discutiremos duas situações: orações com verbo no infinitivo pessoal para contrapor a orações com verbo no infinitivo impessoal, juntamente com a preposição “para”, a primeira situação, e as estruturas *quasi*-sentenciais, a segunda.

Analisemos, agora, um grupo de sentenças com verbos no infinitivo pessoal e no infinitivo impessoal para discutirmos a primeira situação de marcação excepcional de Caso:

- (120) João escutou [_{IP} os amigos conversarem.]
- (121) João fez silêncio [para [_{IP} os amigos conversarem.]]
- (122) João sentiu [_{CP} que [_{IP} os amigos mentiam.]]
- (123) João fez silêncio [para [_{CP} que [_{IP} amigos conversassem.]]]
- (124) João escutou [_{CP} ∅ [_{IP} os amigos mentirem.]]
- (125) João fez silêncio [para [_{CP} ∅ [_{IP} os amigos conversarem.]]]
- (126) João fez silêncio [para [_{IP} eu falar.]]
- (127) João fez silêncio [para [_{IP} mim falar.]]
- (128) João mandou [_{IP} eu entrar.]
- (129) João mandou[_{IP}-me entrar.]

Nas sentenças (120) e (121), como podemos afirmar que o NP “os amigos” recebe Caso não do verbo “escutar” mas do verbo “conversarem”, em

²²⁵ MIOTTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Ibid., p. 123.

(120); e não da preposição “para”, em (121)? Isso fica evidenciado nas sentenças (122) e (123), quando introduzimos o complementizador “que”, que ao desenvolver as sentenças encaixadas, [que os amigos mentiam] e [para que os amigos conversassem], vai mostrar, pela concordância do NP “amigos” com o verbo, que este NP recebe Caso não do verbo da sentença principal, em (120), e nem da preposição, em (121). Além do mais, [os amigos conversarem] é o complemento de “escutou”, em (120), e de “para”, em (121). Em (124) e (125), mostramos que, no nosso parâmetro lingüístico, porque temos um infinitivo pessoal, que se flexiona em pessoa, é possível apagarmos o complementizador e, mesmo assim, ainda é possível dizer qual o atribuidor de Caso do NP “amigos”. Até aqui não há problemas no que diz respeito à marcação de Caso com sentenças cujo verbo está no infinitivo pessoal: as sentenças (120), (121), (124) e (125), pois se trata de marcação canônica do Caso.

Vejamos as sentenças (126), (127), (128) e (129). Em (126), o NP “eu” recebe Caso do núcleo I do infinitivo pessoal, o pronome claramente diz que ele é nominativo. Trata-se, portanto, de marcação canônica de Caso. Já (127) traz algum “problema”, inclusive gramáticos tradicionais rejeitam essa construção. Em (126) e (127) “eu” e “mim” são argumentos externos do verbo “falar”. Só que em (126), como dissemos, “eu” recebe Caso da inflexão verbal; já em (127), “mim”, argumento externo de “falar”, recebe Caso da preposição “para”, que tem como complemento não o “mim” mas [mim falar]. E, como sabemos, sentenças infinitivas, necessariamente, não necessitam de marcação casual²²⁶. Assim sendo, a sentença (127) é tão bem formada gramaticalmente como sentença (126), com uma única diferença: em (126) o NP sujeito “eu” está no Caso nominativo, atribuído pela inflexão do verbo “falar” e em (127) o NP sujeito “mim” recebe Caso oblíquo da preposição “para”, por essa razão dizemos tratar-se de marcação excepcional de Caso.

Para mostrar a incoerência da GT em relação à sentença (127), vejamos os exemplos (128) e (129). Em (128), o NP “eu” recebe Caso nominativo do verbo “entrar”, situação canônica de marcação de Caso, mas, em uma escala valorativa, a GT, que rejeita (127), prefere a construção (129), onde o pronome “-me” é

²²⁶ Ibid., p. 125.

argumento externo de “entrar”, portanto, o sujeito (Caso nominativo). O próprio pronome denuncia que ele não é do caso reto, mas um oblíquo. Aqui também temos uma marcação excepcional de Caso: de acordo com a própria definição de marcação excepcional de Caso, o pronome “-me” recebe o Caso do núcleo lexical “mandou”, mas é argumento de “entrar”, assim como “mim” recebe Caso da preposição “para” em (127) mas é argumento externo de “falar”. Para Miotto, Silva e Lopes:

Para que se verifique ECM é necessário pressupor que não haja nem mesmo um CP vazio interferindo entre o atribuidor e o DP que recebe o Caso: a presença de um CP impediria a regência e a atribuição de Caso. Como nunca se verifica ECM com infinitivo pessoal, supomos que este é o contexto em que ocorre o CP nulo. Por outro lado, ECM pressupõe infinitivo impessoal. Isto nos leva a supor que nestes contextos não existe CP²²⁷.

Baseados nessa citação de Miotto, Silva e Lopes, é que podemos dizer que as sentenças de (120) a (125) são situações canônicas de marcação de Caso.

Uma outra situação onde há marcação excepcional de Caso é com as estruturas conhecidas como *quasi-sentenciais* ou *small clauses* (SC), que, segundo Miotto, Silva e Lopes, “se caracterizam por conter uma predicação (uma relação sujeito-predicado) sem englobar um verbo”²²⁸. Vejamos as sentenças:

(130) João acha os políticos incompetentes.

(131) João acha que os políticos são incompetentes.

(132) João sentiu suas mãos frias.

(133) João sentiu que suas mãos estavam frias.

Nas sentenças (130) e (132), uma primeira questão que é colocada é sabermos se [os políticos incompetentes] e [suas mãos frias] são NPs ou *small clauses*. Pela reescrita de (130) que dá (131) e de (132) que dá (133), não podemos achar que [os políticos incompetentes] é um NP, mas uma *small clauses* [_{SC} [os políticos] [incompetentes]], onde [_{NP} os políticos] é o sujeito e [_{AP}

²²⁷ Ibid., p.129.

²²⁸ Id. Ibid.

incompetentes] é o predicado. A mesma análise se aplica a (132): [_{NP} suas mãos] é o sujeito e [_{AP} frias] é o predicado.

Por que podemos dizer que em (130) e (132) há marcação excepcional de Caso? Em (131) e (133) o complementizador “que” é uma barreira que impede os verbos “achar” e “sentir” de atribuir Caso acusativo aos NPs [os políticos] e [suas mãos]. Nestas duas sentenças, estes dois NPs recebem Caso nominativo da inflexão dos verbos “ser” e “estar”. Já, em (130) e (132), os NPs [os políticos] e [suas mãos], mesmo sendo o sujeito de *small clauses*, recebem Caso acusativo dos verbos “achar” e “sentir”; daí a marcação excepcional de Caso, porque o predicado de *small clauses*, nos exemplos [incompetentes] e [frias], não pode atribuir Caso nominativo ao sujeito. Nessa situação temos argumentos externos sendo marcados como se fossem argumentos internos, ou seja, recebendo Caso acusativo.

Uma outra situação interessante são as construções inacusativas, onde aparecem ou um verbo inacusativo ou verbos no particípio. Vejamos como isso se processa:

(134) João parece voar.

(135) João parece inteligente.

(136) As crianças foram levadas para a escola.

Analisemos primeiramente os exemplos (134) e (135), com verbos inacusativos que, como sabemos, são verbos que selecionam apenas argumento interno mas não podem atribuir Caso acusativo a este argumento²²⁹. Essas duas sentenças possuem as seguintes estruturas:

(134a) João_i parece [_{IP} t_i voar.]

(135a) João_i parece [_{SC} t_i inteligente.]

O verbo *parecer*, como verbo inacusativo, em (134), seleciona IP como complemento e em (135), uma *small clauses*. Mas, como já vimos ao longo dessa discussão, um verbo no infinitivo impessoal, como *voar* em (134), não pode

²²⁹ Ibid., p. 136.

atribuir Caso ao argumento externo porque ele (verbo) não tem [+Agr], portanto não pode marcar Caso nominativo para o vestígio (t_i) deixado pelo NP “João”. Em (135), o vestígio (t_i) deixado pelo NP “João”, na SC (*small clauses*), também não pode receber Caso nominativo do AP (inteligente). Por outro lado, o verbo “parecer”, por ser inacusativo, não pode atribuir Caso acusativo aos vestígios (t_i) deixados pelo NP “João”. Então, o que acontece para se garantir que os NPs tenham Caso e as sentenças sejam gramaticais? Nas duas situações, o NP “João” se move para a posição de Spec (de sujeito) do verbo “parecer” e, nesta posição, recebe Caso nominativo deste verbo, embora o papel temático do NP seja atribuído por “voar”, em (134), e por “inteligente”, em (135).

O exemplo (136), “as crianças foram levadas para a escola”, sendo reescrito como (136a), temos:

(136a) As crianças_i foram levadas t_i para a escola.

Antes de analisarmos este exemplo, de acordo com Raposo, as duas propriedades fundamentais da construção passiva com particípio são (i) não atribuir função- θ externa e (ii) nem atribuir Caso acusativo²³⁰. Por essas duas razões é que o NP “as crianças” deixou um vestígio após o verbo “levadas” e se deslocou para a posição de sujeito do verbo “ser”, onde recebe Caso nominativo, pois em sua posição original, após o particípio, não poderia receber Caso acusativo.

Nesses três últimos exemplos, (134), (135) e (136), temos argumentos internos de construções inacusativas recebendo Caso nominativo, ou seja, argumentos que deveriam estar no Caso acusativo, mas, pela regra Mover- α , passaram a ocupar a posição de Spec, recebendo, assim, Caso nominativo.

Finalizando este segundo capítulo, queremos enfatizar que ele possui dois eixos básicos, a Teoria Temática ou Teoria dos Papéis Temáticos e a Teoria do Caso. Mas, para falarmos de Teoria Temática, achamos interessante uma discussão prévia sobre Subcategorização, assim como a Teoria do Caso precisa ser antecedida por um olhar mais detalhado sobre Mover- α . E tudo isso, em um

²³⁰ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p. 366.

contexto de aquisição da linguagem, porque é neste momento que o falante adquire os Princípios e Parâmetros que farão dele utente de uma determinada língua.

No capítulo seguinte, discutiremos a construção Verbo+*SE* (*V+SE*) à luz da Teoria da Regência e Ligação (TRL), mas achamos por bem iniciar essa discussão com um breve “olhar” sobre o sujeito, pois entendemos que o *SE* apassivador, indeterminador do sujeito e reflexivo deve ser pensado nesta relação sujeito-predicado.

3 A CONSTRUÇÃO VERBO+SE (V+SE) À LUZ DA TEORIA DA REGÊNCIA E LIGAÇÃO (TRL)

No capítulo anterior, estabelecemos os dois eixos teóricos que nortearão a nossa análise da construção V+SE, a saber: a Teoria dos papéis temáticos e a Teoria do Caso.

Neste terceiro capítulo, como já diz o próprio título, discutiremos a construção V+SE enquanto indeterminação, apassivação e reflexividade.

Antes dessa discussão, achamos pertinente dar uma rápida olhada sobre os múltiplos conceitos que o sujeito pode assumir. Daí, a razão do tópico seguinte.

3.1 DOIS OLHARES SOBRE O SUJEITO

Todas as vezes que vamos falar sobre sintaxe, praticamente, partimos do seguinte ponto: a sentença é constituída por dois membros, o sujeito e o predicado. Isso independe da teoria que estejamos assumindo.

Antes de começarmos qualquer reflexão sobre o sujeito da oração, é interessante atentarmos para o que se diz sobre predicado, porque ele, sujeito, não existe independente dos predicados. Neves diz que:

Os verbos, em geral, constituem os *predicados* das *orações*. Os *predicados* designam as propriedades ou relações que estão na base das *predicações* que se formam quando eles se constroem com os seus

argumentos (os *participantes* da relação predicativa) e com os demais elementos do enunciado²³¹.

Do pensamento de Neves, queremos destacar, apenas, o que está na base de qualquer construção lingüística sobre este tema. Do que a autora acima afirmou, depreendemos que o predicado é o ponto de partida para a construção dos outros constituintes oracionais.

Azeredo, também, afirma que a “*oração* é a unidade gramatical cujo eixo é o verbo”²³². Para ele, assim como para Neves, o verbo é o constituinte oracional que vai determinar os outros.

Toda oração contém um predicado, constituído de um verbo predicador ou de um verbo *transpositor*. Se o verbo é pessoal, a oração contém também um *sujeito*, e se é transitivo, o predicado contém também um objeto²³³.

Como podemos depreender, é o predicado o elemento central da oração.

Para Perini, o verbo é o elemento que ocupa a função de núcleo do predicado (NdP): “Admitiremos, pois, que o verbo desempenha uma função *sui generis* na oração, a de NdP: só um verbo pode ser NdP, e todo NdP é um verbo”²³⁴. Ora, se um verbo é núcleo do predicado, conseqüentemente os outros constituintes oracionais, de alguma forma, estão ligados a ele.

Busse e Vilela afirmam que:

O verbo é a categoria sintáctica mais indicada para desempenhar a função predicativa na frase. É o verbo como predicado que concerne a função central da frase e determina a estrutura frásica de base, quer do ponto de vista sintáctico, quer semântico²³⁵.

Da citação acima, podemos dizer que não contém um elemento diferenciador do que já foi dito antes.

²³¹ NEVES, Maria Helena de Moura. Op. cit., p. 23.

²³² AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do português**. 6.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 45.

²³³ Id. Ibid.

²³⁴ PERINI, Mário A. **Sintaxe portuguesa: Metodologia e funções**. Op. cit., p. 72.

²³⁵ BUSSE, W.; VILELA, Mário. **Gramática de valências**. Coimbra: Almedina, 1986. p. 17.

Mesmo sem utilizar a palavra “verbo”, como sendo o núcleo do predicado, Borba deixa isto bastante claro, quando afirma que: “O predicado é a própria reação lingüística a um estímulo, sendo, portanto, o núcleo da comunicação e o objetivo central do falante”²³⁶. Mais adiante, ele nos diz ainda: “Ora, se a atividade verbal pressupõe objetivos centrados num núcleo comunicativo (predicado), então falar é predicar”²³⁷. Donde podemos inferir que, também, para Borba, o predicado é o núcleo da oração.

Fillmore afirma que “em uma estrutura profunda, o núcleo proposicional de sentenças em todas as línguas consiste em um V e em um ou mais SNs”²³⁸. Como podemos depreender, o predicado (verbo + sintagma(s) nominal(is)) é o núcleo dos enunciados.

Mioto, Silva e Lopes²³⁹, ao falarem desta questão, dizem: “Para montar sentenças devemos ainda saber que os núcleos lexicais selecionam outros itens para comporem uma sentença. Chamamos a esses núcleos *predicado* e aos itens selecionados, *argumentos*”. Para estes autores é, também, o predicado, um núcleo.

Feitas estas reflexões sobre o predicado, em que fica patente que ele é o núcleo das orações, passemos agora à discussão sobre o sujeito da oração.

Vamos tratar do sujeito em sua perspectiva morfossintática – um primeiro olhar –, porque o critério usado para sua classificação é desta natureza, ou seja, ou depende da morfologia e/ou da sintaxe (enquanto relação de palavras) da língua.

Para Azeredo:

O sujeito é função adquirida por um SN – simples ou resultante de transposição – graças à relação que se dá entre esse SN e a oração, relação esta que, nas variedades formais da língua, o torna substituível

²³⁶ BORBA, Francisco S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996. p. 13.

²³⁷ Id. Ibid.

²³⁸ FILLMORE, Charles J. Em favor do Caso. In: LOBATO, Lúcia M. P. (Org.). **A semântica na lingüística moderna: O léxico**. Rio de Janeiro: Rodrigues Alves, 1977. p.326-327.

²³⁹ MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Op. cit.

por ele/ela/eles/elas, ou representável por eu/tu/nós/vós, em contraste com o/a/os/as e me/te/nos/vos, próprios da função objetiva²⁴⁰.

Do pensamento citado acima, podemos deduzir que o sintagma nominal (SN) sujeito se relaciona com o predicado (dito “oração”); portanto, oração é um composto bimembre formado por sujeito e predicado (“... sujeito e predicado relativamente ao todo de que fazem parte: a oração”²⁴¹). Outro ponto que merece atenção é o fato de o sujeito só poder ser substituído por pronomes ditos do caso reto. Os pronomes oblíquos só exercem função objetiva. Por “simples ou resultante de transposição”, devemos entender que, na relação sujeito-predicado, o primeiro será sempre de natureza nominal, mesmo que para isto seja necessária uma “transposição”, por exemplo, de uma *oração* para uma *oração de natureza substantiva*.

Perini, ao definir o sujeito oracional, destaca a questão da concordância verbal:

O fenômeno da concordância verbal define um vínculo entre o verbo e um dos constituintes, que já por isso se distingue claramente dos demais constituintes. Dizemos, então, que a relação entre o verbo e esse constituinte é uma relação “sujeito/núcleo do predicado”²⁴².

Embora o autor acima reconheça outros processos gramaticais que envolvem o sujeito – anteposição, relações anafóricas²⁴³ –, ele dá um destaque maior ao fato de haver uma concordância de número e pessoa entre o sujeito e o predicado.

Givón, mesmo sendo um lingüista funcionalista, ao falar do sujeito gramatical, assim se expressa:

O sujeito gramatical em orações simples em inglês precede o verbo, é morfologicamente não marcado (i.e. aparece sem uma preposição), e requer *concordância gramatical* com o verbo²⁴⁴.

²⁴⁰ AZEREDO, José Carlos de. Op. cit., p. 53.

²⁴¹ Ibid., p. 52.

²⁴² PERINI, Mário A. **Sintaxe portuguesa**: Metodologia e funções. Op. cit., p. 71.

²⁴³ Id. Ibid.

²⁴⁴ GIVÓN, Talmy. **English grammar** – A functional-based introduction. Amsterdam: John Benjamins, 1994. v. I. p. 94. “The grammatical subject in English simple clauses preceds the verb, is morphologically unmarked (i.e. appears without a preposition), and requires *grammatical agreement* with the verb”.

Além da concordância com o verbo, para Givón, o sujeito gramatical precede o verbo e é um termo não preposicionado. O autor não chama a atenção para as relações anafóricas entre o sujeito e os pronomes de caso reto.

Resumindo o que foi dito, do ponto de vista morfossintático, podemos dizer que o sujeito é um termo que precede o verbo, concorda com ele em número e pessoa, não é regido por preposição e pode ser retomado anaforicamente, apenas, por pronomes de caso reto.

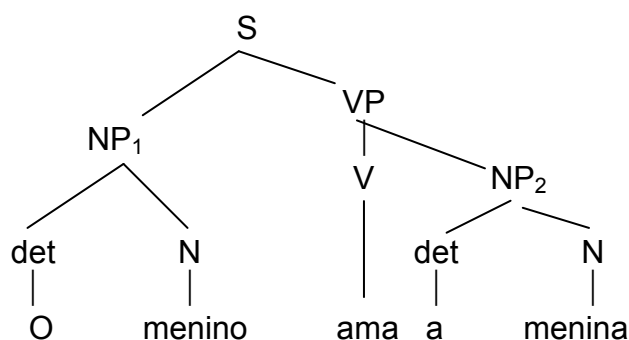
Para a teoria gerativa – nosso segundo olhar –, de acordo com Raposo:

As funções gramaticais são definidas a partir das *posições estruturais* que as categorias gramaticais [...] ocupam na frase (especificamente em termos de categoria que as domina imediatamente)²⁴⁵.

Para esta teoria, as funções gramaticais se constroem a partir da posição das categorias gramaticais na estrutura da sentença. E esta posição depende das relações de dominância dentro da sentença. Então, ainda de acordo com Raposo, dominância pode ser assim descrita:

\underline{x} domina \underline{y} sse (se e só se) existir uma seqüência conexa de um ou mais ramos entre \underline{x} e \underline{y} e o percurso de \underline{x} até \underline{y} através desses ramos for unicamente descendente²⁴⁶.

Então, de posse destes conceitos, podemos, agora, dizer o que é o sujeito: “O NP imediatamente dominado por S”²⁴⁷. Desta definição de sujeito, fica dito que ele é um sintagma externo ao verbo, não dominado por ele. Por exemplo, no esquema



²⁴⁵ RAPOSO, Eduardo P. Op. cit., p. 80.

²⁴⁶ Ibid., p. 73.

²⁴⁷ Ibid., p. 80.

o NP *O menino* está dominado pela sentença (S), por isto é o sujeito oracional; enquanto o NP *a menina*, apesar de ser da mesma categoria gramatical que o *menino*, por estar dominado pelo VP (sintagma verbal), tem uma outra função porque ocupa uma posição estrutural diferente da do NP₁.

Mioto, Silva e Lopes, ao tratarem esta questão, chamam a atenção para a estrutura argumental dos verbos e tomam como exemplo o verbo *amar*, mostrando um argumento externo (sujeito) e outro interno (complemento)²⁴⁸. Assim, o argumento externo, no caso de um verbo, não é dominado por ele (verbo); só o argumento interno o é.

Dias, ao falar do sujeito na visão gerativa, diz:

Numa visão bastante geral do modelo gerativo, diríamos que o lugar correspondente ao que a análise sintática tradicional chama “sujeito” é ocupado por um SN – argumento que se localiza na posição externa ao SV²⁴⁹.

Dias não difere de Mioto, Silva e Lopes em sua definição de sujeito. Para ambos, o sujeito é um argumento externo ao verbo, donde depreendemos que não é dominado por ele (verbo) mas pelo nó que lhe é superior, a sentença.

Para finalizar nossa pequena reflexão sobre o sujeito, queremos chamar a atenção para dois pontos, que consideramos importantes. O primeiro decorre da própria natureza do sujeito. Se há várias maneiras de falarmos sobre ele, é porque há, também, várias maneiras de abordá-lo. Como vimos, do ponto de vista morfossintático, o sujeito é um termo que antecede o verbo, não é preposicionado e concorda em número e pessoa com ele (o verbo). Já da perspectiva gerativa, é um SN (ou NP) imediatamente dominado por S (sentença). O segundo ponto que queremos destacar é que, talvez, podemos aproximar o sujeito da abordagem morfossintática com o da gerativa, uma vez que ambos são apresentados nos seus aspectos descritivos.

²⁴⁸ MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. Op. cit., p. 51-52.

²⁴⁹ DIAS, Luis D. Fundamentos do sujeito gramatical: Uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, Ana (Org.). **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre: Sagra-Luzzato, 2002. p. 48.

3.2 O SE COMO ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

Na secção 1.3.2 (p. 27-30) deste trabalho, fizemos uma revisão, à luz da GT, do *SE* como indeterminador do sujeito. Retomaremos, aqui, apenas para relembrar, algumas questões que estão colocadas lá:

- i. “Cardoso chama o *índice de indeterminação do sujeito* de *indefinido*, que tem por finalidade fazer referência a um sujeito que existe na mente de quem fala ou escreve” (p. 27).
- ii. “Carneiro afirma que o *SE* nunca poderá ser classificado como sujeito, uma vez que se originou de um pronome que, em latim, não pode ser usado no caso nominativo [...]. Nas expressões: *Pode-se cair dêste muro – Ama-se a Deus – Não se pense que o SE é sujeito*. Indica que o sujeito é indeterminado” (p. 28).
- iii. Em uma citação de Azevedo Filho (p. 29), encontramos: “Com verbo intransitivo ou transitivo indireto na terceira pessoa do singular, seguido do pronome *SE*, na função de índice de indeterminação do sujeito”.
- iv. “Kury [...], como Azevedo Filho, também chama a atenção para a regência dos verbos. Acrescenta à lista os verbos de ligação [...]” (p. 29).
- v. “Cunha e Cintra descrevem o sujeito indeterminado por *SE*, sem levar em consideração a regência do verbo” (p. 29).
- vi. “Bechara, ao tratar do pronome *SE* como índice de indeterminação do sujeito, alarga esta classificação. Para ele, o *SE*, mesmo combinando com verbos transitivos diretos, pode ser classificado como índice de indeterminação do sujeito” (p. 29).

Como podemos observar, mesmo na visão da GT, essa função do *SE* se baseia nos aspectos morfossintáticos (quando aponta para uma categorização verbal: verbos intransitivo, transitivo indireto, de ligação e transitivo direto) e semânticos (quando faz alusão a *um sujeito que existe na mente de quem fala/escreve*) da língua. Talvez, por essa razão, a indeterminação do sujeito resiste bem a uma análise lingüística mais consistente.

No segundo momento deste trabalho, quando apresentamos os *fundamentos teóricos para uma abordagem lingüística do SE* (P. 44-114), apresentamos alguns pontos que retomamos aqui:

- i. “Todos os seres humanos normais nascem com disposição para adquirirem uma língua, pois em algum módulo do seu cérebro está inscrita a UG, que contém os princípios de todas as línguas naturais” (p. 51).
- ii. “Estes princípios, quando ativados por meio da exposição a alguma língua natural, vão parametrizar essa língua, ou seja, os parâmetros é que farão com que as línguas particulares sejam diferentes umas das outras” (p. 51).
- iii. “Os falantes de uma língua qualquer possuem um léxico internalizado que contém todas as informações sobre as palavras de sua língua” (p. 51).
- iv. Em uma citação de Raposo ficou dito que “o léxico é a componente do modelo gramatical onde se encontram as informações de natureza fonológica, sintáctica e semântica sobre os itens lexicais individuais” (p. 51).
- v. “As entradas lexicais, do ponto de vista sintático, informam ao falante a natureza categorial a que o item pertence [...] e o quadro de subcategorização do item” (p. 57).
- vi. “Os predicados têm estrutura argumental” (p. 61).

- vii. “Os predicados, além de especificar o número de argumentos, também realizam uma seleção da categoria (c-seleção) e uma seleção semântica (s-seleção) de seus argumentos” (p. 62).
- viii. “Quando olhamos para o verbo de uma sentença, aí podemos ver duas coisas: a primeira são as funções gramaticais dependentes do verbo (se o verbo tem sujeito, objeto direto, objeto indireto ...) e a segunda são os relacionamentos estabelecidos a partir do verbo” (p. 66).
- ix. “Caso semântico é aquele que nos eventos dá os papéis temáticos aos argumentos” (p. 102).
- x. “A idéia de Caso abstrato relaciona-se com constituintes oracionais e com a função que estes constituintes ocupam na sentença” (p. 103).
- xi. “Os Casos abstratos são três: nominativo, acusativo e oblíquo. E são atribuídos, o Caso nominativo, pela flexão de concordância do verbo; o Caso acusativo, pela regência do verbo; e, o Caso oblíquo, pela preposição” (p. 105).

Tomadas essas partes do presente trabalho, passemos, agora, à aplicação desses princípios à análise de algumas sentenças:

(138) Nessa padaria se come uns docinhos ótimos!

(139) Nesta granja, abatem-se mil galinhas diariamente.

(140) Nesta escola ensinam-se as línguas mais faladas do mundo.

(141) Pedem-se mais verbas para a educação.

(142) Chora-se, grita-se, esperneia-se, mas não se resolve nada.

(143) No Brasil, trabalha-se muito e ganha-se pouco.

(144) Vive-se feliz quando se ama.²⁵⁰

(145) i) Joga-se búzios.

ii) Jogam-se búzios.

(146) i) Doa-se filhotes.

ii) Doam-se filhotes.

(147) i) Cobre-se botões.

ii) Cobrem-se botões.²⁵¹

Nos exemplos (138) a (141), Bagno afirma que o *SE* exerce a função de sujeito porque

ele corresponde a outros sujeitos “neutros” ou “indeterminados” que existem em tantas outras línguas: *on* (francês), *one* (inglês), *uno* (espanhol), *man* (alemão), e é por isso que os tradutores, ao encontrarem uma destas palavrinhas num texto estrangeiro, tratam logo de traduzi-las pelo nome *se*²⁵².

Sobre esse ponto, a “intuição” lingüística de Cardoso, professor de português que viveu na Bahia, no século XIX, diz: “O pronome *se* nunca é sujeito em portuguez, porque não é nem o *on* dos francezes, nem o *one* dos ingleses, e sim o *sui*, *sibi*, *se* dos latinos, quer seja reflexivo, quer indefinito”²⁵³.

Para rejeitar explicações como a de Cardoso, Bagno afirma: “Infelizmente [...], ainda há muita gente que insiste em vestir a nossa linda língua portuguesa do Brasil com aquelas vestes puídas, verdadeiras ataduras de múmias [...] que envolvem o latim”²⁵⁴.

²⁵⁰ Os exemplos (138) a (141) são retirados de: BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolingüística. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 134-136. E os (142) a (144) são também do mesmo autor (Ibid., p. 141).

²⁵¹ Os exemplos (145) a (147) são retirados de: SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação lingüística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005. p. 80.

²⁵² BAGNO, Marcos. Op. cit., p. 135.

²⁵³ CARDOSO, Brício. Op. cit., p.129.

²⁵⁴ BAGNO, Marcos. Op. cit., p. 141.

Em um outro momento, para defender sua posição do *SE* como sujeito e negar a dos que afirmam a impossibilidade do *SE* nessa função, por conta da origem românica do português, Bagno diz:

[...] Porque, dizem eles, o português procede do latim e em latim *se* não podia ser sujeito, mas somente objeto [...]. A língua portuguesa é falada há mais de mil anos, já deixou de ser latim há séculos, mas eles insistem em querer vestir os fenômenos lingüísticos do português com as mesmas roupas mofadas e puídas usadas pelo latim²⁵⁵.

Nessa discussão sobre o *SE* ser sujeito ou não da oração, é necessário fazer uma discussão mais consistente do que simplesmente tentar contestar a historicidade da língua, denominando de ‘vestes puídas’, ‘ataduras de múmias’, ‘roupas mofadas’ a nossa herança lingüística do latim. Além do mais, a língua portuguesa nunca foi latim.

Em primeiro lugar, quando a GT classifica o *SE* como pronome do Caso oblíquo, ela o faz apenas para o *SE* reflexivo e para o apassivador, que têm um referente, pois é da natureza do pronome representar ou se referir ao ser, pelo menos de acordo com André²⁵⁶.

Um outro ponto, que nos chama a atenção, diz respeito ao Caso semântico e, conseqüentemente, a papéis temáticos dos argumentos. Qual é o papel temático exercido pelo *SE* (que para nós não é um pronome porque não tem referente) nos exemplos em questão? Tema? Agente? Paciente? Experienciador psicológico? Parece-nos que o *SE* não se enquadra em nenhum desses papéis.

²⁵⁵ Ibid., p.135.

²⁵⁶ ANDRÉ, Hildebrando A. de. Op. cit., p. 102.

Quando olhamos para a grade temática dos verbos²⁵⁷ ‘comer’ (138), ‘abater’ (139), ‘ensinar’ (140) e ‘pedir’ (141), encontramos:

- i. comer: verbo [___ NP] <agente, paciente>
- ii. abater: verbo [___ NP] <agente, paciente>
- iii. ensinar: verbo [___ NP (PP)] <agente, tema, beneficiário>
- iv. pedir: verbo [___NP, PP (PP)] <agente, tema, fonte, beneficiário>

O que podemos inferir da grade acima? Os quatro verbos são verbos de ação, em que há *alguém que come uns docinhos ótimos, que abate mil galinhas diariamente, que ensina as línguas mais faladas do mundo e que pede mais verbas para a educação*. Daí, dizer que esse alguém é o SE não nos parece uma explicação clara e convincente.

²⁵⁷ A grade temática dos verbos está relacionada com o papel temático dos argumentos. Para Busse e Vilela (1986, p. 101-105), os tipos semânticos de verbos são: “a que corresponde a *fazer* é a classe das *atividades*; a que corresponde a *acontecer* e a *passar-se* é a classe dos estados de coisas que designamos por *processos*; e a que não corresponde nem a *acontecer* e *passar-se*, nem a *fazer*, é a classe dos estados de coisas que designamos por *estados*” (p. 102).

Borba (1996, p. 57-63) faz a seguinte classificação sintático-semântica dos verbos:

(i) verbos de ação: “expressam uma atividade realizada por um sujeito *agente*. Indicam, portanto, um *fazer* por parte do sujeito” (p. 58);

(ii) verbos de processo: “expressam um evento ou sucessão de eventos que afetam um sujeito *paciente* ou *experimentador*. Por isso traduzem sempre um *acontecer* ou um *experimentar*, isto é, algo que se passa com o sujeito ou que ele experimenta” (p. 58);

(iii) verbos de ação-processo: “expressam uma ação realizada por um sujeito Ag ou uma causação levada a efeito por um sujeito Ca, que afetam o complemento. A ação-processo sempre atinge um complemento que expressa uma mudança de estado, de condição ou de posição, ou, então, algo que passa a existir” (p. 59) (Ag = agente e Ca = causativo);

(iv) verbos de estado: “expressam uma propriedade (estado, condição, situação) localizada no sujeito que é, pois, mero suporte dessa propriedade ou, então, seu experimentador ou beneficiário. Os verbos de estado têm obrigatoriamente um argumento que é um *inativo*, na medida em que não é *agente*, nem *causativo*, nem *paciente*” (p. 60).

Campos (cf. CAMPOS, June. **Aquisição do pretérito perfeito e imperfeito do indicativo em português como L2**. Porto Alegre: PUCRS, 2000. Tese (Doutorado em Letras), Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000. p. 22-27), ao apresentar as categorias de Vendler, dá-nos a seguinte classificação dos verbos:

(i) “States”: “têm duração por um período de tempo, envolvem tempo em um sentido indefinido e não específico” (p. 22). E dá-nos como exemplos: ter, possuir, desejar, gostar e querer;

(ii) “Activities”: “podem estender-se por algum tempo, mas não levam um tempo definido ou específico [...] não têm um ponto final definido” (p. 22). Exemplos: correr, caminhar, mudar, empurrar (algo) e puxar (algo);

(iii) “Accomplishments”: “levam tempo definido e específico, têm um clímax” (p. 22). Exemplos: correr uma milha, pintar um quadro, fazer uma cadeira, dar uma aula e escrever um romance;

(iv) “Achievements”: “Ocorrem em um momento definido, único e específico” (p. 22). Exemplos: vencer a corrida, chegar no topo do morro, reconhecer (algo), encontrar um objeto, nascer. (Não podemos esquecer que a abordagem de Campos é em uma perspectiva de tempo-aspecto do verbo).

Olhando, agora, para o Caso abstrato (que diz respeito a constituintes oracionais e com a função que estes constituintes ocupam na sentença), é difícil dizer que o *SE* está no Caso nominativo, uma vez que este Caso é determinado pela concordância verbal. Nos próprios exemplos de Bagno – (138), encontramos ‘... se come uns docinhos ...’ e (139), ‘... abatem-se mil galinhas...’ – não há concordância entre o verbo e o *SE*. Portanto, fica difícil sustentar o *SE* no papel de sujeito.

Quanto à ordem canônica da sintaxe portuguesa, SVO (sujeito – verbo – objeto)²⁵⁸, isto não tem ligação com a colocação do *SE* na sentença. A própria GT estabelece regras para a sua colocação na frase. Logo, o *SE* colocado à esquerda do VP não é o suficiente para fazer dele sujeito.

Se o *SE* não é sujeito da oração (se não está no Caso nominativo), então qual é o Caso em que ele vai estar? Uma vez que os constituintes oracionais precisam ter um Caso para que a sentença seja bem-formada? Em nossa opinião, o *SE* não pode ser sujeito porque, como dissemos há pouco, não está no Caso nominativo e nem possui um papel temático como todo e qualquer constituinte oracional. De acordo com a análise de Silva e Koch, ele nem constituinte oracional é, porque é parte integrante do verbo²⁵⁹.

Qual é, então, a função sintática dos NPs ‘uns docinhos ótimos’, em (138), ‘mil galinhas’, em (139), ‘as línguas mais faladas do mundo’, em (140), e ‘mais verbas para a educação’ (em 141)? Sem dúvida alguma, podemos dizer que esses NPs estão completando um verbo transitivo²⁶⁰. Para a teoria do Caso, o acusativo “tem a função de complemento verbal, é atribuído pela regência do verbo e aparecerá à sua direita”²⁶¹. Portanto, eles (NPs) são objeto direto e não o sujeito, como quer a GT.

Os exemplos (142) a (144) como devem ser entendidos à luz da teoria temática e da teoria do Caso?

²⁵⁸ BAGNO, Marcos. Op. cit., p. 133.

²⁵⁹ Cf. SILVA, Maria Cecília P. de S.; KOCH, Ingedore G. V. Op. cit., p. 68-69.

²⁶⁰ Cf. a nota 133, que trata da transitividade verbal, de acordo com Raposo (1992).

²⁶¹ Cf. p. 107, deste trabalho.

Em primeiro lugar, vejamos a grade temática dos verbos: ‘chorar’, ‘gritar’, ‘espernear’ e ‘resolver’, em (142); ‘trabalhar’ e ‘ganhar’, em (143); e ‘viver’ e ‘amar’, em (144):

- i. chorar: verbo [] <agente>
- ii. gritar: verbo [] <agente>
- iii. espernear: verbo [] <agente>
- iv. resolver: verbo [___ NP] <agente, tema>
- v. trabalhar: verbo [] <agente>
- vi. ganhar: verbo [___ NP] <beneficiário, tema>
- vii. viver: verbo [___ (NP)] <agente, (tema)>²⁶²
- viii. amar: verbo [___ (NP)] <agente, (beneficiário)>²⁶³

Na grade temática acima, apresentamos verbos intransitivos e verbos transitivos seguidos de *SE*, mas, em seus contextos frasais, seguramente podemos dizer que os verbos dos exemplos (142) a (144), todos eles, têm sujeito indeterminado. Os verbos intransitivos seguidos de *SE* já são verbos com sujeito indeterminado na própria GT. E os transitivos direto, consideramos assim, com sujeito indeterminado, a partir da argumentação feita.

Os exemplos (145) a (147), cuja estrutura é classificada como passiva sintética, na GT, segundo Scherre,

não é passiva sintética; é, sim, predominantemente, uma estrutura ativa de sujeito indeterminado, semelhante a outras estruturas irmãs do tipo: *No Brasil, precisa-se urgentemente de reforma agrária e vive-se bem nesta terra*²⁶⁴.

Para confirmar se os referidos exemplos – (145) a (147) – são estruturas ativas, basta olharmos para a grade temática dos verbos (i) jogar, (ii) doar e (iii) cobrir, que encontramos:

²⁶² O verbo “viver” pode ser transitivo, em construções como: “João viveu uma vida aventureira”.

²⁶³ O verbo “amar”, que originalmente é um verbo transitivo, em (144) é intransitivo.

²⁶⁴ SCHERRE, Maria Marta Pereira. Op. cit., p. 80.

- i. jogar: verbo [___ NP] <agente, paciente>
- ii. doar: verbo [___ NP] <agente, paciente>
- iii. cobrir: verbo [___ NP] <agente, paciente>

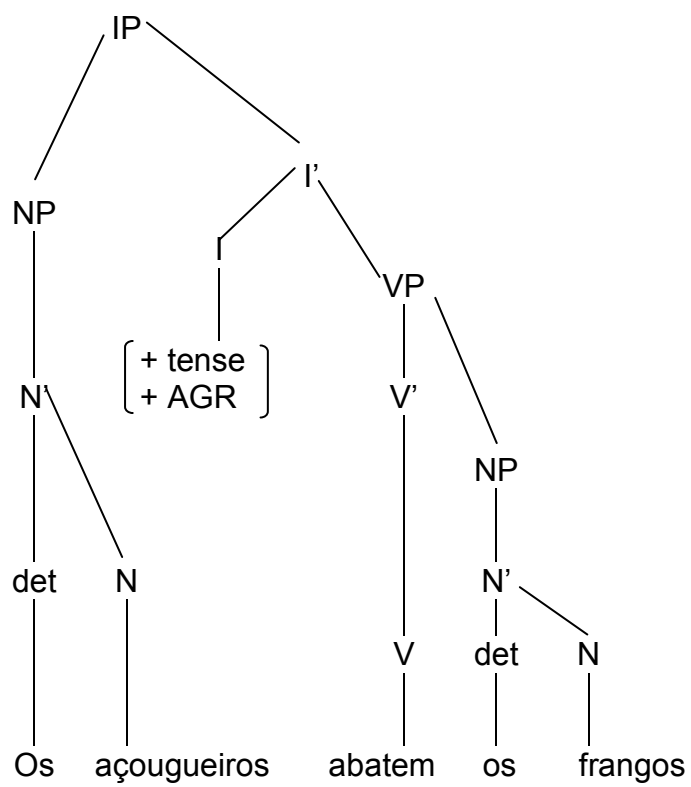
Ora, se na grade temática do verbo figuram um agente e um paciente e, a partir do nosso parâmetro lingüístico, de falantes nativos, sabemos que os NPs ‘búzios’, ‘filhotes’ e ‘botões’ não podem ser o agente da ação verbal porque é neles que esta ação vai se realizar, ou seja, a ação de ‘jogar’, de ‘doar’ e de ‘cobrir’. Quanto à concordância dos verbos com esses NPs em (145)ii, (146)ii e (147)ii, ainda de acordo com Scherre:

A forma verbal plural nas estruturas denominadas passivas sintéticas é variável e ocorre, segundo a tradição, por “atração ou falsa concordância com o objeto direto”, em função do conhecimento da norma-padrão, a norma codificada, ou seja, em função do conhecimento da gramática normativa da língua portuguesa²⁶⁵.

Como podemos observar, a partir da análise de Scherre, não há razão para afirmarmos que o *SE* é o sujeito da oração. No que diz respeito à concordância do verbo com o objeto, talvez se deva ao fato de em orações apassivadas com o verbo *SER*, o NP, que estava em uma posição à direita do VP, passe para a sua esquerda, como podemos observar nos exemplos (148) e (149).

²⁶⁵ Ibid., p. 80.

(148) Os açougueiros abatem os frangos

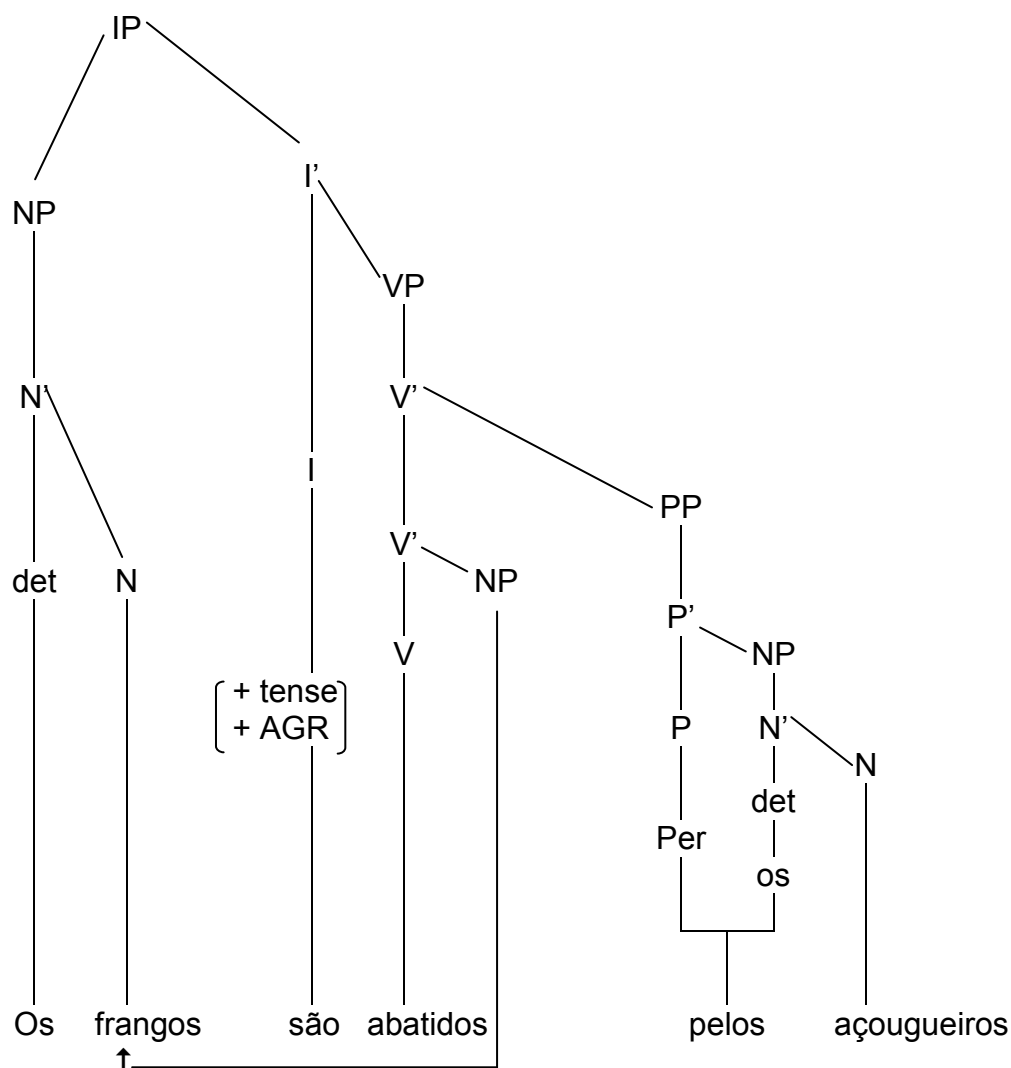


Na paráfrase de (148), temos:

(149) Os frangos são abatidos pelos açougueiros.

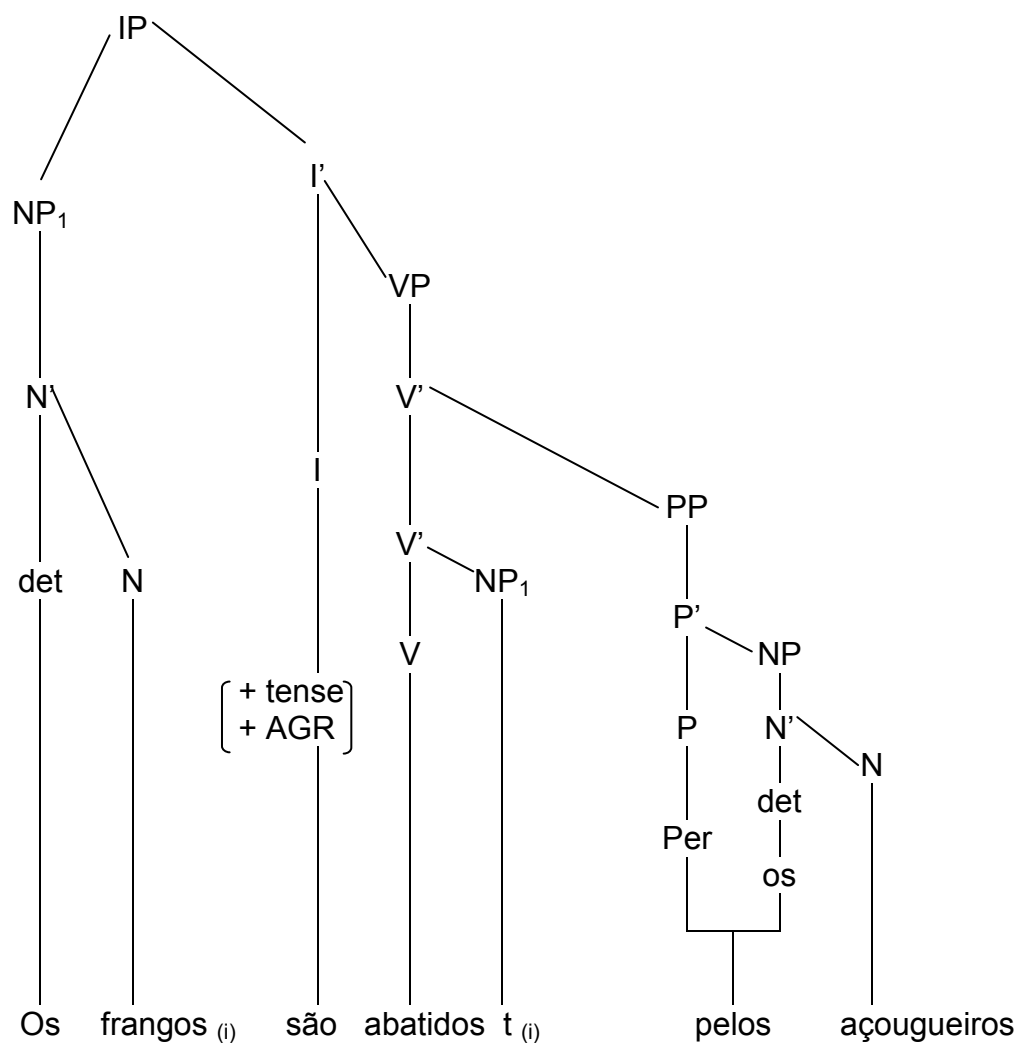
que nos dá as seguintes árvores:

Uma estrutura intermediária:



Onde podemos observar o movimento do NP 'Os frangos' para a esquerda do VP. Esta estrutura intermediária nos dará uma estrutura-S (ou estrutura de superfície):

Estrutura-S:



O que podemos observar na estrutura intermediária e na estrutura de superfície, é que, o movimento de constituintes na oração pode mudar-lhe a função sintática. Nos exemplos (148) e (149), o NP 'Os frangos' deixou de ser complemento do verbo (um NP imediatamente dominado pelo VP) e passou a ser sujeito (um NP imediatamente dominado pelo IP, portanto, irmão do VP). No entanto, o constituinte que muda de lugar deixa sempre um traço (t) no seu lugar de origem. Por esse motivo, na estrutura-S, onde o NP 'Os frangos' é o sujeito, não é, apesar de o verbo ser de ação, o agente, mas o tema. E a ação verbal é exercida pelo NP agente 'os açougueiros' (em 'pelos açougueiros').

Partindo da argumentação feita até aqui, nas estruturas ativas com o *SE*, ele é, sim, o indeterminador do sujeito e não o próprio sujeito e nem partícula de apassivação (nossa próxima discussão).

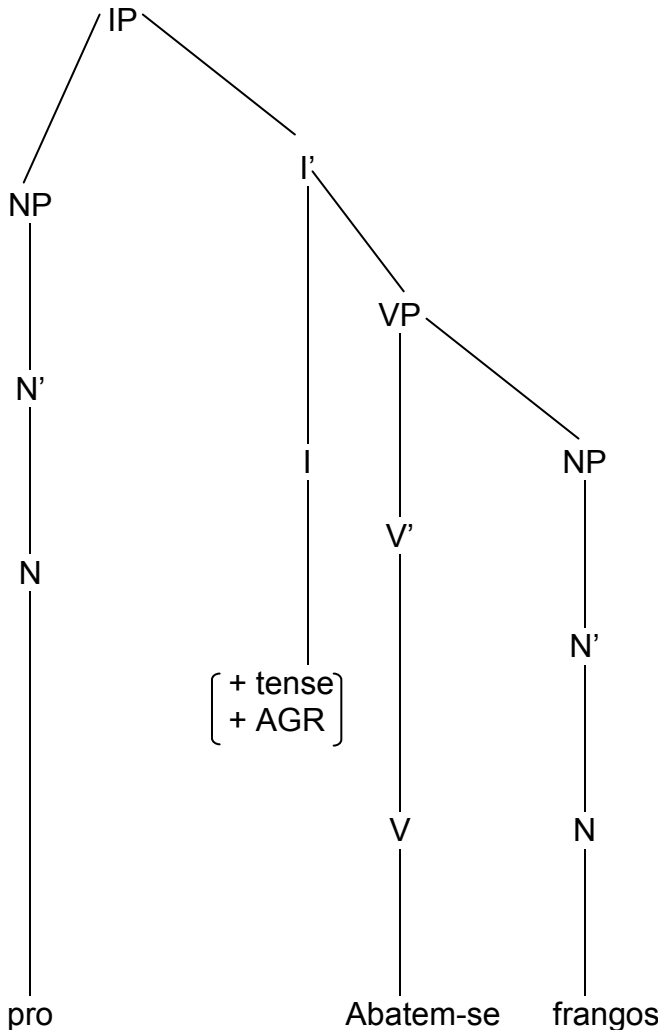
Como o *SE* não é o sujeito da oração, como representar em árvores, sentenças quando o sujeito vem indeterminado pelo *SE*? Como nos exemplos:

(150) Abatem-se frangos.

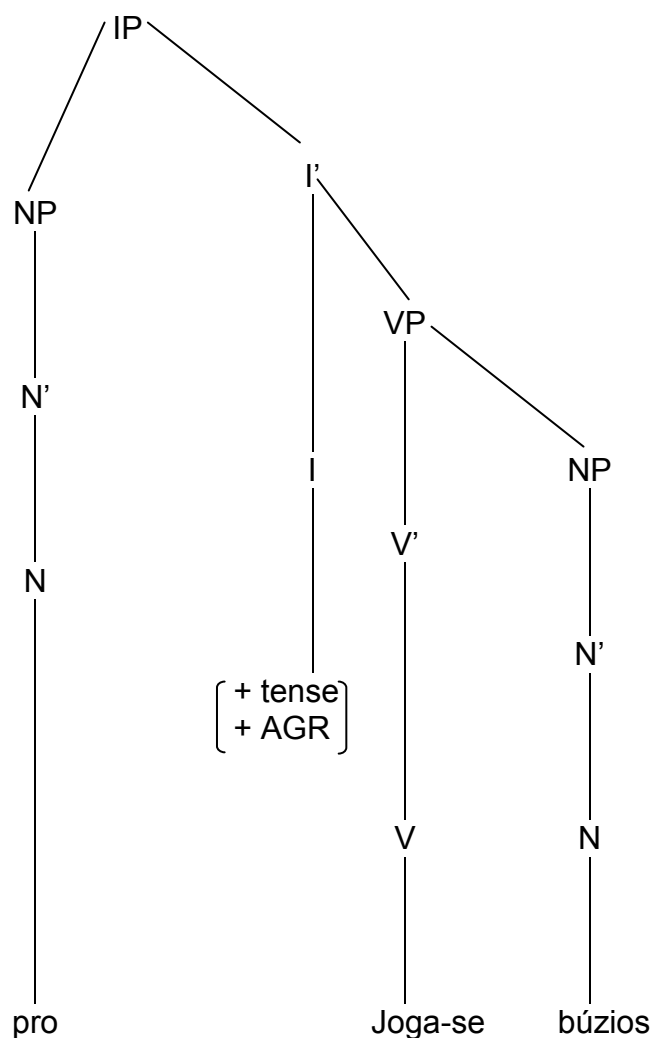
(145) i) Joga-se búzios.

Antes de construirmos as árvores para as sentenças acima, relembremos o Princípio da Projeção Estendido (EPP), que diz que toda sentença tem obrigatoriamente sujeito. Também foi dito que em línguas de *sujeito nulo*, como o português, este sujeito será representado pelo *pro*, sem matriz fonológica. Então, partindo desses lembretes, vejamos como as duas sentenças são representadas em árvores.

Estrutura-S:



Estrutura-S:



Como podemos observar, o NP, imediatamente dominado pelo IP, foi preenchido pelo *pro*, que não tem realização fonológica, porque o argumento que ele representa não está realizado fonologicamente, mas isso não significa sua inexistência argumental. Há, sim, 'alguém' que 'abate os frangos', assim como, há 'alguém' que 'joga búzios'. Também fica evidente o lugar do *SE*: parte integrante do verbo.

Encerrada esta seção sobre o *SE* como índice de indeterminação do sujeito, a seguir discutiremos o *SE* como partícula apassivadora.

3.3 O SE COMO PARTÍCULA (PRONOME!) APASSIVADORA

Como fizemos na secção anterior, aqui, também, gostaríamos de retomar algumas idéias que estão colocadas no item 1.3.3 (p. 30 a 34) deste trabalho:

- i. Sousa, falando das várias formas de construção da voz passiva, diz que a construída com o pronome *SE* se faz “pela partícula *se* e uma forma activa” (p. 31).
- ii. “Como vimos no item 1.2 (vozes verbais), a voz passiva é aquela em que o sujeito sofre a ação do verbo. Ora, para que o sujeito sofra a ação do verbo, é necessário haver um agente que pratique esta ação sobre o sujeito” (p. 32).
- iii. “Tôrres, ainda, destaca o fato de haver ambigüidade entre a passiva pronominal e a voz reflexiva” (p. 33).
- iv. Retomando uma citação de Bechara, dissemos: “Ele ainda observa que a passividade, além de ser um fato sintático, é, também, um fato semântico, que depende do significado lexical do verbo da oração” (p. 34).

Nesse ponto, temos que concordar, sim, com Bechara, de que a passividade verbal não pode ser compreendida fora da semântica do verbo²⁶⁶.

Como a própria GT afirma, podemos falar de uma voz passiva participial (passiva analítica) e de uma passiva pronominal (passiva sintética). Aqui discutiremos somente esta última, pois a primeira não é objeto de nossa pesquisa.

Sobre a passiva pronominal, Bagno afirma:

No português brasileiro, portanto, simplesmente não existem ‘passivas sintéticas’: existem, sim, orações ativas, com verbos transitivos diretos, nas quais o pronome *SE* desempenha a função de sujeito

²⁶⁶ Ver nota 257, onde apresentamos uma classificação sintático-semântica dos verbos.

(indeterminado), exatamente como a gramática normativa explica o uso do SE com verbos não-transitivos (“Aqui se vive feliz”)²⁶⁷.

Por outro lado, Haüy, ao tratar de casos particulares de passiva sintética, dá-nos o seguinte exemplo:

(151) “Operou-se nesse hospital (= foi operado)”²⁶⁸.

Para melhor analisar o exemplo (151), iremos parafraseá-lo em:

(152) João se operou nesse hospital.

A grade temática do verbo ‘operar(-se)’ é descrita assim: operar(-se): verbo [___ NP] <tema, paciente>²⁶⁹. O nosso conhecimento de mundo nos diz que se ‘João’ é o paciente (no sentido médico do termo), ele não poderá ser o cirurgião. Portanto, o agente (o cirurgião) é um ser, no mundo, diferente do paciente. Mas, o NP ‘João’ foi quem sofreu a intervenção cirúrgica realizada por um agente. Daí, seguramente, podemos dizer que com verbos de processo onde o NP sujeito é paciente (o ser que sofre o processo desencadeado pelo verbo), temos, sim, uma passiva pronominal e esta passividade é realizada por meio do pronome SE, que reporta para o NP ‘João’. Então, ‘João’ e ‘se’ são correferentes, mas não temos reflexividade porque o NP sujeito não é agente de ação verbal. Logo, a passividade da sentença vai além da equivalência: ‘operar-se’ = ‘foi operado’. O apagamento do NP agente é próprio das estruturas sintéticas. Em português, seria estranha a sentença:

(153) (?) João operou-se nesse hospital pelo Dr. Pedro.

mas, nas construções analíticas o agente pode ou não se realizar. Como em:

(154) João foi operado nesse hospital pelo Dr. Pedro.

(155) João foi operado nesse hospital.

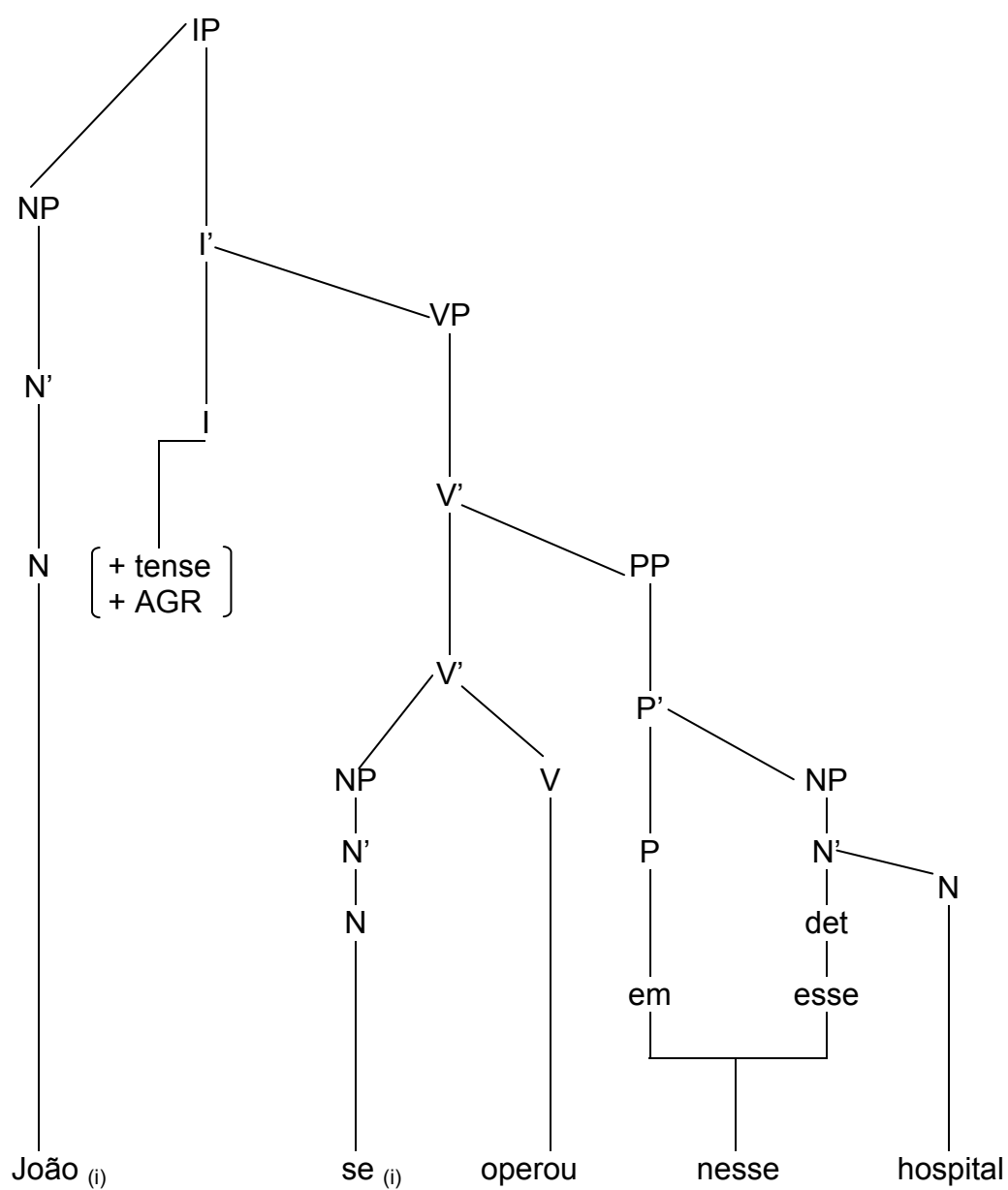
²⁶⁷ BAGNO, Marcos; GAGNÉ, Gilles; STUBBS, Michael. **Língua materna**: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002. p. 37.

²⁶⁸ HAUY, Amini Boainain. Op. cit., p. 29.

²⁶⁹ O verbo “operar(-se)” é diferente de “operar”.

Apesar do exemplo (152) ter uma estrutura morfossintática de reflexividade, não podemos dizer que temos um pronome reflexivo, mas apassivador. A reflexividade é apenas aparente, o que fica claro quando discutimos a questão à luz dos papéis temáticos dos argumentos do verbo. Vejamos a árvore de (152), aqui (152a):

(152a) Estrutura-S:



Da árvore acima, evidenciamos melhor a correferencialidade entre o NP 'João' e o NP 'se', sendo que o primeiro é dominado pelo IP, portanto, sujeito, e o segundo ocorre dentro do VP, portanto, complemento (como está dito na grade temática do verbo 'operar(-se)'); então, uma vez que 'João' e 'se' são correferenciais, o papel temático de 'João' respinga no pronome 'se'. Em construções ativas, como em

(156) O Dr. Pedro operou João nesse hospital.

em que a grade temática do verbo é: operar: verbo [___ NP (PP)] <agente, paciente, (locativo)>, onde 'João' exerce o papel temático de paciente e sintaticamente é o complemento do verbo 'operar'. Então, não podemos estranhar que o pronome 'se', do exemplo (152), seja, igualmente, o complemento do verbo 'operar(-se)'. Desse modo, no exemplo (152), temos um 'se' pronome e correferencial do sujeito (paciente) 'João'; a estrutura, aparentemente, é reflexiva, mas o verbo está na voz passiva. Portanto, ao contrário do que afirmou Bagno, em português brasileiro há, sim, passivas sintéticas.

Para melhor aprofundar essa discussão, vejamos os exemplos:

(157) A porta abriu-se.

(158) Maria sente-se infeliz

(159) O teatro situa-se nesta rua.

(160) João se arrependeu.

(161) Maria veste-se bem.

(162) João trajava-se com elegância.

Antes de qualquer análise, vejamos a grade temática dos verbos das sentenças acima:

- i. abrir(-se): verbo [___] <tema>
- ii. sentir(-se): verbo [___ AP] <experienciador>
- iii. situar(-se): verbo [___ PP] <tema, locativo>

- iv. arrepender(-se): verbo [___] <experienciador>
- v. vestir(-se): verbo [___ PP] <tema>
- vi. trajar(-se): verbo [___ PP] <tema>

Olhando para a classificação semântica dos verbos dos exemplos acima, podemos dizer que em (157) e (160) temos verbos que indicam *processo* e, em (158), (159), (161) e (162), verbos que indicam *estado*. Quanto à classificação dos argumentos na posição de sujeito, em (157), ‘a porta’ é *tema*; em (158), “Maria” é *experienciador*; em (159), ‘O teatro’ é *tema*; em (160), ‘João’ é *experienciador*; em (161), ‘Maria’ é *tema*; e, em (162), ‘João’ é *tema*. Podemos dizer, também, que o *SE* é correferencial dos NP’s na função de sujeito. Então, nesses exemplos, qual vai ser a função do *SE*? Convém observar que, em nossa pequena amostragem, não temos verbos de *ação*, nem sujeito *agente*. Daí, nessa condição – sem verbo de *ação*, sem sujeito *agente* e com *SE* correferencial ao sujeito – temos sentenças passivas com um pronome, *SE*, apassivador.

Para melhor entendermos essa questão, vejamos os seguintes exemplos:

(163) João abriu a porta.

(164) Maria sente fome.

(165) João se ajoelhou.

Como vimos, nos exemplos (152), com o verbo ‘operar(-se)’, e em (156), com o verbo ‘operar’, que a pronominalização do verbo muda-lhe a estrutura argumental, portanto, a grade temática e os papéis temáticos dos argumentos. Então, apenas para reforçar essa idéia, tomemos os exemplos (163), (164) e (165), para compará-los com os (157), (158) e (160). Primeiramente, vejamos a grade temática dos verbos:

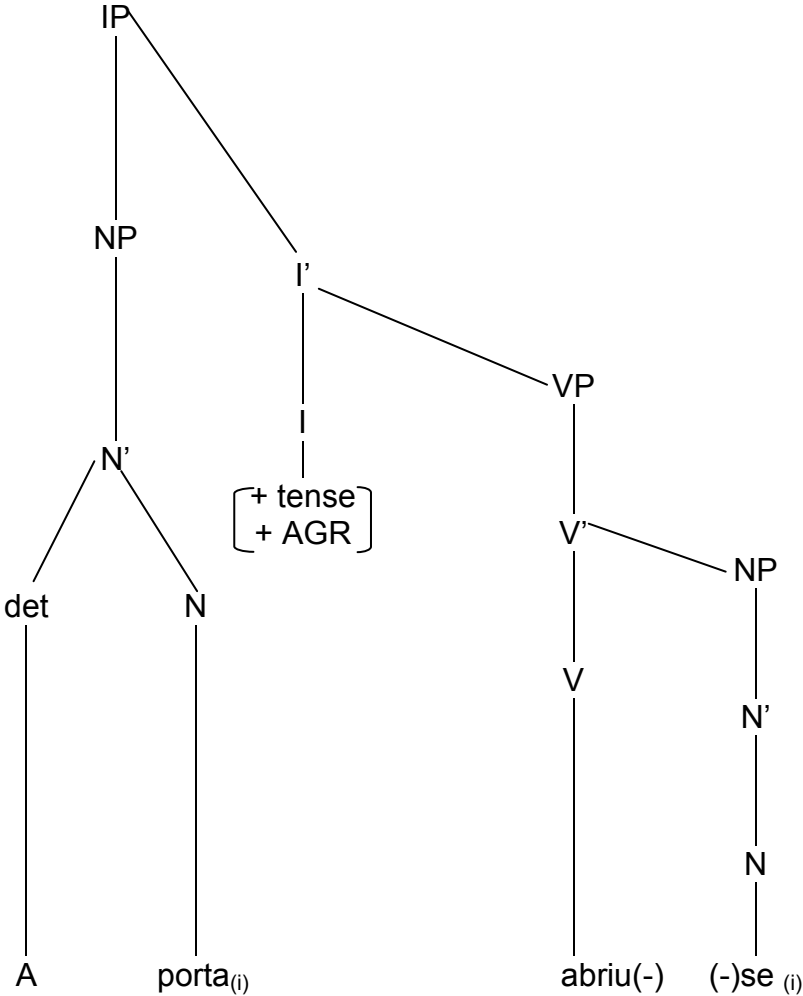
- i. abrir: verbo [___ NP] <agente, tema>
- ii. sentir: verbo [___ NP] <experienciador, tema>
- iii. ajoelhar(-se): verbo [___ NP] <agente, tema>

Assim sendo, no verbo 'abrir' temos um *agente* que desencadeia o *processo* e um *tema* que sofre este processo; no exemplo (163), 'João' é o agente e 'a porta' é o tema. Comparando (163) com (157), 'abrir(-se)', percebemos que, com a pronominalização do verbo, deu-se o apagamento do sujeito de (163), 'João', e o tema, 'a porta', ocupa essa posição, em (157), como vimos na seção sobre movimento de constituintes (2.4).

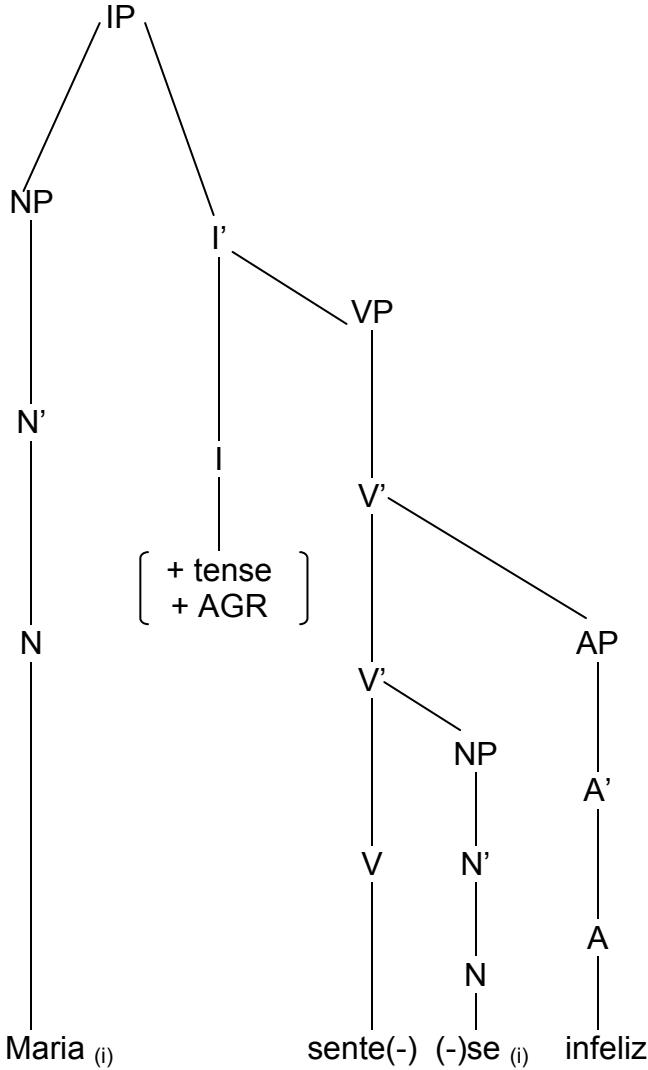
Com o verbo 'sentir', temos um *experienciador*, que sente a fome, 'Maria'; e um *tema*, a *fome*, em (164). Com a pronominalização de 'sentir', deu-se o apagamento do tema, em (158). Já com o verbo 'ajoelhar(-se)', em (165), temos um *agente* que pratica a ação-processo, 'João', e um *tema* que sofre esta ação-processo, o NP 'se', que é correferente de 'João'. O verbo 'ajoelhar-se', como vimos, é um verbo de *ação-processo*.

Ilustremos, agora, os exemplos (157), (158), (160), (163), (164) e (165), em árvores, para podermos fazer algumas inferências:

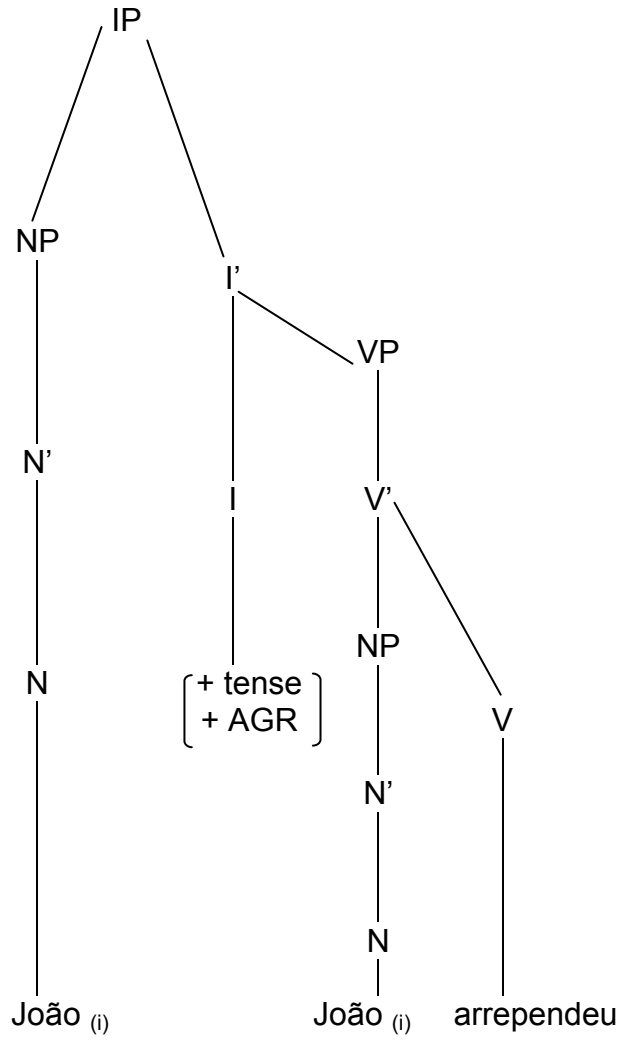
(157a) Estrutura-S:



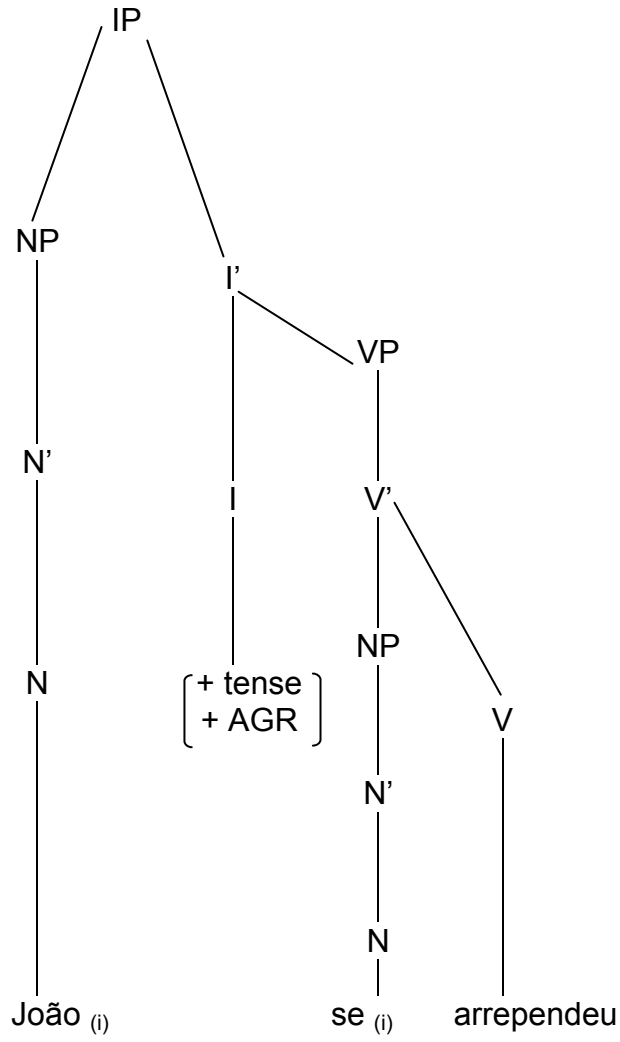
(158a) Estrutura-S:



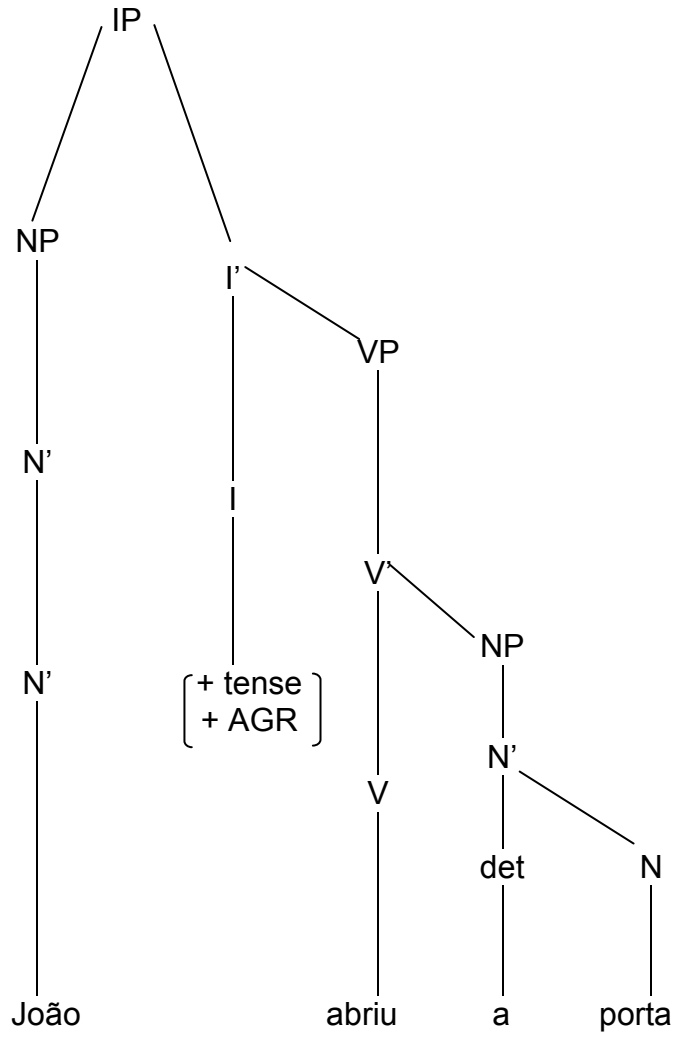
(160a) Estrutura intermediária:



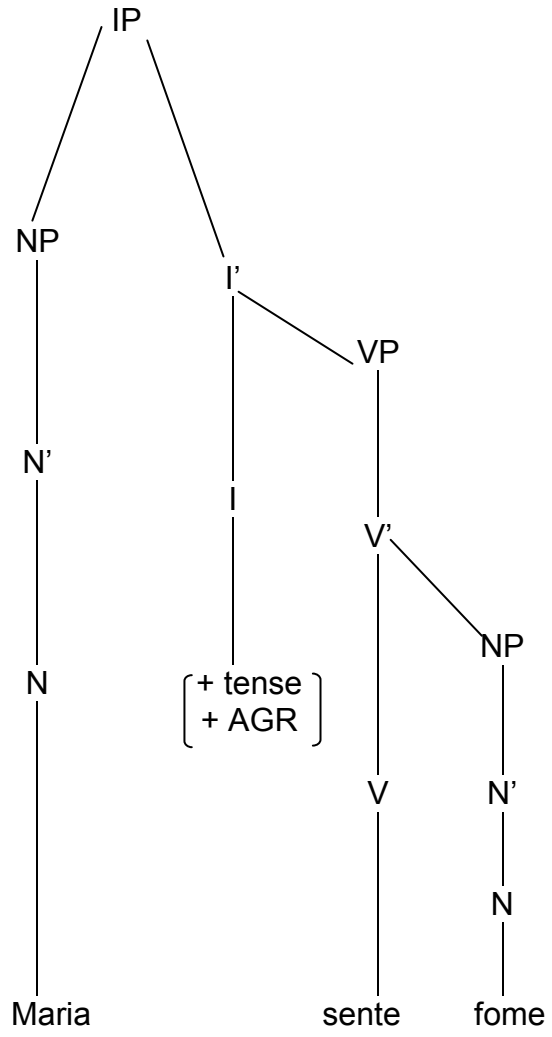
(160b) Estrutura-S:



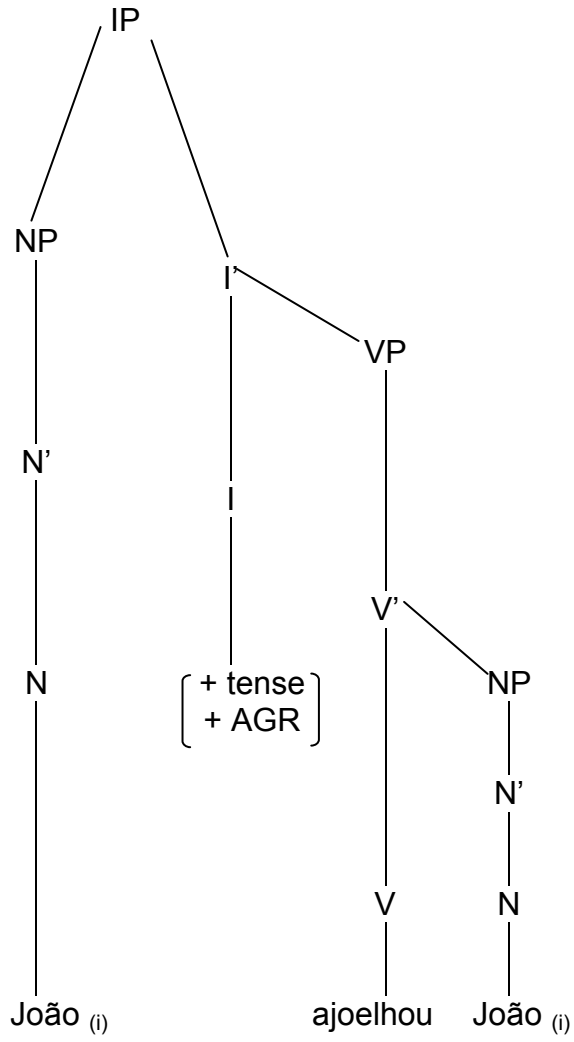
(163a) Estrutura-S:



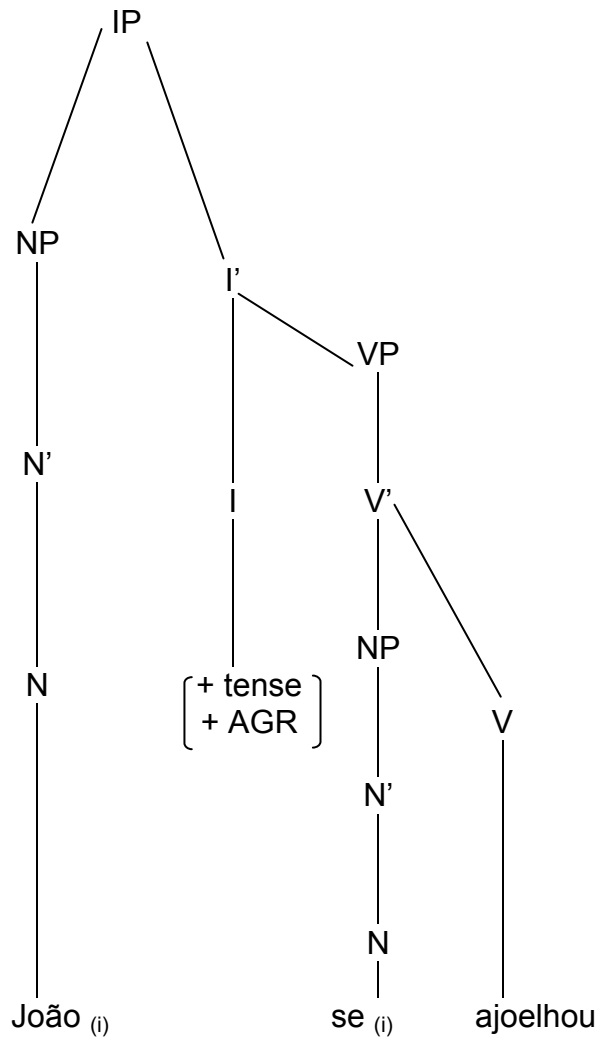
(164a) Estrutura-S:



(165a) Estrutura intermediária:



(165b) Estrutura-S:



O que podemos inferir, partindo das árvores (157a) a (165b)?

Comparando as estruturas arbóreas de (157a) e (163a), fica evidenciado o que afirmamos acima: ‘a porta’, que é o NP imediatamente dominado pelo VP, em (163a), ocupa, em (157a), o lugar do NP imediatamente dominado pelo IP, portanto, na função de sujeito, sem deixar de ser o *tema* do verbo, e o NP ‘João’, que em (163a) ocupava a posição de sujeito é apagado. O pronome ‘se’, em (157a), ocupa a posição do NP ‘a porta’, em (163a), portanto, a posição imediatamente dominada pelo VP. Daí, podemos afirmar que o verbo ‘abrir-se’ tem dois argumentos? Achemos que não. Porque a correferencialidade do NP ‘a porta’ e do pronome ‘se’, em (157a), tem por finalidade atender à subcategorização do verbo ‘abrir’ (que exige dois argumentos) do qual, podemos dizer, deriva-se o verbo pronominalizado ‘abrir-se’, e esta pronominalização tem por finalidade realizar a apassivação. E isso não transgride nenhum dos princípios do *critério- θ* , os dois princípios estão aqui atendidos, cada argumento recebe apenas um papel temático. O critério- θ não diz que os argumentos não podem ser correferentes.

Comparando, agora, as estruturas (158a) e (164a), podemos dizer que, nas duas sentenças, tanto o verbo ‘sentir-se’ quanto o verbo ‘sentir’ são verbos de *estado*. Só que, em (164a), o verbo pede um complemento imediatamente dominado pelo verbo para que a sentença esteja sintática e semanticamente bem-formada. Já, em (158a), o NP imediatamente dominado pelo VP é preenchido com o pronome ‘se’, correferencial do sujeito ‘Maria’ que, nas duas sentenças, é o *experenciador*, em (158a) da ‘infelicidade’ (um AP), e em (164a), da ‘fome’. Portanto, a presença do ‘se’, em (158a), tem a finalidade de atender a subcategorização do verbo ‘sentir’ (que pede um NP imediatamente dominado pelo VP) – do qual se deriva o verbo ‘sentir-se’, em (164a) – para apassivá-lo.

Fazendo a comparação entre as estruturas (160b) e (165b), como já dissemos, em (160b) temos um verbo que indica *processo* e o NP, ‘João’, imediatamente dominado pelo IP, é o *experenciador* do processo desencadeado pelo verbo. Já em (165b), temos um verbo de *ação-processo* e o NP, ‘João’, imediatamente dominado pelo IP, é um *agente* que pratica uma ação que resulta

em uma mudança de posição do *tema*, o próprio 'João', representado pelo NP 'se' (que ocupou a posição de 'João', na estrutura intermediária), imediatamente dominado pelo VP. Então, para diferenciarmos bem as duas sentenças, podemos dizer que em 'João se arrependeu', 'João' apenas *experimenta* um processo de *arrependimento* que se passa com ele próprio; daí a necessidade do pronome 'se', para apassivá-lo. Em 'João se ajoelhou', temos um verbo de ação-processo, em que 'João' é um sujeito *agente* que leva a efeito uma ação-processo que afeta a ele próprio, que também é o *tema*. Assim sendo, em (165), 'João' é agente e, também, tema na mesma sentença, daí a presença do pronome 'se'. Mas será que podemos dizer que, apesar das estruturas morfossintáticas serem idênticas, o pronome 'se' exerce a mesma função nas duas sentenças? Parece-nos que não. Em (160b), temos uma estrutura passiva e em (165a), uma estrutura reflexiva (que discutiremos na próxima seção).

Finalizando nossa discussão, talvez possamos estabelecer alguns princípios que, de fato, são necessários para que haja apassivação:

- i. O verbo da voz passiva pronominal não pode ser verbo de *ação*, mas de *processo*, *ação-processo* e *estado*.
- ii. Nosso segundo princípio decorre do primeiro. Se o verbo não pode ser de *ação*, claro que o *sujeito* não pode ser *agente*.
- iii. Na passiva sintética, o pronome 'se' é sempre correferencial do NP sujeito da sentença.

A seguir, trataremos da terceira e última função do *SE*, objeto de nossa pesquisa, o *SE* como pronome reflexivo.

3.4 O SE COMO PRONOME REFLEXIVO

Como fizemos nas duas últimas secções, aqui, também, retomaremos algumas afirmações feitas anteriormente, neste trabalho:

- i. “O processo evolutivo do pronome *SE*, de reflexivo a passivo e de passivo a indeterminador do sujeito, na visão de Monteiro, é resultado de uma reanálise deste pronome” (p. 24).
- ii. Ribeiro, falando sobre o *SE* reflexivo, diz: “[...] a fôrma da terceira pessoa pronominal denomina-se pessoa reflexiva, que é a que ocorre no discurso indicando relação de identidade com o sujeito. Esta pessoa é determinada pelos acusativos das duas primeiras pessoas, me, te e por uma fôrma se” (p. 34-35).
- iii. “Cardoso diz que o *SE* reflexivo é complemento ‘direto’ ou ‘terminativo’: “Ora, se o *se*, indefinido, é o *sui, sibi, se* dos latinos, isto é, se não tem caso recto, se não pode ser nominativo, *tollitur questio*, porque se reflexivo, concordam os adversários, é complemento directo ou terminativo” (p. 35).
- iv. “Do exposto por Said Ali, podemos inferir que a reflexividade se faz a partir dos pronomes ditos reflexivos; a noção de que há reflexividade quando o sujeito pratica a ação sobre si mesmo é relativa” (p. 36).
- v. “... ‘reflexiva’ é toda frase em que o sujeito e o objeto são ‘idênticos” (p. 37).
- vi. Em uma citação de Bechara, ele afirma: “A reflexividade consiste, na essência, na “inversão (ou negação) da transitividade da ação verbal”. Em outras palavras, significa que a ação denotada pelo verbo não passa a outra pessoa, mas reverte-se à pessoa do próprio sujeito (ele é, ao mesmo tempo, agente e paciente)” (p. 38).

Talvez por ser a função mais genuína do *SE*, pois, historicamente, ele é reflexivo, encontramos na GT um ponto comum entre os gramáticos: é reflexiva a

voz, que, partindo de um sujeito agente, retorna a ele próprio, sem transitar para um complemento diferente do próprio sujeito. No entanto, isso não significa a inexistência de problemas que, para nós, ficam melhor resolvidos à luz dos papéis temáticos e da semântica do verbo, apesar da definição contrária de Macambira, que diz: “O aspecto semântico, presente na definição de voz, é secundário, puramente nomenclatório”²⁷⁰.

Para melhor refletirmos sobre o pronome *SE* reflexivo, tomemos os exemplos abaixo:

(166) João se ajoelhou.

(167) Maria se matou.

(168) Pedro se olha no espelho.

(169) Os trabalhadores manifestaram-se contra o projeto.

(170) Romeu e Julieta se suicidaram.

(171) João e Maria se beijaram.

(172) Meu amigo zangou-se com o vizinho.

Aqui, retomamos o exemplo (165), como (166), e dissemos que o verbo ‘ajoelhar-se’ é um verbo de ação-processo, mas esta ação-processo não transita para um outro ser. ‘João’ é o *agente* e o *tema* (porque é o ser que segue o movimento) da ação-processo contida no verbo. Além do mais, ‘João’ é o agente da ação-processo. Daí, o pronome *SE* ser reflexivo.

Para discutirmos os exemplos (167)-(172), vejamos a grade temática dos verbos contidos nesses exemplos:

- i. matar(-se): verbo [___ NP] <agente, paciente>
- ii. olhar(-se): verbo [___ NP, PP] <agente, paciente, locativo>
- iii. manifestar(-se): verbo [___ NP, PP] <agente, paciente, objetivo>
- iv. suicidar-se: verbo [___ NP] <agente, paciente>

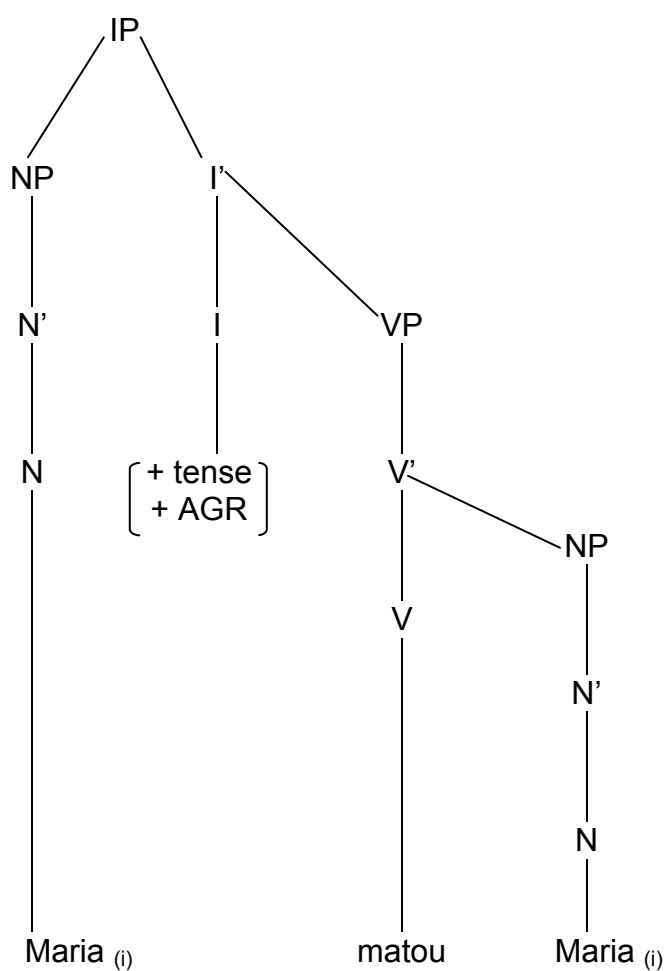
²⁷⁰ MACAMBIRA, José R. **Estrutura do vernáculo**. Op. cit., p. 127.

v. beijar(-se): verbo [___ NP] <agente, paciente>

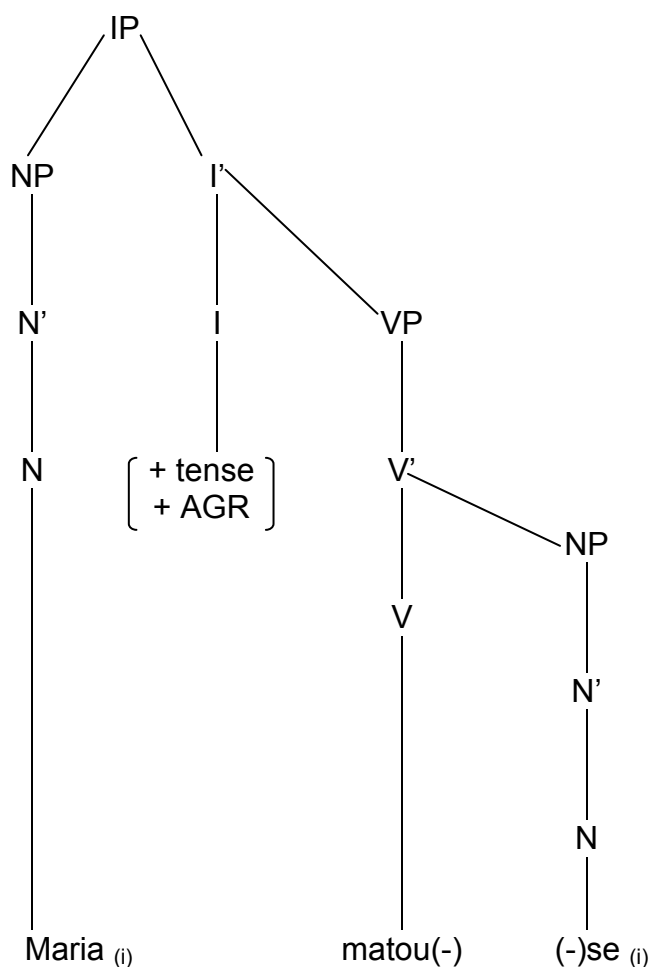
vi. zangar(-se): verbo [___ NP(PP)] <experienciador, tema, objetivo>

Dada a grade temática dos verbos, para comentar cada um dos exemplos, partiremos do esquema arbóreo das sentenças.

(167a) Estrutura intermediária:



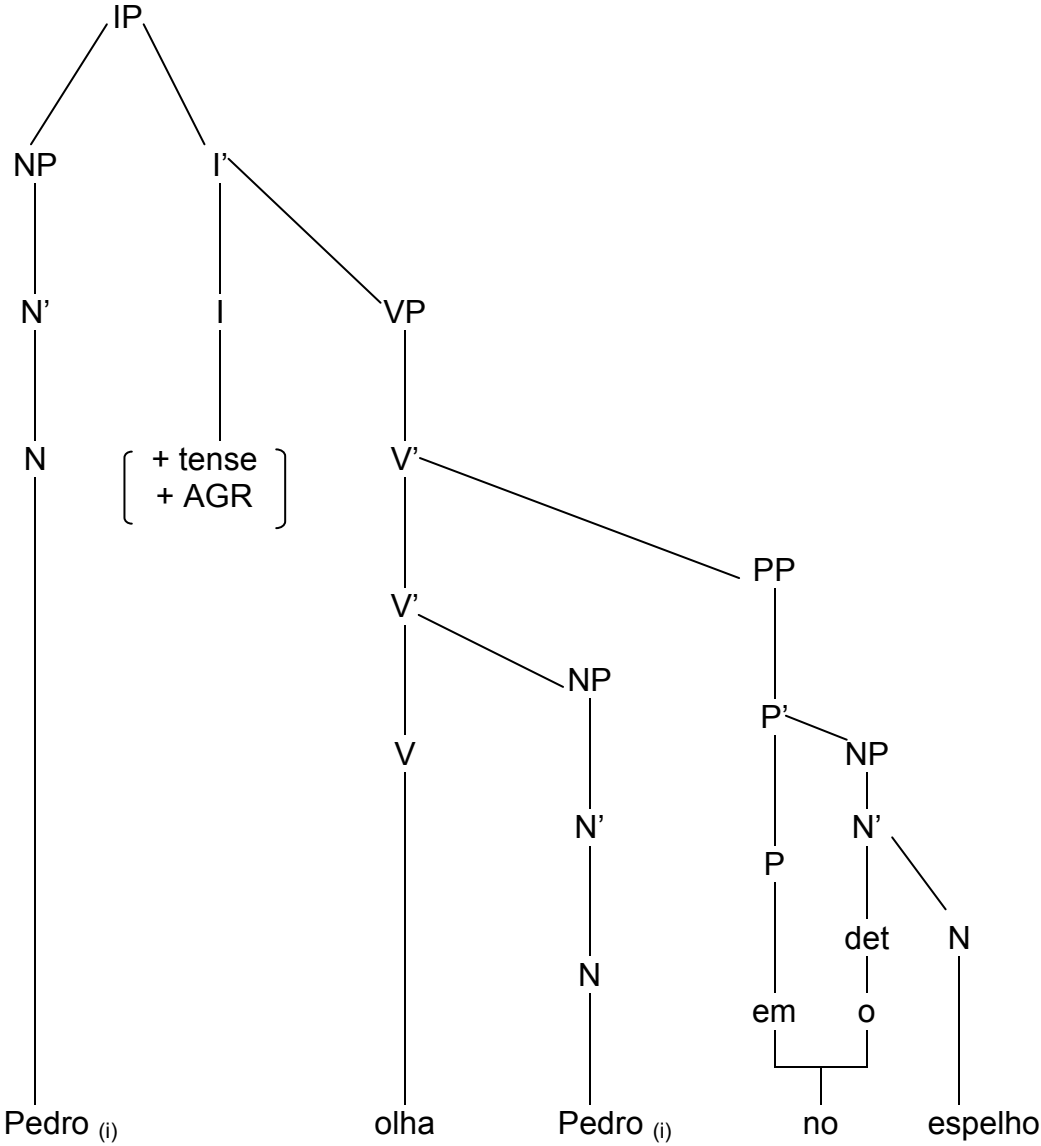
(167b) Estrutura-S:



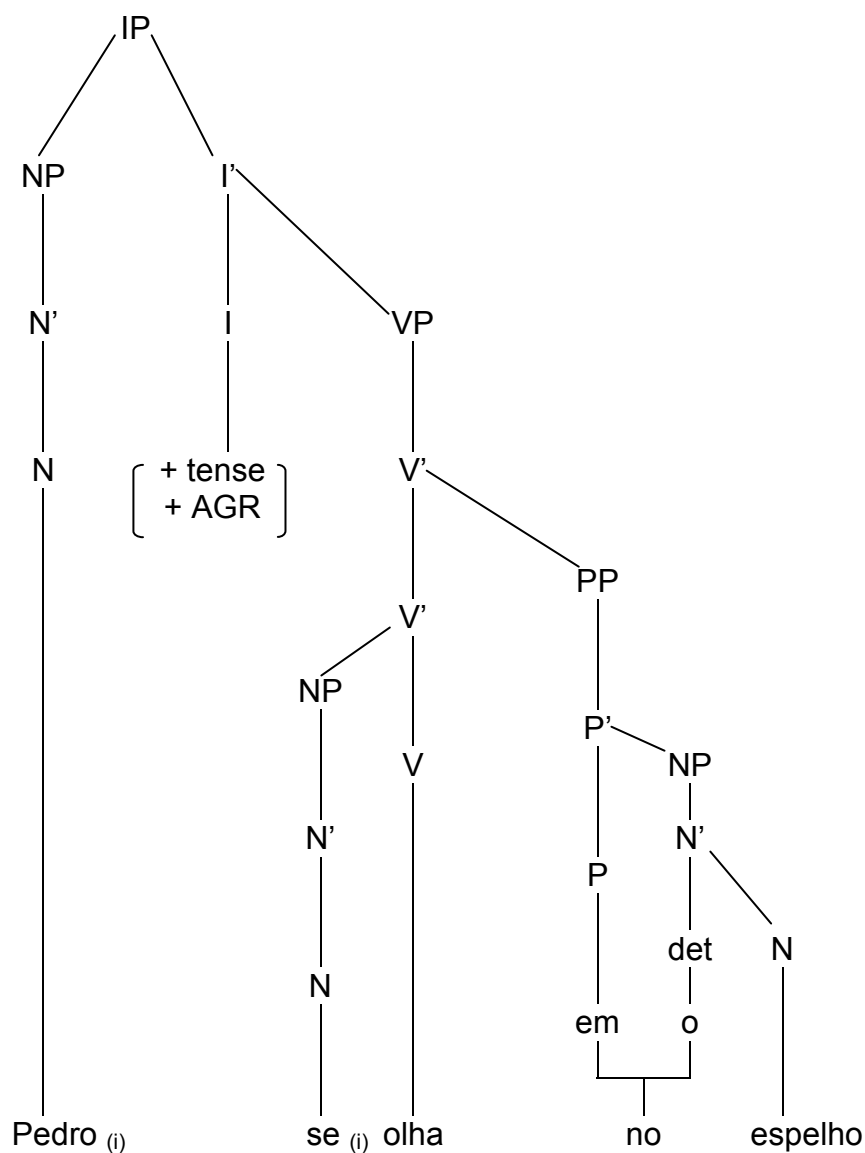
Como podemos observar, partindo da grade temática do verbo ‘matar(-se)’, que exige um NP como complemento, e os papéis temáticos de ‘agente’ e ‘paciente’, o NP, ‘Maria’, imediatamente dominado pelo VP, na função de complemento, na estrutura intermediária, e o NP, ‘Maria’, imediatamente dominado pelo IP, são o mesmo ser no mundo. Então, na passagem para a estrutura-S, o NP, na função de complemento, é apagado e substituído pelo pronome *SE*, correferente do sujeito agente ‘Maria’. Sem dúvida alguma, nessa situação, há reflexividade, pois a ação-processo desencadeada pelo sujeito afetou um complemento que é o próprio sujeito, isto é, seu correferente.

Tomemos, agora, o exemplo (168).

(168a) Estrutura intermediária:



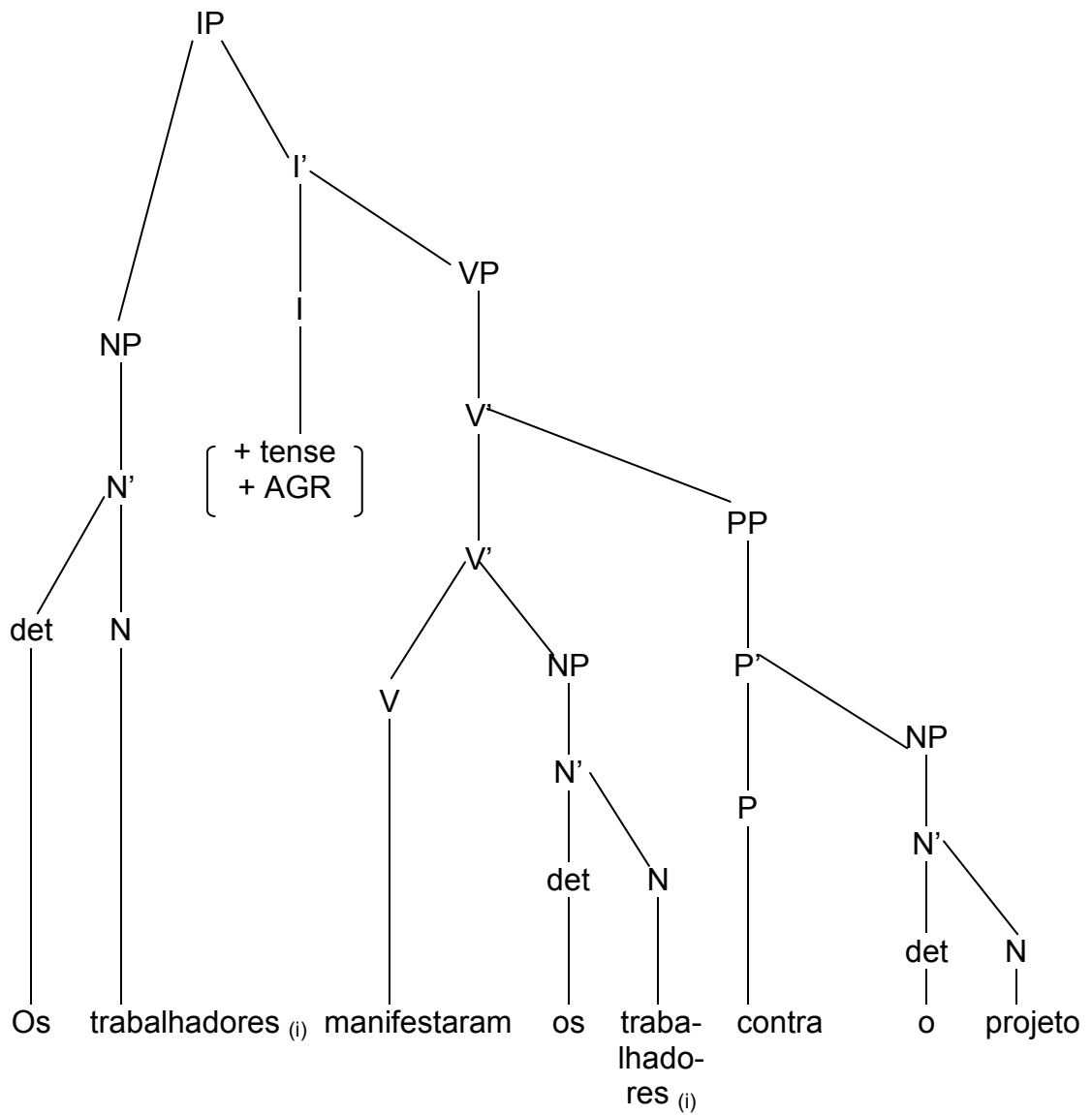
(168b) Estrutura-S:



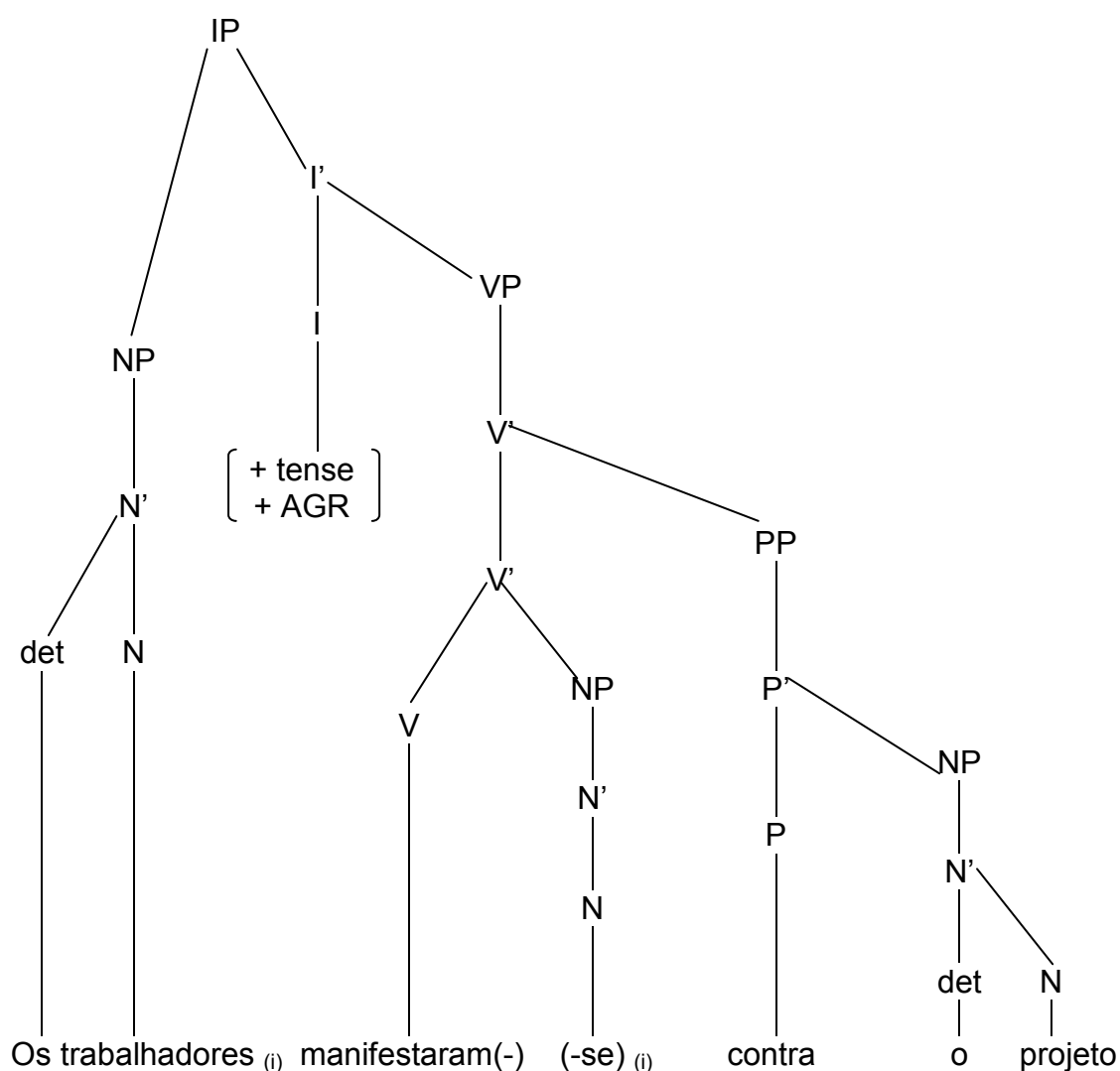
A grade temática do verbo 'olhar(-se)' indica que há um argumento *agente*, outro *paciente* e um *locativo*. Comparando as estruturas intermediária e 'S', fica claro que 'Pedro' é o agente e o paciente da ação verbal. É ele que é 'olhado' (ou 'visto'). Assim sendo, podemos afirmar, sem problema algum, que o pronome *SE* é reflexivo.

Analisemos, então, partindo do esquema arbóreo, o exemplo (169).

(169a) Estrutura intermediária:



(169b) Estrutura-S:



Olhando a grade temática do verbo 'manifestar(-se)', encontramos três argumentos: agente, paciente e objetivo. Podemos, então, dizer que a relação entre o *agente* e o *paciente*, que são correferentes, é de reflexividade, pois os 'trabalhadores' são, ao mesmo tempo, 'sujeito' e 'complemento' do verbo. Portanto, não há dificuldade em se afirmar que o *SE* é um pronome reflexivo.

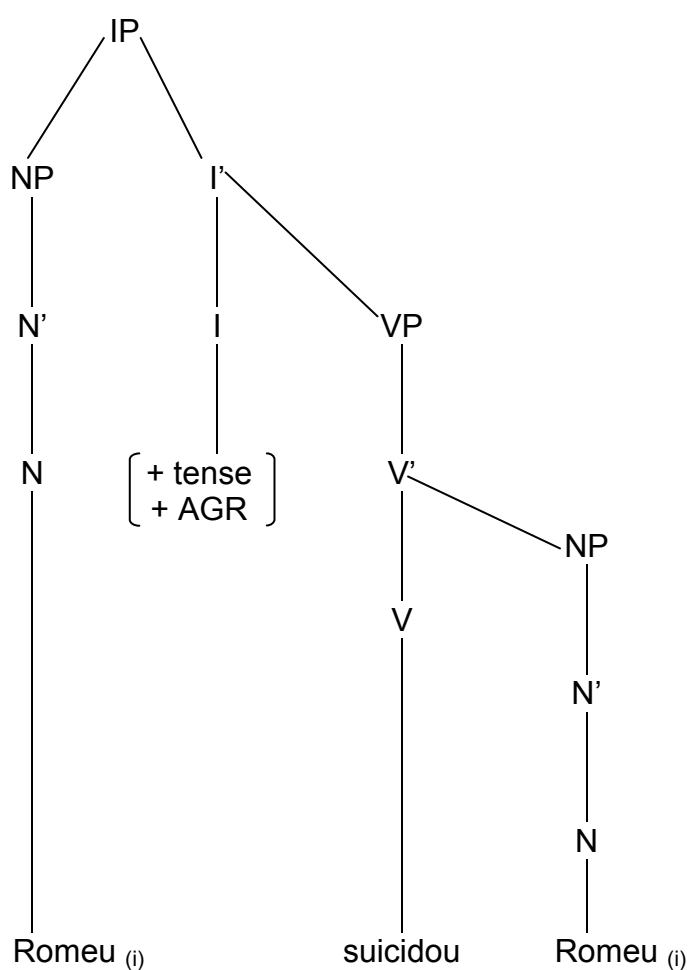
Os exemplos vistos, até aqui, não colocam grandes problemas para a sua análise. A reflexividade está patente e é aceita, sem maiores questionamentos, tanto pela GT, como por uma análise lingüística mais consistente.

Vejam, agora, alguns exemplos que, em nosso modo de ver, exigem uma melhor explicação. No exemplo (170), temos o verbo 'suicidar-se'; quanto a sua reflexividade, não há o que questionarmos, inclusive, talvez, possamos dizer que na própria etimologia da palavra essa idéia já esteja contida. Nada nos impede de dizer que, nesse verbo (suicidar-se), o 'sui' seja o pronome latino reflexivo *sui, sibi, se* e ['-cida'], o radical latino que significa 'que mata'. Logo, 'suicidar-se' é 'o que mata a si próprio'. Então, partindo disto, o exemplo

(170) Romeu e Julieta se suicidaram.

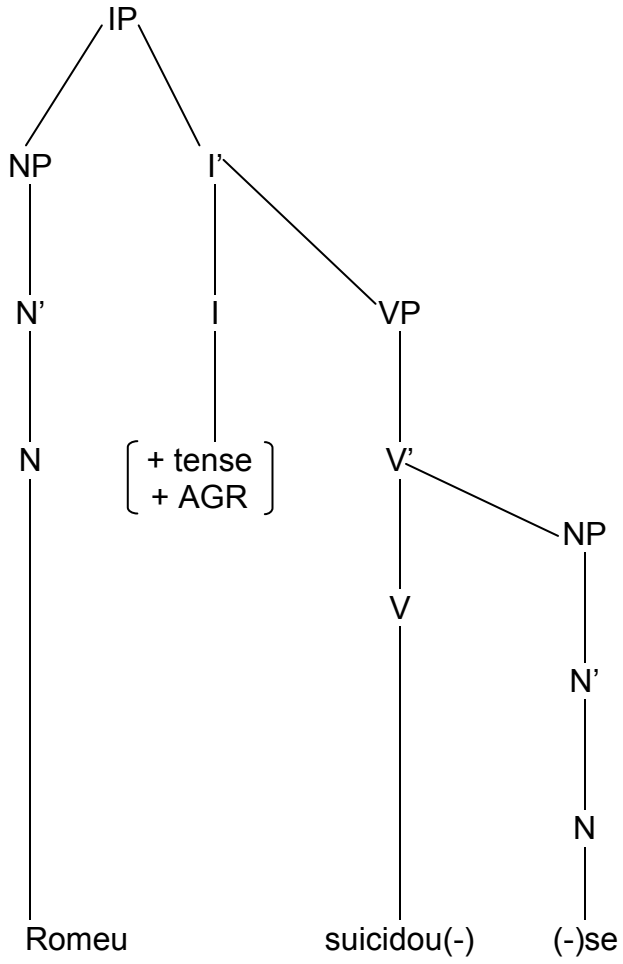
requer uma maior reflexão. Quando dizemos 'Romeu e Julieta se suicidaram', dizemos que 'Romeu suicidou-se' e que 'Julieta suicidou-se', também. Mas cada um praticando a ação verbal sobre si mesmo. Assim, o exemplo (170) parece ser a somatória das orações (170a) e (170b).

(170a) Estrutura intermediária:

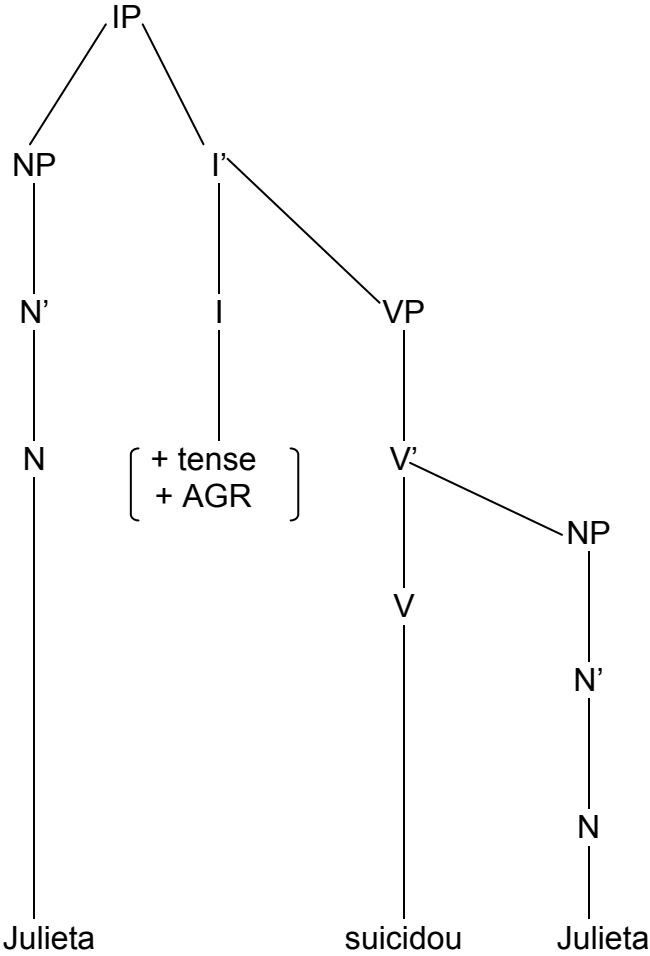


que vai nos dar:

(170a) Estrutura-S:

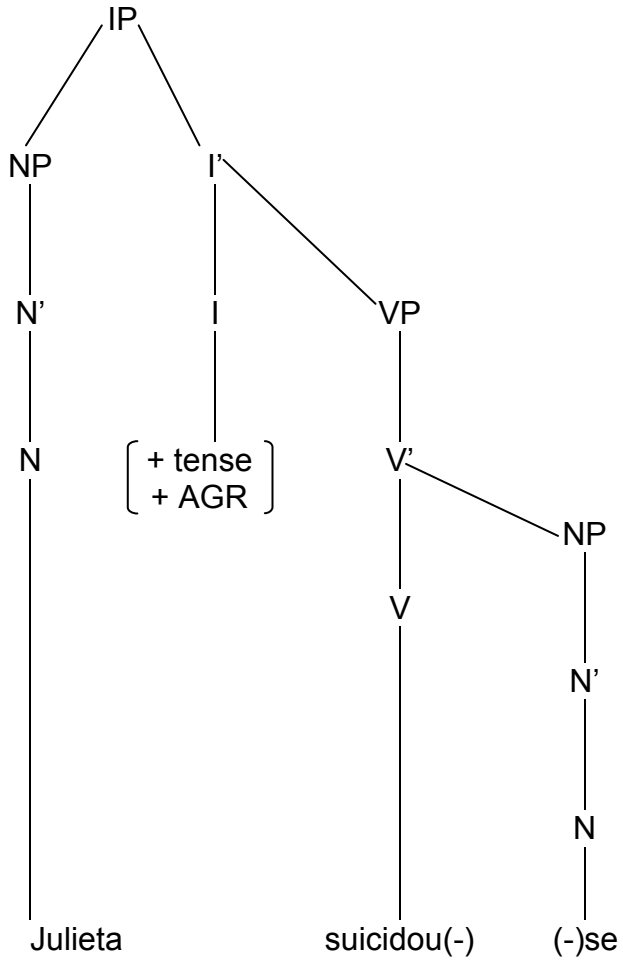


(170b) Estrutura intermediária:



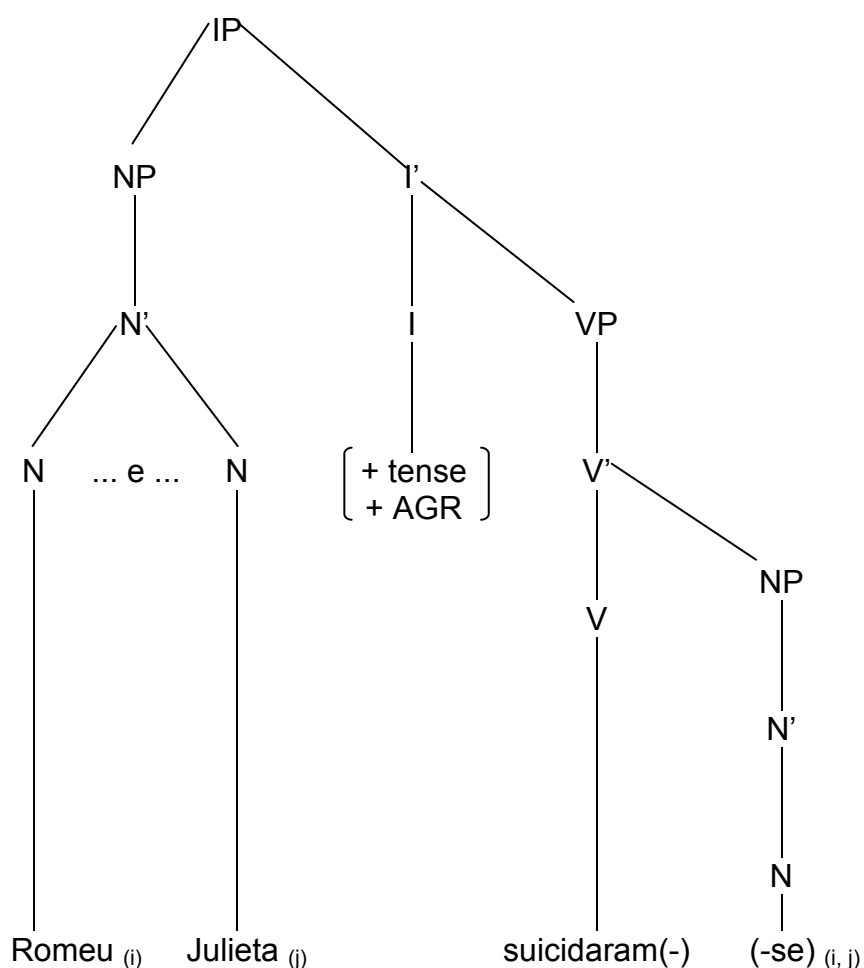
que vai nos dar:

(170b) Estrutura-S:



Desse modo, o exemplo (170) será assim representado:

(170) Estrutura-S:



Assim, fica evidente a somatória das sentenças (170a) e (170b) pelo apagamento de um dos constituintes idênticos ('suicidou-se') e a acomodação de concordância (+ AGR). Logo, o pronome *SE* é reflexivo porque cada um dos agentes que praticou a ação, também a recebeu.

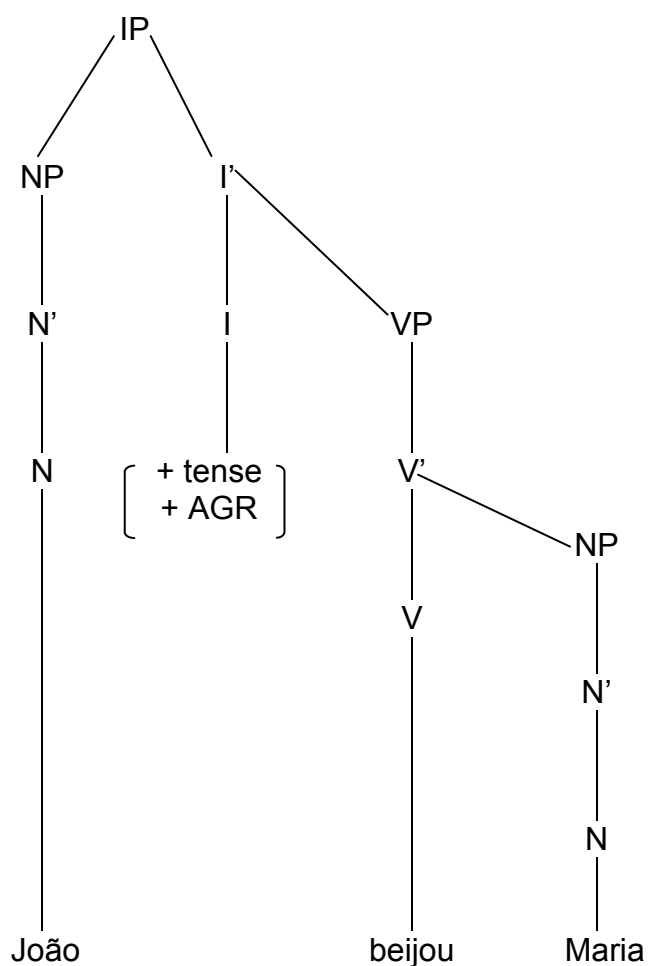
Vendo, agora, o exemplo

(171) João e Maria se beijaram.

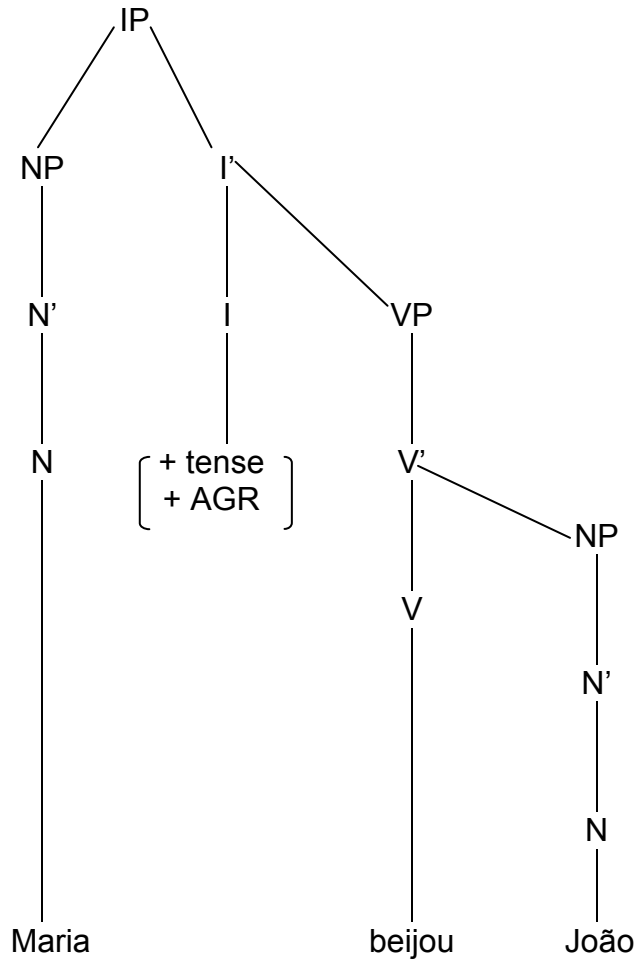
o nosso conhecimento de mundo nos diz que quando falamos 'alguém_(i) beijou alguém_(j)', estamos dizendo 'alguém praticou o ato de beijar outra pessoa e que, por sua vez, esta pessoa também beijou a outra', ou seja, 'alguém' é *agente* do

ato de beijar e é, também, *paciente* deste ato. Só que há um detalhe: ninguém ‘beija’ a si mesmo. O ato de ‘beijar’ envolve sempre dois agentes e dois pacientes, cada um, a seu tempo, praticando (dando) e recebendo ‘beijos’. Uma outra coisa, quando dizemos ‘João e Maria se beijaram’, entendemos que foi um beijo na boca. Então, como devemos entender a reflexividade do pronome ‘se’, nesse exemplo? A GT vai falar de ‘voz reflexiva recíproca’. Podemos aceitar, sem maiores questionamentos esta explicação? Para melhor nos situarmos, vejamos os esquemas arbóreos do exemplo em discussão. Será que podemos dizer que (171) é a somatória de (171a) e (171b)?

(171a) Estrutura-S:

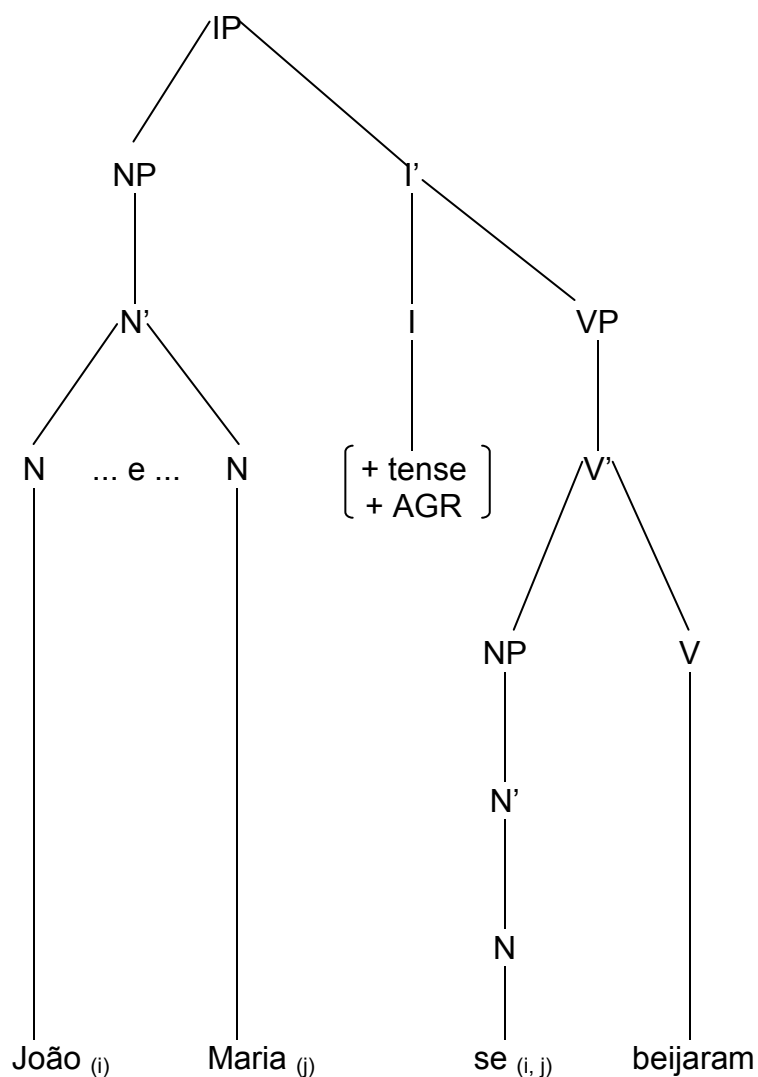


(171b) Estrutura-S:



Para que as estruturas (171a) e (171b) dêem (171),

(171) Estrutura-S:



precisamos fazer algumas considerações:

- i. Embora a grade temática de 'beijar(-se)' seja igual a de 'matar(-se)' e de 'suicidar-se', há uma diferença no tipo de ação dos dois últimos verbos que difere do primeiro, ou seja, 'alguém pode matar-se a si mesmo' e 'alguém sempre suicida a si mesmo', mas 'ninguém beija a si mesmo'. Tanto é assim que, nas pessoas do singular, sem problema algum, dizemos 'eu me mato', 'tu te matas' e 'ele se mata'; 'eu me suicido', 'tu te suicidas' e 'ele se suicida', mas é, pelo menos,

estranho, dizer ‘eu me beijo’, ‘tu te beijas’ e ‘ele se beija’, a não ser que digamos ‘eu me beijo com ...’, ‘tu te beijas com ...’ e ‘ele se beija com...’, que nada mais é do que a inserção do paciente na ação de ‘beijar’.

- ii. O próprio conceito de reflexividade diz que a ação não transita do sujeito para um complemento diferente do próprio sujeito. Daí, entendermos que o agente e o paciente sejam a mesma pessoa (a que pratica e a que recebe a ação praticada). E parece que não acontece isso com o verbo ‘beijar’, porque a ação praticada pelo agente é recebida pelo paciente, que, por sua vez, se torna agente para o paciente que era agente. Assim sendo, temos, sim, duas orações ativas, (171a) e (171b), que se coordenam para formar (171).

Então, em (171), temos uma sentença na voz reflexiva? Apesar das considerações, parece que sim.

Na sentença (171a), ‘João’ é agente e ‘Maria’ é paciente. Em (171b), ‘Maria’ é agente e ‘João’ paciente. Então, temos duas sentenças na voz ativa. E quando coordenamos as duas, tanto ‘João’, como ‘Maria’ continuam com os seus papéis temáticos de *agente* e *paciente*, simultaneamente.

Partindo disso, então, qual seria a função do pronome *SE*? Para respondermos a essa questão, será que poderíamos parafrasear (171) em ‘João foi beijado por Maria’ e ‘Maria foi beijada por João’? Com toda certeza. Na paráfrase, temos um caso de apassivação, uma vez que o verbo ‘beijar’ exige dois argumentos: um agente e outro paciente, condição para que se realize a apassivação. Por outro lado, não podemos esquecer que o exemplo (170) não pode ser parafraseado em ‘Romeu e Julieta foram suicidados por Romeu e Julieta’. Nem o exemplo (167), também: seria, no mínimo, estranho, dizer ‘Maria foi morta por Maria’. Por que isso acontece? Como vimos há pouco, os verbos que permitem ação recíproca exigem a inserção de um paciente diferente do agente, mas que praticam um sobre o outro a mesma ação. Enquanto que nos verbos que não são assim (recíprocos), o paciente e o agente são o mesmo ser no mundo.

Feitas essas observações, retomemos nossa questão inicial: qual seria a função do *SE* em ‘João e Maria se beijaram’? Partindo da estrutura-S de (171), fica claro que o *SE* é correferente dos sujeitos e tem a função de fazer a ação recair sobre os sujeitos que a praticaram. Daí, ser um caso de reflexividade, só que recíproca.

Antes de analisarmos o exemplo (172), que Macambira considera como voz média²⁷¹, daremos uma rápida palavra sobre essa questão²⁷².

O termo ‘voz média’ tem tido um largo alcance de aplicações na literatura lingüística deste século. Algumas vezes ela denota uma categoria formal [...], mantendo seu uso original em referência a uma categoria flexional do verbo no grego clássico. Em outros casos ela é puramente semântica [...] indicando que ‘a ação’ ou ‘estado’ afeta o sujeito do verbo ou seus participantes²⁷³.

Sobre essa mesma questão, Macambira diz:

[...] o sujeito não é propriamente o agente do processo, mas atua como tal de certa maneira; não é propriamente o paciente, mas sofre de certa maneira o efeito do processo verbal. A denominação *média* é muito significativa: não é ativa nem passiva; está no meio, situada entre as duas²⁷⁴.

Partindo da citação de Macambira, onde ele diz que ‘o sujeito não é propriamente o agente do processo [...] nem é propriamente o paciente’, queremos contrapor um exemplo apresentado por Kemmer para questionar a voz média:

(173) Eu lavo minhas mãos²⁷⁵.

²⁷¹ Ibid., p. 135-137.

²⁷² Não discutimos a ‘voz média’ porque ela não chega a ser um caso de reflexividade, nem de passividade, mas de ‘vozes verbais’, que não é objeto de nossa pesquisa. Além do mais, ela pode ser construída sem o *SE*.

²⁷³ “The term ‘middle voice’ has had a wide range of applications in the linguistic literature of this century. Sometimes it denotes a formal category [...], in keeping with its original use in referring to an inflectional category of the Classical Greek verb. In other cases it is purely semantic [...] indicating that ‘the action’ or ‘state’ affects the subject of the verb or his interests’ (KEMMER, Suzanne. **The middle voice**. Philadelphia: John Benjamins, 1993. p. 1).

²⁷⁴ MACAMBIRA, José R. **Estrutura do vernáculo**. Op. cit., p. 135.

²⁷⁵ “I wash my hands” (Cf. KEMMER, Suzanne. Op. cit., p. 1).

Sem dúvida alguma, nesta oração, o sujeito é, sim, o agente e o paciente da ação verbal, porque ele (sujeito) lavou 'suas próprias mãos'. Então, podemos dizer que, em (173), temos um caso de reflexividade? Parece que não. Uma vez que em português essa voz se constrói com o pronome se (ou 'a si próprio'). Além do mais, é mal-formada a paráfrase '* Eu lavo a mim mesmo minhas mãos' (ou pelo menos redundante).

Feitas essas breves observações, tomemos o exemplo

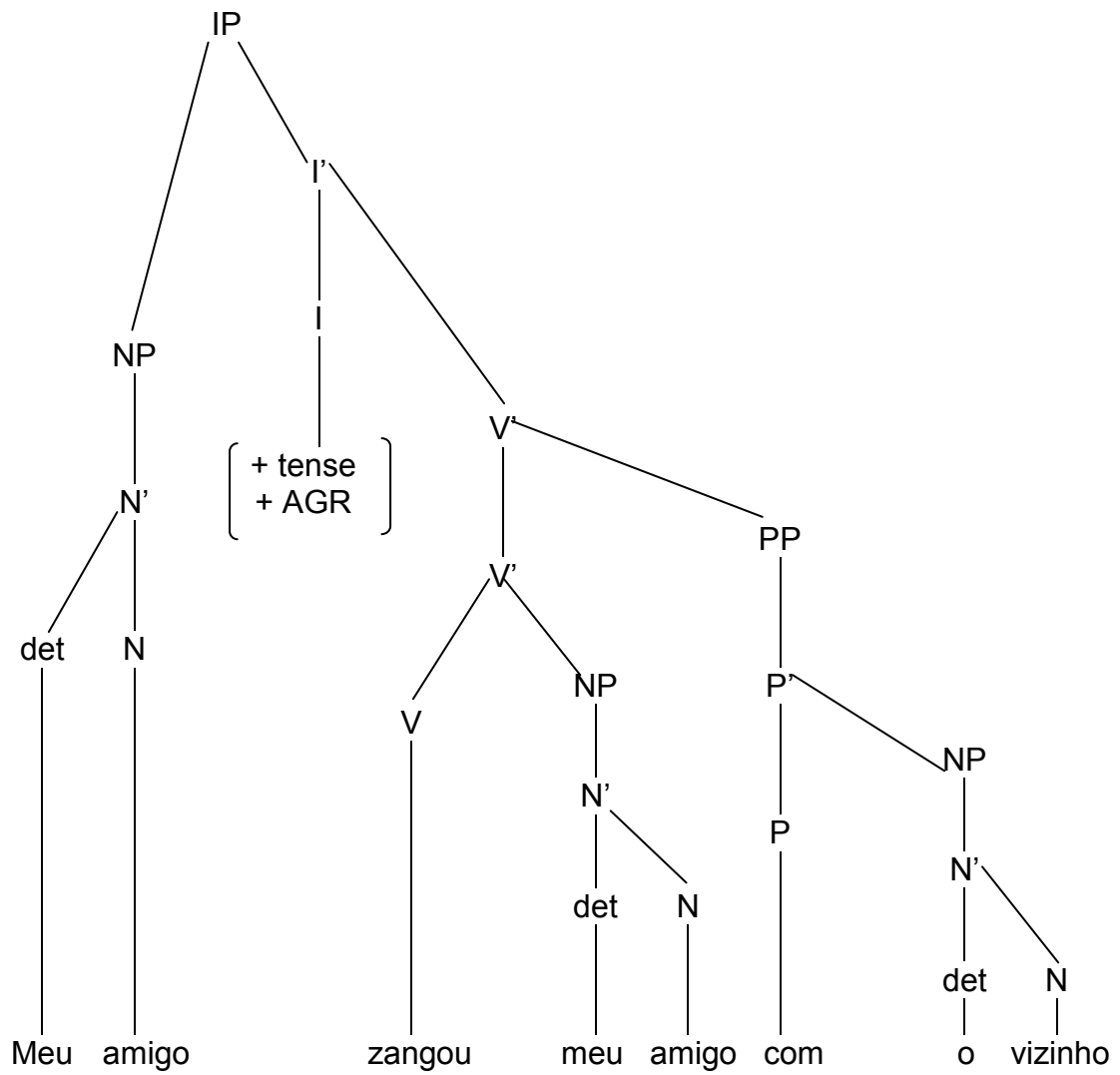
(172) Meu amigo zangou-se com o vizinho²⁷⁶.

Da grade temática do verbo 'zangar(-se)', fica claro que não há *agente* nem *paciente*, mas um *experienciador* ('meu amigo'), um *tema* ('meu amigo' = se) e *objetivo* (o vizinho). Esses são os argumentos do verbo 'zangar(-se)'.

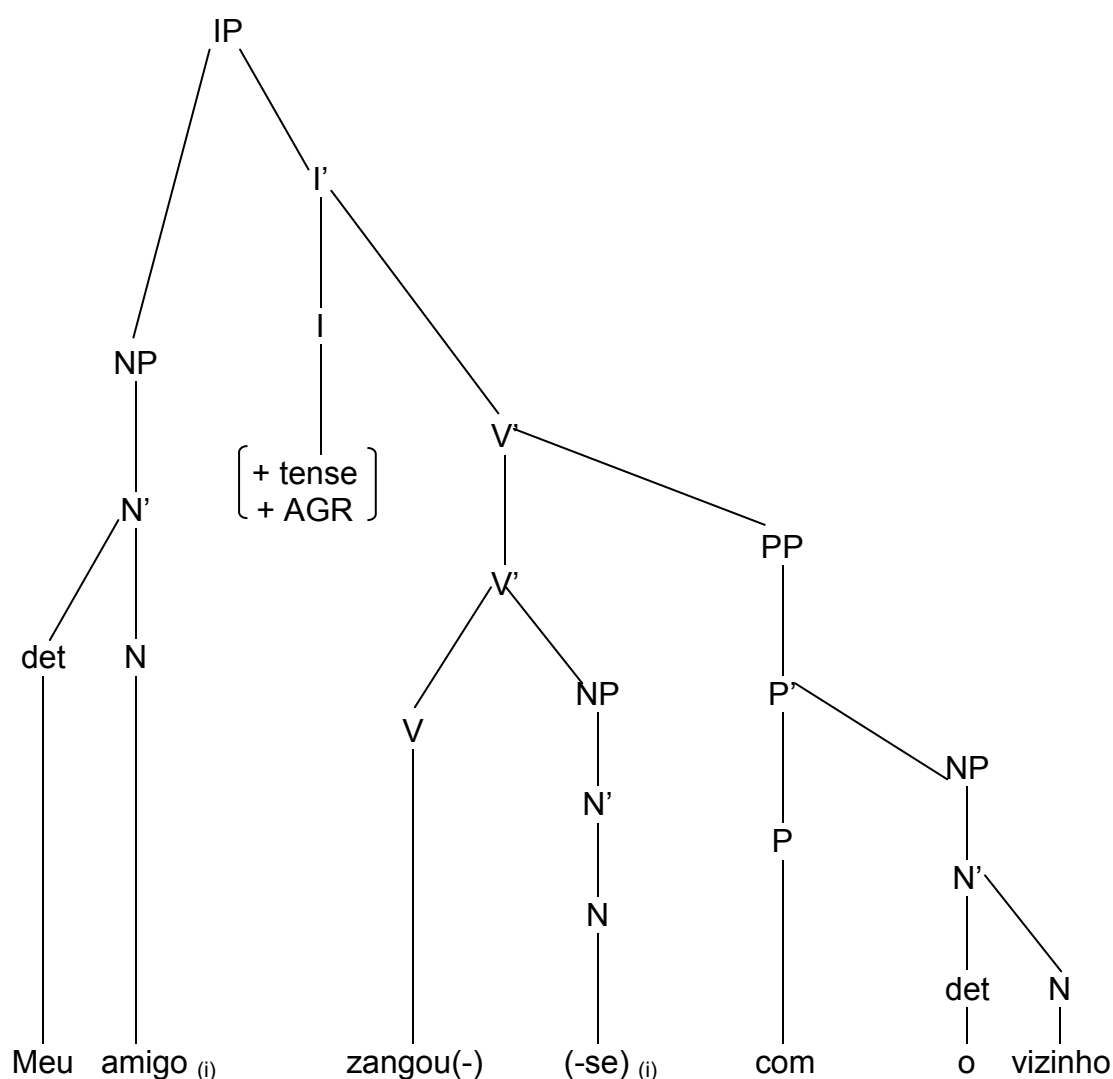
Para confirmarmos estas relações temáticas, sobretudo as estabelecidas entre o experienciador e o tema, vejamos os esquemas arbóreos de (172).

²⁷⁶ Este exemplo é retirado de: MACAMBIRA, José R. **Estrutura do vernáculo**. Op. cit., p. 135.

(172a) Estrutura intermediária:



(172b) Estrutura-S:



Embora Macambira não aceite essa estrutura, não vemos outra maneira de explicar a correferencialidade entre o NP ('meu amigo') e o pronome *SE*. Agora, como o NP imediatamente dominado pelo IP não é agente, mas experienciador, não podemos falar de voz reflexiva (nem de voz média), sem dúvida alguma, estamos diante de um caso de voz passiva, com um verbo que indica *processo*, que dispensa sujeito agente (mas paciente ou experienciador). Macambira equivoca-se ao dizer que em 'meu amigo zangou-se com o vizinho', temos um caso de voz média. Como podemos observar, trata-se de uma voz passiva do tipo 'Maria sente-se infeliz', no exemplo (158).

Finalizando esta secção, podemos dizer que o *SE* reflexivo só acontecerá com verbos de ação, com sujeito agente e correferencial de um pronome da mesma pessoa do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todas as leituras feitas ao longo de nossa pesquisa, queremos chamar a atenção para alguns pontos que consideramos importantes, sobretudo no que diz respeito à posição da GT sobre os mesmos. Uma primeira questão, já bastante conhecida, diz respeito à falta de critérios usados para definir/classificar os fatos da língua, ou melhor dizendo, a GT, ao tratar desses fatos, usa uma multiplicidade de critérios, sem claramente dizer o que é da morfologia, da sintaxe ou da semântica, devido ao seu caráter heteromórfico. O outro, também do conhecimento geral, é a não-coerência entre o que a GT afirma como 'verdade' e a linguagem dos usuários.

Sobre o 'verbo', quando a GT busca uma conceituação, ela mistura critérios morfológicos (como a flexão de modo, tempo, número e pessoa) que, em nosso modo de ver, diferem do critério sintático (a mudança de voz), que, por sua vez, também difere do critério semântico (indicação de estado, qualidade, ação ou processo). Com isso queremos dizer que um olhar sobre a morfologia, a sintaxe e a semântica do verbo são olhares diferentes.

Entre os gramáticos tradicionais que nós pesquisamos, sobre 'voz verbal', há diferenças na forma de encarar o assunto. Essas diferenças vão desde a classificação da tipologia (apenas voz ativa e voz passiva; ou, voz ativa, passiva, reflexiva e neutra) até uma não-diferenciação entre voz reflexiva e voz média, que alguns fazem.

A GT, ao tratar do *SE* como índice de indeterminação do sujeito, vê as seguintes situações: (i) sentença em que o sujeito existe apenas na mente do

falante (sem estar lexicalmente realizado); (ii) partindo da regência do verbo (verbos intransitivo, transitivo indireto, de ligação e transitivo direto + *SE*); e, ainda, em uma clara discordância do que foi dito, encontramos (iii) partindo da regência verbal (verbo intransitivo + *SE*), como oração sem sujeito (o que, na visão da própria GT, deveria ser sujeito indeterminado) porque a ação mesma expressa pelo verbo prescinde de qualquer sujeito. Como podemos ver, nesse ponto, também há uma confusão entre os critérios sintáticos (regência verbal) e semânticos (referência a um sujeito que existe na mente do falante/ouvinte, tipologia semântica dos verbos: de ação, de processo ...) para a classificação do *SE*, ora usando um; ora, o outro.

A GT, ao tratar o *SE* como partícula apassivadora, podemos dizer que um ponto comum, entre os gramáticos, é a transitividade verbal: verbo transitivo direto + *SE*, o *SE* funciona como apassivador. Alguns chamam a atenção para a necessidade de ser o sujeito da oração um ser inanimado. Outros, ainda, destacam a semântica do verbo, para estabelecer a diferença entre voz passiva e passividade. Portanto, podemos concluir que, nesse ponto, há também uma confusão entre os critérios sintáticos e semânticos.

Já falando do *SE* como pronome reflexivo, encontramos a afirmação de que reflexividade é a identidade entre o sujeito e um pronome acusativo, mas a idéia que está na base do conceito de reflexividade é que a ação praticada pelo sujeito retorna a ele mesmo, sem importar se o verbo é transitivo direto ou indireto. A reflexiva recíproca é uma questão de semântica, porque depende do contexto do enunciado.

Do exposto, podemos concluir que a GT não responde de modo satisfatório à classificação do *SE* como índice de indeterminação do sujeito, partícula apassivadora e pronome reflexivo. Daí, a necessidade de uma análise mais consistente destas funções.

Após constatarmos que a GT não dá conta satisfatoriamente das funções do *SE* que escolhemos para analisar, passaremos agora a olhá-las dentro do panorama da sintaxe gerativa, aplicando os princípios teóricos apresentados no

capítulo “Fundamentos teóricos para uma abordagem lingüística do *SE*”, às sentenças do capítulo 3, chegando às conclusões que se seguem.

Classificar o *SE* como índice de indeterminação do sujeito, requer um olhar sobre a grade temática do verbo e sobre o papel temático de seus argumentos; somente com este olhar, somos capazes de dizer se algum papel temático está (ou não) realizado fonologicamente, como vimos nas discussões dos exemplos (138) a (147). Partindo disso, concluímos que o que a GT classifica como pronome apassivador, e Bagno, como sujeito, na realidade, temos um índice de indeterminação do sujeito, pois o NP presente nas sentenças – com verbo transitivo direto, de ação – é o tema (e complemento verbal). O agente da ação (e sujeito oracional), por sua vez, foi indeterminado pelo *SE*.

Sobre o *SE* como pronome apassivador, concluímos que não é necessário apenas que o verbo seja transitivo direto, como quer a GT, mas é indispensável um olhar sobre a grade temática e a semântica dos verbos. Somente partindo destes dois critérios, podemos explicar exemplos como (152) e (157) a (162), que aparentemente estão na voz reflexiva (NP sujeito e correferente de um NP complemento), mas que, de fato, estão na voz passiva pronominal. Por isso, podemos dizer que o verbo da voz passiva pronominal não pode ser de *ação* (mas de *processo*, *ação-processo* e *estado*), nem o sujeito oracional, agente. Além do mais, para que ocorra a pronominalização que vai resultar na passiva sintética, há todo um processo de apagamento e movimento de constituintes, como vimos nos exemplos (157) e (163). Convém, também, lembrarmos que a construção da passiva analítica envolve apagamentos e movimentos de constituintes, como aparece nos exemplos (148) e (149).

A respeito do *SE* como pronome reflexivo, consideramos que só podemos falar de reflexividade se levarmos em consideração – como nas funções anteriores – a grade temática e a semântica dos verbos. Para que haja reflexividade, é necessário termos verbo de *ação* e de *ação-processo* e um sujeito agente correferente de um pronome complemento verbal. Já a reflexiva-recíproca, que consideramos como um tipo de reflexividade, exige a mesma grade temática e a mesma semântica dos verbos de voz reflexiva, apenas com uma diferença, a

inserção de um paciente diferente do agente que pratica e recebe a mesma ação praticada.

Concluída a nossa análise sobre o *SE* indeterminador do sujeito, apassivador e reflexivo, temos a convicção de que o critério semântico, não só o morfossintático, é indispensável para uma classificação lingüística mais consistente do *SE*. Por que não recorrer, também, à Pragmática? Talvez, as interfaces sintaxe-semântica-pragmática dêem conta dessa análise com mais propriedade.

Sabemos que a lingüística não tem compromissos com a pedagogia ou práticas de ensino de línguas maternas, mas, por outro lado, nada a impede de oferecer subsídios a professores que queiram tornar seu fazer pedagógico mais racional e, por isso, mais eficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 28.ed. São Paulo: Saraiva, 1979.

ANDRÉ, Hildebrando A. de. **Gramática ilustrada**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1982.

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. **Gramática de Port-Royal**. Trad. de Bruno Fregni Barreto e Henrique Graciano Murachco. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do português**. 6.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. **Gramática básica da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1969.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolingüística. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

____; GAGNÉ, Gilles; STUBBS, Michael. **Língua materna**: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BORBA, Francisco S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.

BUSSE, W.; VILELA, Mário. **Gramática de valências**. Coimbra: Almedina, 1986.

CÂMARA JR., J. Mattoso. **Dicionário de lingüística e gramática**. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAMPOS, June. **Aquisição do pretérito perfeito e imperfeito do indicativo em português como L2**. Porto Alegre: PUCRS, 2000. Tese (Doutorado em Letras), Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

CANÇADO, Márcia. **Manual de Semântica: Noções Básicas e Exercícios**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

CARDOSO, Brício. **Tratado da língua vernácula**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944.

CARNEIRO, Naomi. **Lições de português**. Rio de Janeiro: São José, 1957.

CARREIRO, Carlos Porto. **Gramática da língua nacional – Methodo pratico**. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1918.

CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. Trad. de Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

CHOMSKY, Noam. **Language and problems of knowledge: The Managua's lectures**. 6.ed. Massachusetts: MIT Press, 1994.

_____. **Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas**. Trad. de Lúcia Lobato. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1998.

COOK, Vivian James. **Chomsky's universal grammar: an introduction**. 5.ed. Oxford: Blackwell, 1993.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís Felipe L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIAS, Luis D. Fundamentos do sujeito gramatical: Uma perspectiva de enunciação. In: ZANDWAIS, Ana (Org.). **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre: Sagra-Luzzato, 2002. p. 47-67.

FILLMORE, Charles J. Em favor do Caso. In: LOBATO, Lúcia M. P. (Org.). **A semântica na lingüística moderna: O léxico**. Rio de Janeiro: Rodrigues Alves, 1977. p. 275-365.

FONTANA, Dino F. **Curso de Latim**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

GIVÓN, Talmy. **English grammar – A funcional-based introduction**. Amsterdam: John Benjamins, 1994. v. I.

GOMES, Raimundo F. **Uma leitura do pronome reflexivo SE**. Porto Alegre: PUCRS, 2001. Dissertação (Mestrado em Letras), Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

HAEGEMAN, Liliane. **Introduction to government and binding theory**. 2.ed. Oxford: Blackwell, 1992.

HAUY, Amini Boainain. **Vozes verbais: Sistematização e exemplário**. São Paulo: Ática, 1992.

KEMMER, Suzanne. **The middle voice**. Philadelphia: John Benjamins, 1993.

KURY, Adriano da Gama. **Gramática fundamental da língua portuguesa do Brasil**. São Paulo: Lisa, 1973.

____. **Pequena gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical**. 9.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

MACAMBIRA, José Rebouças. A questão do SE. **Revista da Academia Cearense da Língua Portuguesa**, Fortaleza, v.6, n.6, p.93-97, 1985.

____. **Estrutura do vernáculo**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1986.

MACEDO, Walmírio. **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1991.

MAURER JR., Theodoro Henrique. **Dois problemas da língua portuguesa: o infinitivo pessoal e o pronome se**. São Paulo: José Magalhães, 1951.

MINCHILLO, Carlos Alberto Cortez; CABRAL, Isabel Cristina Martelli. **O verbo**. 10. ed. São Paulo: Atual, 1988.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina F.; LOPES, Ruth Elizabeth V. **Manual de sintaxe**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2000.

NAPOLI, Donna Jo. **The two si's of italian – An analysis of reflexive, inchoative and indefinite subject sentences in modern standard italian**. Indiana, USA: Linguistics Club, 1976.

____. **Sintaxe: Theory and problems**. New York: Oxford University, 1993.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1989.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática histórica**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1916.

PERINI, Mário A. **Sintaxe portuguesa: Metodologia e funções**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.

____. **Gramática descritiva do português**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1998.

RAPOSO, Eduardo P. **Teoria da gramática**. A faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992.

RIBEIRO, João. **Grammatica portugueza**. 19.ed. São Paulo: Francisco Alves, 1920.

____. **Gramática portuguesa**. 21.ed. São Paulo: Francisco Alves, 1930.

ROCHA LIMA, Carlos H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 31.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

ROSA, Maria Carlota **Introdução à morfologia**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nova gramática**. 25.ed. São Paulo: Atual, 1999.

SAID ALI, M. **Dificuldades da língua portuguesa**. 5.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

____. **Gramática secundária da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2000.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação lingüística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005.

SILVA, Maria Cecília P. de S.; KOCH, Ingedore G. V. **Lingüística aplicada ao português**: Sintaxe. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SOUSA, Eurípedes Olímpio de Oliveira. **Noções de gramática e de língua portuguesa**. Curitiba: Paranaense, 1953.

STOCK, Leon. **Gramática de Latim**. Trad. de António Moniz e Maria Celeste Moniz. Lisboa: Presença, 2000.

TÔRRES, Artur de Almeida. **Moderna gramática expositiva da língua portuguesa**. 18.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

VÁRIOS AUTORES. **Novo manual da língua portuguesa**. São Paulo: Francisco Alves, 1916.

CURRICULUM VITAE
Outubro, 2007

1 DADOS PESSOAIS

| | |
|------------------------------|---|
| Nome | RAIMUNDO FRANCISCO GOMES |
| Filiação | Francisco de Sousa Gomes e Leonarda Barbosa Gomes |
| Nascimento | 15/12/1954, Campo Maior, PI – Brasil |
| Endereço profissional | Universidade Estadual do Piauí – UESPI Rua João Cabral, s/nº – Pirajá 64000-150 Teresina – PI – Brasil Telefone: (086) 3213-5195 |
| Endereço residencial | Av. Geraldo Rangel, 885 – Casa 142 – Derby Club 62041-480 Sobral – CE – Brasil Telefones: (88)3611-4606 – (88)9962-5423 E-mail: msc_gomes@yahoo.com.br |

2 FORMAÇÃO ACADÊMICA / TITULAÇÃO

| | |
|------------------|---|
| 1998-2001 | Mestrado em Lingüística Aplicada Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS Porto Alegre – RS – Brasil Título: Uma Leitura do Pronome Reflexivo SE |
|------------------|---|

| | |
|------------------|--|
| | <p>Ano de obtenção: 2001</p> <p>Orientador: Dr. Sérgio de Moura Menuzzi</p> <p>Bolsista da CAPES</p> |
| 1992 | <p>Especialização em Ciências da Educação</p> <p>Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA</p> <p>Sobral – CE – Brasil</p> |
| 1989-1991 | <p>Especialização em Metodologia do Ensino Superior</p> <p>Universidade Federal do Ceará – UFC</p> <p>Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA</p> <p>Sobral – CE – Brasil</p> |
| 1978-1994 | <p>Graduação em Licenciatura Plena em Filosofia</p> <p>Universidade Estadual do Ceará – UECE</p> <p>Fortaleza – CE – Brasil</p> |
| 1987–1992 | <p>Graduação em Licenciatura Plena em Letras</p> <p>Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA</p> <p>Sobral – CE – Brasil</p> |
| 1985-1988 | <p>Graduação em Licenciatura Plena em Estudos Sociais</p> <p>Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA</p> <p>Sobral – CE – Brasil</p> |

3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Vínculo institucional

| | |
|---------------------|---|
| 1994 – Atual | <p>Servidor Público – Enquadramento funcional: Professor Assistente</p> <p>Carga horária: 40h</p> |
|---------------------|---|

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

Vínculo institucional

1994 – Atual Servidor Público – Enquadramento funcional: Professor Assistente
Carga horária: 40h

Atividades

03/1994 – Atual Ensino de Graduação
Disciplinas ministradas:

1. Língua Latina I
2. Língua Latina II
3. Português III – Morfologia
4. Português IV – Sintaxe
5. Português VI – Fonologia do Português
6. Lingüística: Morfologia
7. Lingüística: Sintaxe

4 ÁREAS DE ATUAÇÃO

Língua Latina, Língua Portuguesa e Lingüística

5 IDIOMAS

| | |
|-------------------|--------------------------|
| Compreende | Espanhol (bem) |
| Fala | Espanhol (pouco) |
| Lê | Espanhol (bem) |
| | Inglês (bem) |
| Escreve | Espanhol (razoavelmente) |
| | Inglês (razoavelmente) |

6 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E ARTÍSTICA/CULTURAL

6.1 PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

6.1.1 Trabalhos resumidos em eventos

- 6.1.1.1** GOMES, Raimundo F. *A Construção da Coerência Textual no Livro do Gênesis*. In: VIII SEMANA DE LETRAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, 1999, Teresina – PI, 1999.
- 6.1.1.2** GOMES, Raimundo F. *Os Dêiticos e a Construção do Sentido do Texto*. In: IV SEMANA DE LETRAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ, 2001, Sobral – CE, 2001.
- 6.1.1.3** GOMES, Raimundo F. *A Reflexividade Questionada à Luz do Estruturalismo e do Gerativismo*. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2002, Teresina – PI, 2002.
- 6.1.1.4** GOMES, Raimundo F. *Uma Leitura do Pronome Reflexivo SE*. In: III SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ E I SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, 2002, Teresina – PI, 2002.
- 6.1.1.5** GOMES, Raimundo F. *Fala x Escrita: Aspectos Formais e Funcionais*. In: V ENCONTRO CEARENSE DE ESTUDANTES DE LETRAS, 2003, Sobral – CE, 2003.

7 INDICADORES DE PRODUÇÃO

| | |
|------------------------------|---|
| Produção bibliográfica | 5 |
| Trabalhos em eventos | 5 |
| Resumos | 5 |

RAIMUNDO FRANCISCO GOMES

**O *SE* INDETERMINADOR DO SUJEITO,
APASSIVADOR E REFLEXIVO:
UMA LEITURA
MORFOSSINTÁTICO-SEMÂNTICA**

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)